



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREA BITTENCOURT

“FARPAS” SOBRE A MULHER BURGUESA E OUTRAS MULHERES EM  
“EPISÓDIOS DA VIDA DOMÉSTICA E ROMÂNTICA”, DE EÇA DE QUEIRÓS

CURITIBA

2020

ANDREA BITTENCOURT

“FARPAS” SOBRE A MULHER BURGUESA E OUTRAS MULHERES EM  
“EPISÓDIOS DA VIDA DOMÉSTICA E ROMÂNTICA”, DE EÇA DE QUEIRÓS

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Letras, Programa  
de Pós-Graduação em Letras, área de  
concentração Estudos Literários, Setor de Ciências  
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Augusto Nery

CURITIBA  
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Bittencourt, Andrea

“Farpas” sobre a mulher burguesa e outras mulheres em “Episódios da vida doméstica e romântica”, de Eça de Queirós. / Andrea Bittencourt. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Nery Antonio Augusto

1. Queirós, Eça de, 1845 - 1900 - Crítica e interpretação. 2. Literatura portuguesa – História e crítica. 3. Mulher na literatura. 4. Classe média – História – Sec. XIX. I. Nery, Antonio Augusto, 1981-. II. Título.

CDD – 869.33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANDREA BITTENCOURT** intitulada: **"FARPAS" SOBRE A MULHER BURGUESA E OUTRAS MULHERES EM "EPISÓDIOS DA VIDA DOMÉSTICA E ROMÂNTICA", DE EÇA DE QUEIRÓS**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Fevereiro de 2020.

MILENA RIBEIRO MARTINS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DAIANE CRISTINA PEREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

PATRICIA DA SILVA CARDOSO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A meus pais, pelos eternos ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por sempre me conduzir pelo caminho certo a ser seguido. Confiar em Seus desígnios é um importante aprendizado.

A meus pais, Aureo e Cléia (*in memoriam*), pelo amor incondicional e pelo apoio a cada passo dado, sem o qual não seria tão resiliente.

Àquele que se tornou uma constante em minha vida, Anderson, pelo companheirismo e pelo abraço que sempre me reinicia.

À minha grande amiga, Claudia, pelo incentivo e por sempre ser uma das primeiras leitoras de tudo que produzo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Augusto Nery, pela confiança na minha capacidade, pelos ensinamentos sempre acertados e pela parceria dentro e fora de sala.

À Profa. Dra. Patrícia da Silva Cardoso, Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães e Profa. Dra. Milena Ribeiro Martins, pela disposição a participar de minha banca de qualificação e pelos apontamentos relevantes que contribuíram para o desenvolvimento desta análise.

Aos colegas dos grupos de pesquisa Diálogos com a Literatura Portuguesa e Grupo Eça, pelos constantes debates sobre a Literatura Portuguesa, que muito auxiliaram na tessitura desta dissertação.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso desta etapa.

## RESUMO

Marcada pelo lema da Revolução Francesa (1789), a burguesia surgiu como uma classe intermediária entre a monarquia/aristocracia e o proletariado, principalmente em Inglaterra e França, tendo o capitalismo como seu fio condutor. Em Portugal, o reflexo dessa nova classe foi sentido tardiamente, como resultado da invasão napoleônica e da proteção inglesa, em um período caracterizado pela “fuga” da monarquia portuguesa para sua principal colônia, o Brasil. Tomando como ponto de referência a Literatura Portuguesa do fim do século XIX, Eça de Queirós (1845-1900) figura como um dos críticos dessa sociedade, sendo ele próprio fruto desse ambiente, caracterizando, assim, com propriedade a burguesia lisboeta do período. Do universo de sua produção jornalística e literária, tomam-se como base para análise nesta dissertação três de suas obras, nas quais explicita suas considerações: *As farpas* (1871-1872), *O primo Basílio* (1878) e *Os Maias* (1888). Tem-se, como objetivo geral, analisar as reverberações da compreensão inicial de Eça referente ao papel e à educação da mulher na sociedade burguesa portuguesa, presente n’*As farpas*, em obras literárias posteriores nas quais a personagem feminina possui lugar importante, a saber, *O primo Basílio* e *Os Maias*. Para tanto, é preciso também descrever o contexto histórico da burguesia do século XIX, de modo a caracterizar a ascendência recebida pela burguesia portuguesa. No tocante à análise literária especificamente, busca-se identificar a ideia inicial de Eça sobre o papel da mulher na sociedade e no casamento, assim como sua educação e sexualidade, no contexto da sociedade burguesa portuguesa, por meio de textos jornalísticos específicos de *As farpas*. Esse passo é fundamental para apresentar a transformação ou permanência da visão de Eça sobre a mulher e os aspectos de seu universo selecionados, mediante a interpretação de personagens femininas de duas obras literárias (*O primo Basílio* e *Os Maias*), além de construir a caracterização de outros tipos de mulher que circundam a dona de casa burguesa, com base nas obras referidas. Interessa destacar dois aspectos importantes que norteiam este estudo. Em relação a *As farpas*, sabendo-se que as crônicas foram escritas a quatro mãos com Ramalho Ortigão (1836-1915) entre 1871 e 1872, toma-se como base de estudo a compilação coordenada por Maria Filomena Mónica, de 2013. Por sua vez, referente a *O primo Basílio* e *Os Maias*, a análise debruça-se, em maior grau, sobre seis personagens específicas: Luísa, Leopoldina e Juliana e Maria Eduarda Runa, Maria Monforte e Maria Eduarda, respectivamente, que exemplificam os diversos tipos femininos existentes na sociedade em foco, com o intuito de auxiliar no desenho desta e suas características, compondo, em última análise, o retrato da burguesia lisboeta tradicional feito pelo autor.

Palavras-chave: Eça de Queirós. Mulher burguesa. *As farpas*. *O primo Basílio*. *Os Maias*.

## ABSTRACT

Marked by the motto of the French Revolution (1789), the bourgeoisie emerged as an intermediate class between the monarchy/aristocracy and the proletariat, mainly in England and France, with capitalism as its guiding thread. In Portugal, the reflection of this new class was felt late, as result from the Napoleonic invasion and English protection, in a period characterized by the “flight” of the Portuguese monarchy to its main colony, Brazil. Taking Portuguese Literature from the end of the 19th century as a point of reference, Eça de Queirós (1845-1900) figures as one of the critics of this society, being himself the result of this environment, thus characterizing, with propriety, the Lisbon bourgeoisie of the period. From the universe of his journalistic and literary production, three of his works are taken as basis for analysis in this dissertation, in which he explains his considerations: *As farpas* (1871-1872), *O primo Basílio* (1878) and *Os Maias* (1888). The general objective is to analyze the reverberations of Eça's initial understanding of the role and education of women in Portuguese bourgeois society, present in *As farpas*, in later literary works in which the female character has an important place, such as in *O primo Basílio* and *Os Maias*. To do so, it is also necessary to describe the historical context of the 19th century bourgeoisie, in order to characterize the ascendancy of the Portuguese bourgeoisie. With regard to literary analysis specifically, we seek to identify Eça's initial idea about the role of women in society and marriage, as well as their education and sexuality, in the context of Portuguese bourgeois society, through specific journalistic texts from *As farpas*. This step is essential to present the transformation or permanence of Eça's vision of women and selected aspects of their universe, through the interpretation of female characters from two literary works (*O primo Basílio* and *Os Maias*), in addition to building the characterization of other types of women that surround the bourgeois housewife, based on the works mentioned. It is interesting to highlight two important aspects that guide this study. Regarding *As farpas*, knowing that the chronicles were written by four hands with Ramalho Ortigão (1836-1915) between 1871 and 1872, the compilation coordinated by Maria Filomena Mónica, from 2013, is taken as the study base. Referring to *O primo Basílio* and *Os Maias*, the analysis focuses, to a greater degree, on six specific characters: Luísa, Leopoldina and Juliana, and Maria Eduarda Runa, Maria Monforte and Maria Eduarda, respectively, which exemplify the different female types existing in the society in focus, in order to assist in the design of this and its characteristics, composing, in the last analysis, the portrait of the traditional Lisbon bourgeoisie made by the author.

Keywords: Eça de Queirós. Bourgeois woman. *As farpas*. *O primo Basílio*. *Os Maias*.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A BURGUESIA EM SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS E ESTÉTICOS</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>CENAS DA VIDA DOMÉSTICA: O LAR BURGUEZ, A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO FEMININA</b> .....	<b>24</b>
3.1	FARPAS INICIAIS SOBRE A MULHER.....	24
3.2	UM ANJO DE CANDURA E SUJEIÇÃO .....	32
3.3	VISLUMBRES DE INDEPENDÊNCIA .....	38
<b>4</b>	<b>CENAS DA VIDA ROMÂNTICA: O CASAMENTO E A SEXUALIDADE FEMININA</b> .....	<b>47</b>
4.1	FARPAS SOBRE UM ADULTÉRIO .....	47
4.2	A CATÁSTROFE QUE ATRAI .....	52
4.3	A CATÁSTROFE QUE PERMANECE EM SEGREDO .....	59
<b>5</b>	<b>CENAS DAS MULHERES FORA DO LUGAR</b> .....	<b>67</b>
5.1	FARPAS SOBRE MULHERES À MARGEM.....	67
5.2	A AMANTE E A CRIADA .....	68
5.3	A MÃE E A NEGREIRA .....	77
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>88</b>
	<b>ANEXO A – PRIMEIRO NÚMERO DE AS FARPAS</b> .....	<b>92</b>
	<b>ANEXO B – PRIMEIRA EDIÇÃO DE O PRIMO BASÍLIO</b> .....	<b>95</b>
	<b>ANEXO C – PRIMEIRA EDIÇÃO DE OS MAIAS</b> .....	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Eça de Queirós (1845-1900) figura como um dos mais conhecidos críticos da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, sendo ele próprio fruto desse ambiente, caracterizando, assim, com propriedade a burguesia lisboeta do período. Na companhia de Teófilo Braga (1843-1924), Batalha Reis (1847-1935), Antero de Quental (1842-1891), entre outros, integrou um grupo de intelectuais conhecido como Geração de 70, responsável pela idealização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense<sup>1</sup>, em que discursavam sobre seu posicionamento sociopolítico, dando voz a críticas decorrentes do sentimento de decadência do país, vivido por essa geração (FIALHO, 2012).

A respeito dessa geração, Eduardo Lourenço (2016, p. 108-109, grifo do autor) assim disserta:

Com a célebre Geração de 70 – e por isso mesmo ela alcançou o mítico estatuto cultural que ainda conserva – o estatuto de **desconfiança** ou até de suspeita grave em relação à nossa realidade nacional enquanto **existência valiosa** atingiu de súbito uma expressão paroxística – e já veremos – paradoxal. Nas famigeradas ‘Conferências do Casino’ e no que delas se seguirá, não é apenas a mera realidade **histórico-política** de Portugal que vai ser questionada ou quem questiona os actores das Conferências: é a **totalidade do seu ser histórico-cultural**. [...] Nunca geração portuguesa se sentira tão infeliz – tão funda, sincera e equivocadamente infeliz – por descobrir que pertencia a um povo **decadente**, marginalizado ou automarginalizado na história e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam, extasiados, a **civilização**, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo **ideias**, acessíveis como máquinas, etc.

Cansados e desconfiados, pois, da realidade portuguesa de fins do século XIX, esses intelectuais empreendem um movimento em busca do despertar dessa nação para uma reação política, cultural e social. Ainda segundo Lourenço (2016, p. 115), Eça apresenta a interpretação “mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina

---

<sup>1</sup> Antero de Quental, “[...] juntamente com Jaime Batalha Reis, projectou e organizou o ciclo das Conferências do Casino, iniciado em Maio de 1871 e cujas sessões decorriam no Casino Lisbonense. O principal objetivo desse ciclo era promover uma reflexão serena e imparcial sobre os condicionalismos políticos, culturais, religiosos e económicos da sociedade portuguesa, tão atrasada em relação ao resto da Europa [...]” (MARTINS, 2016, p. 16). Quando da exposição da quinta conferência, datada de 26 de junho de 1871 e que versaria sobre religião, o Ministério do Reino emitiu portaria proibindo aquela e as futuras conferências, com a justificativa de nelas se fazer “[...] uma série de preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do estado, e sendo certo que tais factos além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendem clara e directamente as leis do reino e o código fundamental da monarquia [...]” (ÁVILA, 2016, p. 97).

e ao fim ao cabo a mais bem sucedida”, criando imagens e tipos dos indivíduos, costumes, anseios, por meio dos quais constrói sua literatura crítica e empreende sua análise social.

No trajeto de escritura desse expoente, visualizam-se “[...] traços dominantes e atitudes reiteradas, mas também um visível desejo de constante auto-superação. E ainda um insistente diálogo com temas, problemas, valores e fenómenos que marcaram de forma indelével a cultura portuguesa e a cultura europeia [...]” (REIS, 2005, p. 3), ou seja, seus textos divulgam suas teses sobre a sociedade burguesa portuguesa, em maior medida, e lisboeta, especificamente. Diante disso, do universo de sua produção jornalística e literária, tomam-se como base desta análise três de suas obras, a saber: *As farpas* (1871-1872)<sup>2</sup>, *O primo Basílio* (1878)<sup>3</sup> e *Os Maias* (1888)<sup>4</sup>, com o objetivo de entender as críticas e comentários dos diversos aspectos das mulheres dessa sociedade, enfatizando-se aqui a análise sobre as burguesas lisboetas.

Primeiramente, em *As farpas*, obra que reúne seus textos jornalísticos, Eça continua sua construção do perfil da sociedade burguesa lisboeta<sup>5</sup>, em conjunto com Ramalho Ortigão (1836-1915), com quem escreve a quatro mãos as crônicas, entre 1871 e 1872. Para esta análise, utiliza-se a edição coordenada por Maria Filomena Mónica, de 2013, com ênfase nos textos de autoria única de Eça e, especificamente, naqueles que abordam o tema da mulher e sua condição na sociedade portuguesa. Para comprovação de autoria, ela tomou como base a edição (reescrita) dos artigos lançada pelo próprio Eça, cuja coleção intitulou *Uma campanha alegre* (1890)<sup>6</sup>, em

<sup>2</sup> No Anexo A, são trazidas imagens da capa e páginas iniciais do primeiro número de *As farpas*.

<sup>3</sup> No Anexo B, apresenta-se imagem da folha de rosto da primeira edição de *O primo Basílio*.

<sup>4</sup> No Anexo C, traz-se imagem da folha de rosto da primeira edição de *Os Maias*.

<sup>5</sup> Os primeiros escritos de Eça, também jornalísticos, datam de 1866 e 1867 e figuraram na *Gazeta de Portugal*. Segundo Reis (2004, p. 11, grifo do autor), “provindos de um tempo de juvenil e ousada formação literária, eles valem, de certa forma, como exercícios de aprendizagem, revelando, ao mesmo tempo, leituras de juventude, bem como uma atitude mental de clara modelação romântica [...] os folhetins da *Gazeta de Portugal* podem ser encarados, em conjunto, como um marco fundador, remetendo difusamente para processos criativos que o tempo haveria de maturar, tal como aconteceu com a transbordante e irreprimível vocação para a inovação estilística, profusamente ilustrada já nestas prosas de juventude”. Assim, *As farpas* revelam já certa transformação em sua escrita, com um Eça mais crítico e seguro de denunciar a sociedade em que vive por meio da literatura.

<sup>6</sup> Como o título já indica, nessa reunião dos seus artigos jornalísticos, Eça, talvez preocupado com sua posição diplomática, realiza “[...] consideráveis alterações e algumas excisões autocensórias [...]” (MEDINA, 2000a, p. 15-16) nas farpas originais, atenuando de certa forma a crítica política e social por ele empreendida quando mais jovem. Não sendo objetivo deste estudo identificar tais mudanças no texto original, não se deterá neste assunto. Por outro lado, essa rápida informação revela a importância da utilização das crônicas originais, com o esboço inicial e não retocado das ideias do autor. A compilação aqui utilizada traz, nos anexos, uma lista com os excertos de Eça cuja autoria é segura (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013).

comparação com as edições originais dos folhetos d'As *farpas*, disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>7</sup>.

Mónica (2001, p. 98, grifo do autor) apresenta *As farpas* da seguinte forma:

Aos 26 anos, é normal ter ilusões. Em 1871, Eça acreditava ser possível, através da denúncia dos seus pecados, mudar o país. *As Farpas* revelam a visão de quem, tendo sonhado viver uma pátria culta, se depara com um país ignorante e atrasado. Tudo o que rodeava o enchia de uma justa ira. O retrato que Eça nos dá de Portugal é desapiedado.

Tal descrição corrobora o que foi anteriormente relatado sobre a Geração de 70, no sentido da divulgação da decadência nacional e crítica social e política mediante a literatura. A respeito, Carlos Reis (2005, p. 13, grifo do autor), outro importante estudioso de Eça, informa que, “com *As Farpas*, Eça como que prepara a sua ficção realista e naturalista: nelas surgem temas sociais, trabalhados em termos que remetem para os romances que estão para vir”. Em outros termos, Mónica (2001) dá a conhecer que o autor português entendia ser sua missão moralizar a sociedade em que vivia, por intermédio da literatura. Ainda segundo a autora, muitas das características das personagens ficcionais podem ser vislumbradas nas proposições do autor feitas nos folhetos de *As farpas*.

Alguns anos depois, Eça escreve *O primo Basílio*, cuja temática do adultério é pano de fundo para apresentar sua crítica à principal instituição da classe dominante: a família. Sobre ela, Reis (2005) afirma estar o autor consciente das responsabilidades sociais dessa arte, utilizando o tema do adultério para apresentar a atmosfera de uma Lisboa medíocre, cujos indivíduos encontram nos serões familiares e passeios aos domingos seus únicos divertimentos.

Por fim, em *Os Maias*, escrito num período em que a novidade e alvoroço decorrentes das ideias burguesas esmoreciam, utiliza o tema do incesto para demonstrar o cotidiano dessa sociedade e sua decadência. Ainda referente a esta obra, apesar de não tão distante no tempo em relação à anterior (apenas dez anos), sua escolha, em detrimento de outra datada do contexto dos anos 1880 e 1890, deveu-se à sua temática principal ter paralelismos com a de *O primo Basílio*, além de representar o universo burguês lisboeta, numa espécie de contraposição e complemento ao dia a dia de camada social superior, a aristocracia.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://purl.pt/256>. Acesso em: 3 out. 2019.

Nas duas últimas obras, além de caracterizar a própria sociedade e aquele que era considerado seu ícone – a família, o lar burguês –, Eça critica a educação feminina da época, utilizando, para tanto, personagens femininas importantes. Assim, interessa destacar que, referente a *O primo Basílio* e *Os Maias*, a análise debruçar-se-á, em maior grau, sobre seis personagens específicas: Luísa, Leopoldina e Juliana e Maria Eduarda Runa, Maria Monforte e Maria Eduarda, respectivamente, que exemplificam os diversos tipos femininos existentes na sociedade em foco, com o intuito de auxiliar no desenho desta e suas características, compondo, em última análise, o retrato da burguesia lisboeta tradicional realizado por Eça.

Embora os três escritos queirosianos selecionados para análise sejam veículos dos pensamentos do autor, os gêneros textuais nos quais são escritos permitem maior ou menor liberdade para tecer suas críticas. No caso de *As farpas*, tem-se a voz de Eça de forma direta, por se tratar de uma coletânea de textos de intervenção, que visam a mostrar mais fielmente o cotidiano. Por sua vez, nos romances *O primo Basílio* e *Os Maias*, as críticas são tecidas por intermédio de um narrador e desenvolvidas pela caracterização de personagens e sua inter-relação, conferindo uma dimensão mais ampliada do retrato da sociedade.

Diante do exposto, a proposta aqui apresentada torna-se relevante à medida que aborda características ainda pouco exploradas, quais sejam:

- a) O contexto histórico burguês, mais especificamente, a composição da sociedade burguesa lisboeta, que, alimentada pelas ideias liberais francesas e inglesas pós-revolução, apresenta aspectos diversos da burguesia original.
- b) A confluência entre seus textos jornalísticos e literários, visando a verificar a transformação de sua tese sobre a mulher burguesa.

Conforme aponta João Medina (2000a, p. 77, grifo do autor),

Eça de Queiroz é um dos primeiros romancistas portugueses que **vê** realmente a Mulher, não a mulher abstracta e intemporal do **eterno feminino** mas a mulher portuguesa do seu tempo – a Regeneração<sup>8</sup> – e da sua

<sup>8</sup> De acordo com Maria Manuela Tavares Ribeiro (1998, p. 101), no decurso dos Oitocentos, o termo “regeneração” passou a representar “[...] no discurso liberal o renascer, o mudar de rumo, a vários níveis, da vida nacional [...]”. O período, iniciado em 1851, após triunfante golpe militar de duque Saldanha no norte do país, trouxe alguma estabilidade para o campo político. Os regeneradores entendiam ser fundamental a centralização política e administrativa para “[...] atingir a riqueza, a prosperidade, o desenvolvimento industrial e ainda como sustentáculo do próprio equilíbrio e coesão nacionais” (RIBEIRO, 1998, p. 102). No entanto, como dá a conhecer Ribeiro (1998, p. 107), o objetivo não logrou o êxito pretendido: “A política da Regeneração procurara incrementar o desenvolvimento

sociedade, da burguesia lisboeta da capital dessa monarquia constitucional erguida entre nós desde o triunfo do sistema representativo ou libero-capitalista, nos anos trinta do nosso oitocentismo. Desde as suas prosas cáusticas nas *Farpas* aos seus primeiros romances ‘zolaicos’, Eça ocupa-se deveras, com lucidez crítica de anatomista e patologista social, da mulher autêntica da sua geração, a do setentismo, a mulher tal como existia na sua sociedade, na família portuguesa, no seu *habitat* natural, na sua casa, com a sua cuias e os seus vestidos, movendo-se no interior da rede de relações sociais, económicas, mentais e práticas [...].

Nessa perspectiva, pretende-se, como objetivo geral, analisar as reverberações da compreensão inicial de Eça referente ao papel e à educação da mulher na sociedade burguesa portuguesa, presente n’*As farpas*, em obras literárias posteriores nas quais a personagem feminina possui lugar importante, a saber, *O primo Basílio* e *Os Maias*. Para alcançá-lo, importa também empreender esforços para: descrever o contexto histórico da burguesia do século XIX, de modo a caracterizar a ascendência dessa classe na sociedade portuguesa; identificar a ideia inicial de Eça sobre o papel da mulher na sociedade e no casamento, assim como sua educação e sexualidade, no contexto da sociedade burguesa portuguesa, por meio de textos jornalísticos específicos de *As farpas*; apresentar a transformação ou permanência da visão de Eça sobre a mulher e os aspectos de seu universo selecionados, mediante a interpretação de personagens femininas de duas obras literárias (*O primo Basílio* e *Os Maias*); além de construir a caracterização de outros tipos de mulher que circundam a dona de casa burguesa, com base nas obras referidas.

Esta proposta encontra apoio em Alana de Oliveira Freitas El Fahl (2009, p. 8), em cuja tese de doutorado expõe:

[...] Os seus romances [de Eça] sempre são citados, quando é necessário exemplificar as linhas mestras defendidas pelo período, tais como o desmascaramento dos vícios burgueses, o materialismo, o adultério, o anticlericalismo, ou a hipocrisia da sociedade, enfim, as falhas morais do homem português no final do século XIX.

[...]

Todavia, ao longo do seu desenvolvimento, a profícua obra do autor vai adquirindo novos contornos, que, por vezes, se distanciam dos objetivos centrais dessas primeiras narrativas, ainda que sem os abandonar totalmente [...].

---

dos sectores produtivos agrícola, comercial e industrial, porém, o crescimento agrícola, preocupação fundamental dos governantes, não desempenhou um papel fomentador da industrialização. A estrutura agrária retardou, de certa forma, a aceleração industrial e a própria dinâmica capitalista”.

Em sintonia com o exposto, para verificar as transformações e/ou permanências na obra queirosiana, em adição aos teóricos citados anteriormente, serão utilizados estudos sobre a história da burguesia, a fim de proceder à contextualização essencial à compreensão da crítica dirigida a essa sociedade, como os de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (1998), Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro (1998), Richard Sennett (2016), entre outros, bem como considerados os críticos da obra de Eça, a exemplo de Marina Tavares Dias (2003), e historiadores da Literatura Portuguesa. Também convém informar que, sendo esta uma análise literária comparada de obras de um mesmo autor e devido ao teor das crônicas tecidas por ele, se tomam estas como referências para discutir seu pensamento, no sentido de identificar as aproximações e afastamentos, como já aventado nesta introdução.

Especificamente no tocante à composição do texto, este será desenvolvido em quatro capítulos principais, além da introdução e considerações finais. Assim, no segundo capítulo, será abordado o nascimento da burguesia como classe, como também descritas suas características e ideais, de modo a fazer um panorama da realidade vivenciada pelo escritor em seu tempo.

Feita essa introdução histórica, no capítulo seguinte, com base nas obras escolhidas de Eça, tratar-se-á do tema da educação feminina na sociedade burguesa lisboeta, desde a compreensão inicial do autor até sua transformação ou permanência em textos de outros períodos. Além disso, não sendo possível abordar a temática sem referir a aspectos intrínsecos a ela, serão analisados os pilares da sociedade burguesa, a saber: o lar e a família.

Nos mesmos moldes, os temas do casamento e da sexualidade feminina no contexto da sociedade burguesa lisboeta serão o pano de fundo do capítulo quarto, para finalmente, no capítulo subsequente, ainda fundamentado nos textos de Eça, serem caracterizados os vários tipos de mulher que convivem na sociedade burguesa, pertencentes a estratos sociais distintos, com ênfase na mulher do proletariado, que deseja ascender socialmente e se transformar ela própria em patroa burguesa.

Antes de dar início à análise e traçar o panorama histórico da classe burguesa, é preciso informar que, nos capítulos dedicados à análise literária, os textos jornalísticos e literários serão abordados concomitantemente, de modo a tecer uma construção coesa e dialogada, indicando as reverberações da compreensão inicial do

autor em suas obras posteriores, com vistas a verificar se houve permanência ou não das discussões.

## 2 A BURGUESIA EM SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS E ESTÉTICOS

Marcada pelo lema da Revolução Francesa (1789-1799), a burguesia estabeleceu-se como uma classe intermediária entre a monarquia/aristocracia e o proletariado, tendo o capitalismo como seu fio condutor. Em Portugal, as reverberações dessa nova classe foram sentidas tardiamente, como reflexo da invasão napoleônica e da proteção inglesa, em um período caracterizado pela “fuga” da monarquia portuguesa para sua principal colônia, o Brasil.

Em linhas gerais, em fins do século XVIII, predominava na Europa uma ideologia secular, dividida em duas vertentes básicas: “[...] a dos que aceitavam a maneira pela qual o mundo estava-se conduzindo e a dos que não a aceitavam; em outras palavras, os que acreditavam no progresso e os outros” (HOBSBAWN, 1986, p. 255). Caracterizado pelo espírito racionalista e lógico, fazendo apologia à ciência, à instrução e ao intelecto, e dirigido por uma lógica de mundo calcada na materialidade, o clássico liberalismo burguês figurou como produto poderoso dessa ideologia, encontrando seus principais expoentes em Inglaterra e França (HOBSBAWN, 1986). Ainda segundo Eric J. Hobsbawn (1986), o progresso e o capitalismo estavam interligados, de forma que o primeiro somente se daria pelo segundo.

Nesse contexto, a Revolução Francesa, cujo lema era “*Liberté, Égalité, Fraternité*”, representou na história uma “ruptura decisiva e reviravolta fatal” (COMPAGNON, 2011, p. 13). Entre seus representantes, já estavam presentes os ideais que deram origem a uma nova classe, a burguesia, que “acreditava não apenas no individualismo, na respeitabilidade e na propriedade, mas igualmente no progresso, na reforma e no liberalismo moderado” (HOBSBAWN, 1988, p. 264).

De acordo com Franco Moretti (2014, p. 16, grifo do autor), “o burguês surgiu em algum lugar ‘mediano’, é certo – ‘**não** era um camponês nem um servo, mas também **não** era um nobre’, como diz Wallerstein –, porém essa medianidade era justamente o que ele almejava superar [...]”. De fato, predominavam, até fins do século XVIII, pequenos empreendedores autônomos, representados por artesãos, varejistas e pequenos proprietários; com o progresso evidente da sociedade, o capitalismo ganhou lugar e, com ele, ascendeu a classe burguesa “proprietária e instruída”. Portanto, assim como Moretti (2014), podem-se considerar a burguesia e o capitalismo dois lados da mesma moeda.

Tentando se diferenciar nessa medianidade e não receber a denominação de classe média, que considera uma forma de invalidação e diminuição como classe (MORETTI, 2014), bem como afastar-se da aristocracia e do proletariado, o bom burguês buscava a construção de sua identidade, sendo o trabalho e o lucro elementos de *status* e destaque, conferindo poder de individualização e enobrecimento. Vivia, assim, uma rotina séria, padronizada, comedida, que dialogava paradoxalmente com sua impetuosidade no campo dos negócios, o que condizia com seu mundo de aparências, cujas regras “eram perfeitamente entendidas, incluindo a necessidade de uma certa discricção nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudesse ser ameaçada [...]” (HOBBSAWN, 2005, p. 325).

No decurso do século XIX, uma vez superado o estigma contra a ‘nova riqueza’, acumularam-se alguns atributos recorrentes em torno dessa figura [do burguês]: energia, acima de tudo; comedimento; clareza intelectual; honestidade comercial; um forte senso de metas (MORETTI, 2014, p. 24).

Eis, nas palavras de Moretti (2014), a caracterização fundamental desse novo agente na sociedade.

Em resumo, “não se trata de uma classe intermediária, à sombra da que está acima dela, e inocente quanto ao estado das coisas; ela é uma classe **dominante** e as coisas estão como estão porque ela as **deixou** assim” (MORETTI, 2014, p. 175, grifo do autor). No entanto, a burguesia principiou seu desvanecimento com o triunfo do capitalismo, havendo o conflito de duas gerações burguesas que se opunham: “**a mais velha se mostra bem mais burguesa do que a mais nova**; mais austera, mais tacanha, guiada pelo lucro, mas também independente, irredutível, impaciente com os valores pré-industriais [...]” (MORETTI, 2014, p. 118, grifo do autor).

Em Portugal, a realidade não era tão diferente da do restante da Europa: a monarquia era seu sistema de governo havia séculos, sua estrutura econômica estava ligada à agricultura, o monarca era visto como protetor do povo e a Igreja tinha presença forte. Nesse contexto,

as Invasões Francesas em Portugal não tiveram como efeito medidas reformadoras que alterassem a estrutura do poder senhorial absoluto, como aconteceu noutros territórios europeus invadidos. Pelo contrário, tendo atraído as tropas britânicas que vieram aqui para bater as forças napoleónicas até à sua retirada definitiva da Península, em 1814, as Invasões tiveram por efeito, além do desmoronamento económico, a substituição dos franceses pelos ingleses, que ficaram no país depois da expulsão dos primeiros [...] (SÁ, 1988, p. 246).

Em outras palavras, as ideias burguesas chegaram impostas por meio dos invasores – inicialmente, os franceses, seguidos pelos ingleses. É o que também afirmam Torgal e Roque (1998, p. 18), em introdução ao volume dedicado ao Liberalismo de *História de Portugal*:

[A data de 1807] Ela começa com um movimento de algum modo extrínseco à nossa realidade, as invasões francesas, que despertam simultaneamente o 'nacionalismo português' e dinamizam a tendência 'liberal', ao mesmo tempo que reforçam uma situação de 'crise', reagente da vontade criadora de outras estruturas. [...] 1890 [...] Para além da 'crise de consciência' e de 'regime' que essa data parece anunciar, também ela é significativa do princípio do fim ('fim' que se desenrolará ao longo de muitos decénios) de um vasto império colonial [...].

Os pensamentos liberais trazidos pelos franceses encontraram resistência, principalmente porque, para sua aceitação, se fazia necessária a ruptura com a monarquia, o que não ocorreu, uma vez que a família real “fugiu” para sua colônia, no intento de não ser destituída. O nascimento do mundo burguês em terras portuguesas, pois, aconteceu em ritmo lento, tendo como entraves um “fraco desenvolvimento industrial, sobrevivências aristocráticas e a persistência de valores tradicionais [...]” (VAQUINHAS; CASCÃO, 1998, p. 380) e estando limitado pela associação entre a aristocracia de nascimento e a burguesia com dinheiro.

Após a expulsão dos invasores do território português pelos ingleses, esses ideais permaneceram e passaram a conviver com o absolutismo ainda vigente, visto não ser possível transpor a realidade francesa e inglesa para Portugal. “Portanto, é a partir de 1820 que se inicia o processo de instauração do liberalismo, ou seja, da estruturação do novo poder burguês” (SÁ, 1988, p. 246), momento em que a situação portuguesa era de

[...] crise em todos os planos da vida nacional: crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos do Governo no Brasil; crise ideológica, nascida da progressiva difusão, nas cidades, de ideias políticas que consideravam a monarquia absoluta um regime opressivo e obsoleto; crise econômica, resultante da emancipação econômica do Brasil; crise militar, originada pela presença dos oficiais ingleses nos altos postos do exército e pela emulação dos oficiais portugueses, que se viam preteridos nas promoções (SARAIVA, 2007, p. 275-276).

Além do estrangeirismo de ideias, conforme aponta Vargues (1998, p. 45), nos anos anteriores a 1820, “a consciência liberal e constitucional em Portugal

construía-se essencialmente de fora para dentro”, estando o principal núcleo de poder político na imprensa escrita em português, porém publicada no estrangeiro, em especial, em Inglaterra, “[...] onde a prática de uma liberdade de imprensa era uma realidade que abria novos horizontes à construção da opinião pública [...]” (VARGUES, 1998, p. 44). Eis o contexto de origem das crises indicadas por Saraiva (2007) no excerto anterior.

Diante disso, “em vez de esconder seu mando por trás de uma infinidade de enganações simbólicas, a burguesia obriga toda a sociedade a encarar a verdade sobre si mesma. Ela é a primeira classe **realista** da história da humanidade” (MORETTI, 2014, p. 108, grifo do autor). Em complemento, é interessante informar as palavras de Vargues e Ribeiro (1998, p. 184):

Enquanto o liberalismo inglês seguia a evolução económica do País, dando, por isso, grande atenção às preocupações de foro económico e utilitarista, e o francês vivia da recordação de 1789 e estava mais orientado no sentido do problema político, o liberalismo português revelou um grande dinamismo a nível político-literário e foi, sobretudo, reformista e ‘civilizador’.

Com esse enfoque realista e civilizador por meio da literatura, é relevante trazer à luz a conferência mais conhecida do ciclo ocorrido no Casino Lisbonense e já referido na introdução deste trabalho. Em *Causa da decadência dos povos peninsulares*, discurso proferido em 27 de maio de 1871, Antero de Quental revela que a intenção dele e de seu grupo de compatriotas não era impor suas opiniões, mas tão somente as expor, com vistas a serem discutidas pela sociedade e quiçá aceitas, tendo, acima de tudo, auxiliado na publicação de verdades. Ademais, indica três principais fenômenos que levaram à decadência presente no título de sua fala, sendo “um moral, outro político, outro económico” (QUENTAL, 2016, p. 54), ou seja, o catolicismo, o absolutismo e as conquistas.

Em sua visão,

[...] estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o **pensamento**, a **política** e o **trabalho**, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XV, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um facto contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização (QUENTAL, 2016, p. 54, grifo do autor).

No decorrer de seu texto, para revelar a realidade por ele vivida, continua a utilizar-se da comparação com outras nações, especificamente, Inglaterra e França. Tome-se como exemplo a causa segunda, em que fala especificamente sobre a monarquia e a burguesia:

Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A **burguesia**, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemo-las todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da **burguesia**, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que poderíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! [...] (QUENTAL, 2016, p. 74-75, grifo do autor).

Por esse excerto, pode-se depreender que, na visão de Quental (2016), a burguesia portuguesa não obteve o sucesso desejado, acabando por ser apenas um reflexo difuso daquela que ocorreu em Inglaterra e França. Foi nesse contexto que “[...] Portugal iniciou em 1851 um ciclo de estabilidade que permitirá o desenvolvimento económico do País e a realização das condições essenciais de afirmação da burguesia” (CRUZ, 2012, p. 13).

Ainda segundo Maria Antonieta Cruz (2012, p. 13), a realidade dessa classe foi alvo de grande atenção dos escritores da época, que, “[...] apesar de não nos transmitirem uma definição rigorosa deste grupo social, veicularam, quase sempre, a imagem de um tipo de burguês repleto de atributos poucos elogiosos [...]”; no entanto, há também menção à contribuição para a democracia. Em suas palavras,

é consensual a afirmação de que é burguês aquele que vive com conforto e que, ainda que receba remuneração, exerce uma função respeitada pela sociedade. Isto é, a burguesia inclui, em simultâneo, patrões e assalariados. Ser burguês é estar acima do mundo popular, do qual o separa não só um certo nível de bem-estar material, mas também o acesso à cultura e à fruição dum certo estilo de vida que o distingue cada vez mais dos que lhe são inferiores e cada vez menos da nobreza antiga (CRUZ, 2012, p. 20).

Assim, tal qual em outros países da Europa, a seriedade da nova classe fez emergir uma estética mais crítica nas artes, o Realismo, em oposição ao Romantismo, cuja literatura era denunciada como responsável pelos possíveis vícios das mulheres burguesas. Narrava-se, sobretudo, o cotidiano, compreendendo tanto a paixão trágica típica da aristocracia quanto a baixeza plebeia da comédia; mais uma vez, portanto, esse produto da burguesia estava no meio, não sendo nem uma coisa nem outra (MORETTI, 2014). Importa ressaltar que ambas as estéticas são frutos da burguesia, diferindo pelo fato de o Realismo, como aventado no início do parágrafo, apresentar críticas mais diretas ao cotidiano burguês, na tentativa de educar/reeducar social e moralmente a sociedade.

É relevante informar que Eça, em sua conferência no Casino Lisbonense, versou sobre a literatura, sob o título *A nova literatura: o Realismo como nova expressão da arte*. De acordo com António José Saraiva e Óscar Lopes (2000, p. 803), ele

[...] defendeu uma teoria da arte que a considera condicionada por factores diversos, uns permanentes (o meio, o momento e a raça), outros acidentais ou históricos (ideais directores de cada sociedade); apontou-lhe uma missão social e moralizadora; criticou a literatura romântica por fugir à sua época; e indicou como missão histórica da nova literatura criticar a velha sociedade, abrindo caminho à Revolução [...].

Em outras palavras, a literatura era utilizada como ferramenta crítica tanto por aqueles que concordavam com a nova classe quanto pelos indivíduos saudosos do tradicionalismo, que desejavam o retorno da monarquia e a permanência do absolutismo. Caracterizava-se por descrever em detalhes o lar burguês, apresentando os cômodos e as peças de decoração, revelando os reflexos franceses, principalmente, nos objetos de decoração, a maioria nomeada nessa língua, talvez para diferenciar das classes inferiores e com poucas posses. Da mesma forma, verificava-se o sentimento idílico em relação ao lar, tal qual exposto por Hobsbawn (2005, p. 321-322):

O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados. Ali, e somente ali, os burgueses e mais ainda a família pequeno-burguesa podiam manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a demonstravam e faziam-na possível [...].

De modo complementar, Moretti (2014, p. 53) correlaciona o lar burguês com o conforto, entendido como a “moda da felicidade de estar em casa”: “É impressionante o quanto dos confortos modernos atende à necessidade que mais diretamente advém do trabalho: descanso” (MORETTI, 2014, p. 55-56). Ainda, relata a aproximação entre o burguês e a moda, numa tentativa de ir além e se aproximar da antiga classe dominante – ou seria se afastar da classe imediatamente inferior? –, mantendo-se, porém, o conforto despretensioso (MORETTI, 2014).

Nessa sociedade, a aparência era a palavra de ordem, ou melhor, a hipocrisia.

Não havia absolutamente hipocrisia nos países (sobretudo católicos) onde um comportamento francamente duplo era aceito: castidade para mulheres solteiras e fidelidade para as casadas, a caça livre de todas as mulheres (exceto talvez as filhas casadoiras das classes médias e altas) por todos os jovens burgueses solteiros, e uma infidelidade tolerada para os casados (HOBSBAWN, 2005, p. 325).

De fato, a hipocrisia não era exceção, mas regra. De acordo com Moretti (2014, p. 179), “a honestidade diferencia a burguesia de todas as outras classes: a palavra do comerciante, que vale ouro; transparência [...]; moralidade [...]”. Nesse sentido, a forma de agir, de se vestir, as pessoas de seu relacionamento, quem era recebido em casa, tudo era posto em foco e determinava a avaliação de caráter do indivíduo e sua posição na sociedade. Diante disso, o que importava realmente era salvar as aparências.

Outro aspecto essencial da burguesia dizia respeito à sua maior instituição, a família. Consoante Peter Gay (2002, p. 54), “[...] a família era o ícone adorado pela classe média do século XIX, e a felicidade doméstica era o lema que, por assim dizer, pendia sobre o leito conjugal”. Assim, nada mais natural, na literatura, do que a sociedade ser criticada, principalmente, em sua base familiar, instituição considerada, por vezes, formada pela união de egoísmos distintos, vivendo permanentemente sujeita a desventuras, sendo tal análise realizada, em muitos casos, por meio da experiência sexual burguesa. A esse respeito, Gay (1988, p. 87) disserta:

[...] A cultura burguesa do século XIX, como sabemos, apresentou variações marcantes através dos tempos, de um lugar para outro, entre seus vários estratos, e por conseguinte nas atitudes. Além disso, cada experiência sexual está tão intimamente relacionada aos dotes físicos, às satisfações iniciais e às oportunidades posteriores de cada pessoa, e tão dependente das condições de nascimento, da primeira sedução, de encontros traumáticos, que nenhuma história erótica individual pode se igualar completamente a qualquer outra.

Irene Maria Vaquinhas e Rui Cascão (1998, p. 387) exprimem igual entendimento sobre ser a família a base dessa sociedade, justificando estarem seus valores articulados em torno de “[...] três ideias-força: a importância das relações familiares [...], o papel desempenhado pela educação e boas maneiras e, finalmente, a valorização do ócio e do lazer”. Nesses moldes, outro aspecto criticado na literatura e que tinha relação com as bases da família era a educação feminina da época. Sobre o assunto, Hobsbawm (1988, p. 252) escreve que “a educação acadêmica para as filhas era opcional, e fora dos círculos liberais e progressistas não era garantida”. Já Gay (2002, p. 68) faz entender que, “para a esposa, a família vitoriana podia representar tanto uma prisão como um refúgio. [...] Seu ambiente era o lar, único lugar em que podiam realizar a vocação divina de esposas e mães”. Para ele, “o raciocínio empregado para chegar à conclusão de que as mulheres sofrem de uma incapacidade inerente [...] derivava de superstições firmemente mantidas e sacramentadas sob a forma de tradições” (GAY, 2002, p. 69). Assim, a eletividade por ofertar educação às filhas encontra respaldo na premissa de seu ambiente natural ser o lar, sendo as tratativas feitas nesse ambiente interno, em adição ao cuidado dos filhos, as responsabilidades-fins da mulher burguesa.

Por outro lado, é relevante destacar que, como dão a conhecer Vaquinhas e Cascão (1998), a valorização da família auxiliou no avanço da condição social da mulher, em especial, referente à sua educação feminina. Com a Regeneração, houve a necessidade de recuperar o atraso nesse sentido, a fim de tentar equilibrar a posição da nação portuguesa com a dos países mais cultos e civilizados, que consideravam importante a educação da mulher para a modernização.

Sumarizando, pode-se trazer à baila os dizeres de Vargues e Ribeiro (1998, p. 184, grifo nosso), a saber:

O século XIX é a época do triunfo liberal na Europa [...].  
O liberalismo, **consoante as épocas e os Estados, apresentou aspectos diversos** e deixou de ser visto como uma unidade, representando na política aquilo que o romantismo era na cultura: uma visão própria do Mundo, uma *Weltanschauung*, em que o princípio fundamental permanecia na formação da ideia de liberdade. De um modo geral, podemos afirmar que o liberalismo se define, no plano político, pela democracia parlamentar, no plano económico, pelo liberalismo económico e pelo capitalismo industrial, **no plano social, pela ascensão da burguesia**, no plano cultural, pelas liberdades de expressão e pensamento, no plano moral, pelo individualismo, no plano internacional, pelo princípio das nacionalidades, e no plano religioso, por um anticlericalismo mais ou menos violento ou moderado, porquanto, no

seu contexto histórico ocidental, o liberalismo implicou um esforço de secularização [...].

Nada mais natural, portanto, que a burguesia aqui analisada seja, ao mesmo tempo, singular e plural (GAY, 2002), a depender do momento histórico.

Traçado, em linhas gerais, um panorama da situação política e social vivenciada na Europa em tempos de emergência da sociedade burguesa, para melhor esclarecimento e exemplificação, nos próximos capítulos, por intermédio dos escritos queirosianos selecionados, as principais características dessa classe aqui relatadas serão analisadas, de modo a construir o retrato da sociedade burguesa lisboeta desenhado por Eça no decorrer de sua carreira.

### 3 CENAS DA VIDA DOMÉSTICA: O LAR BURGUEÊS, A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO FEMININA

Neste capítulo, dando início à análise literária comparativa das obras de Eça, tem-se como tema o cerne da sociedade burguesa, isto é, os pilares que a sustentam, representados pelo lar e pela família, a partir do qual é possível expandir para outras temáticas correlatas, a exemplo do foco desta dissertação: a burguesa lisboeta.

#### 3.1 FARPAS INICIAIS SOBRE A MULHER

Como já aventado, Eça de Queirós é (re)conhecido por seus romances, em que apresenta críticas à burguesia lisboeta oitocentista, bem como em direção aos seus principais alicerces: a família e o lar burguês. No entanto, seus escritos vão além das obras literárias, com destaque para *As farpas*, cujo subtítulo é *Crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. A obra consiste em uma compilação de folhetos jornalísticos mensais do então jovem escritor, em que faz sua construção crítica inicial do perfil da sociedade burguesa portuguesa, em maior medida, e lisboeta, em específico, na companhia de Ramalho Ortigão, que assina em conjunto as crônicas.

Na introdução à edição coordenada e publicada por Mónica (2013, p. 1), a autora destaca que, apesar de serem escritos a quatro mãos, por Eça e Ramalho Ortigão, “durante os primeiros anos, a totalidade dos textos foi redigida por Eça. A sua colaboração terminaria no número de Setembro-Outubro de 1872 [...]”, quando abandonou o projeto e se tornou cônsul em Cuba; Ramalho continuou os escritos por pelo menos mais uma década. Em 1886, decidiu republicar os textos em forma de livro, para o qual Eça reeditou suas crônicas, excluindo e acrescentando opiniões. A respeito de suas alterações, assim justificou ao colega:

‘Das *Farpas*, verá que fui forçado a limpar, catar e endireitar muito o estilo. Você nasceu com um estilo já feito e escrevia tão bem há vinte anos como escreve hoje; daí o poder reimprimir os seus artigos sem lhes tocar. Eu tive de fazer o meu estilo à custa de esforços e *tâtonnements*. No tempo das *Farpas* estava ainda no período bárbaro da forma. Não era possível, decentemente, deixar aparecer ao público páginas assim desalinhas e por vezes despidas da própria gramática. Tive de refazer uma *toilette* a cada artigo. Mas nem só uma só frase foi alterada na sua intenção ou no seu feitio de *humour*’ (QUEIRÓS *apud* MÓNICA, 2013, p. 2, grifo do autor).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Correspondência datada de 24 de outubro de 1890, em que tenta explicar sua posição ao colega sobre a reedição dos artigos (MÓNICA, 2013).

Por suas palavras, pode-se depreender que as mudanças foram, essencialmente, estilísticas, porém já se adiantou que se trata de um engodo ao amigo, uma vez que também o conteúdo das crônicas foi alterado. É essa também a opinião de Mónica (2013, p. 2):

Mentira: nem Eça considerava Ramalho um escritor superior, nem resistira a introduzir coisas e cortar outras. É por isso que a presente edição, a original, se justifica. Além da existência de textos que vale a pena ressuscitar, a leitura da obra, hoje raríssima, ajuda-nos a entender a evolução do pensamento de Eça.

Tal assertiva corrobora o posicionamento já trazido neste texto no tocante à escolha da referida edição como *corpus* da análise, visto ser composta pelos textos originais datados de 1871 e 1872.

Considerando a totalidade das crônicas queirosianas, Medina (2000b, p. 149, grifo do autor) afirma que

grande parte das *Farpas* queirosianas são dedicadas a uma implacável crítica do mundo constitucional, da sua política, das suas idéias, homens, instituições e prática. Raramente, aliás, se terá ido, durante o oitocentismo português, tão longe na denúncia dos vícios e fraquezas de um sistema político.

Em complemento, Joana Duarte Bernardes (2012, p. 29, grifo do autor) aponta que “As *Farpas* operam no campo da observação, seleção e crítica. Assim procedendo, elas armazenam material passível de ser desenvolvido num cenário romanesco, já que, a serem palco, elas são a descrição dos factos que torna um romance estudo social”. Daí a compreensão de serem esses seus escritos iniciais fruto da observação de seu entorno, constituindo um *corpus* de análise a ser pormenorizado em romances vindouros, com vistas a um estudo social. Por outro lado, é relevante frisar que, apesar de ser um retrato da sociedade em que vivia, como toda produção direcionada por um pensamento literário, político e/ou social, há tendenciosidade do autor, consistindo numa visão particular, mesmo que partilhada por outros contemporâneos.

O perfil português traçado no decorrer de suas *farpas* é exaltado pelo próprio autor ao travar um primeiro contato com o leitor na crônica inicial, de maio de 1871:

Leitor de bom senso – que abres curiosamente a primeira página deste livrinho, sabe, leitor – celibatário ou casado, proprietário ou produtor, conservador ou revolucionário, velho patuleia ou legitimista hostil – que foi para ti que ele foi escrito – se tens bom senso! E a ideia de te dar assim todos os meses, enquanto quiseres, cem páginas irónicas, alegres, mordentes, justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir através da penumbra confusa dos factos, alguns contornos do perfil do nosso tempo (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 16).

Por meio dessas palavras, com sua pena ácida, incita à leitura seu público-alvo – em grande medida, a burguesia lisboeta – e, ao mesmo tempo, se faz ironicamente de humilde servidor deste, enquanto o interesse por tais escritos/denúncias permanecer. Caracteriza-se aqui Eça como humilde servidor pelo fato de, em vez de apresentar esses cadernos como forma de denúncia e crítica da realidade decadente vivida, fazê-lo como uma responsabilidade adquirida perante seus concidadãos, sendo, dessa forma, um meio para o conhecimento destes. Sua ironia é, aliás, citada por Elza Miné (1986, p. 83) ao analisar outra obra de cunho jornalístico, *Cartas de Inglaterra* (1905):

A sua tónica é indubitavelmente a ironia. Comparece na apresentação dos factos, embebe, dá vida e sabor aos comentários, plasma a apresentação de várias personalidades, é, enfim, a responsável directa pela criação de constante e peculiar atmosfera crítica que envolve e dá unidade ao conjunto das correspondências. Através dela afloram os juízos de valor [...].

Em outras palavras, tratava-se a ironia de um instrumento de construção constante do autor para tecer suas críticas e compor seus textos.

Apesar de a política figurar como principal foco de atenção, não seria possível deixar em esquecimento os pilares da sociedade portuguesa, a exemplo da família e do lar, podendo-se encontrar em quase totalidade das suas crônicas trechos que denunciam o papel da mulher e acusam sua educação como fonte de sua subalternidade em relação ao homem. Medina (2000b, p. 158), a esse respeito, disserta que, “quanto à mulher, seu papel na sociedade, sua condição e função social, Eça dedica páginas admiráveis de lucidez e atenção sociológicas [...]”.

Neste ponto, cabe informar que, sendo o principal objeto de estudo desta dissertação a burguesa portuguesa, neste capítulo, se trata especificamente da sua educação, o que não pode ser feito sem igualmente abordar o universo familiar em que está inserida. Fato é que, para Eça, as diversas gerações são grandemente – não

totalmente – doutrinadas pela conformação e ação materna, como consta na crônica de março de 1872, na qual, aliás, a temática feminina é mais amplamente tratada:

A ação de uma geração é a expansão pública do temperamento das mães. A geração burguesa e plebeia de 1789 a 93 foi em França forte, livre, sensível e humana – porque as mães que a conceberam tinham chorado e pensado sobre as páginas de Rousseau.

A geração de 30, gerada durante o primeiro império – foi nervosa, idealista, ávida de dramas e de excitação, porque as mães tinham vivido nos sobressaltos das guerras, na tensão aguda do receio, na contemplação dos destinos maravilhosos.

Se a geração de 51, em Portugal, foi a mais viva, mais impaciente e mais original – é porque as mães tinham sido as raparigas vivamente sacudidas pelos tempos coléricos e dramáticos de 28.

Assim – o que hoje são as meninas de 1872, é o que será a geração portuguesa de 1893? Oh, não, inteiramente! Os livros, as ideias, as ciências, o espírito positivo, as revoluções formá-la-ão. Mas nem por isso é menos curioso saber o que são estas gentis raparigas de 15 a 20 anos: assim se poderá prever o que elas serão como esposas e como mães, como companheiras e como educadoras (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 413).

Igual curiosidade tenta-se aqui satisfazer.

Especificamente sobre a jovem mulher burguesa portuguesa, na mesma farpa, Eça faz uma longa descrição a seu respeito, da qual são trazidos alguns excertos:

**As meninas solteiras.** Vejamos o tipo geral de Lisboa: é uma pessoa magrita, amarelada, com um andar débil, ligeiramente ondulado, um grande *puff* no vestido, penteado difícil e espesso, um pequenino chapéu, o olhar sem ingenuidade, sem hesitação e sem temor.

O primeiro sinal saliente é a debilidade e a anemia. [...] A palidez, a curvatura, as olheiras, o deprimido, o murcho – mostram um ser possuído de sensibilidade, de histérico, de apetites, de ideias subtis e profanas, de excitações e de nevroses. [...] (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 414, grifo do autor).

Tal composição corporal é justificada pelo autor mediante sintomas, classificados como doenças, como não respirar, não fazer exercícios, não comer ou comer mal e, finalmente, apertar-se em espartilhos. Compara, ainda, essas mulheres às francesas, alemãs, inglesas, as quais são na sua visão melhores em seu preparo físico e sentimental. Ressalte-se que, como faz conhecer Mónica (2001), o companheiro de Eça n'As *farpas*, Ramalho Ortigão, possui o mesmo ponto de vista sobre a mulher, o que parece tratar-se de uma constante para alguns intelectuais desse período.

Sobre esse aspecto, é relevante a contribuição de Ana Helena Cizotto Belline (1997, p. 521):

Se, por um lado, deve-se considerar que, na literatura de autoria masculina, a mulher não é, em geral, representada como ela é e sim como os homens a vêem – constituindo-se tal representação como um dos principais fatores de justificação e sustentação da condição feminina de inferioridade – por outro lado deve-se levar em conta que não se trata do produto de uma conspiração ou deliberada falsificação. Ao contrário, mesmo os maiores escritores têm representado equivocadamente a mulher, assim como as leitoras, embora lendo muito, têm lido mal [...].

Concorda-se com Belline (1997) sobre o exposto e, diante disso, é preciso deixar claro que a análise aqui empreendida tem como base o olhar queirosiano em relação à mulher burguesa. Em outras palavras, a caracterização feminina é feita do ponto de vista de Eça, podendo, assim, não representar toda a realidade.

Ainda sobre o tema, Daiane Cristine Pereira (2019, p. 9), já na introdução de sua tese de doutorado, informa que

[...] parte da crítica toma o narrador queirosiano como essencialmente masculino e acaba por conceber suas personagens femininas como mulheres passivas, ociosas, lascivas, entre outras características negativas, que não revelaria um entendimento mais aprofundado da parte do autor da condição das mulheres no século XIX na sociedade ocidental e, em especial, na sociedade portuguesa, ou seja, não se dá conta de como Eça de Queirós, tentando descrever realisticamente a sociedade burguesa, acaba por reproduzir de forma crítica a representação estereotipada e petrificada que lhes é impingida pela dominação masculina, promovendo a denúncia dessa dominação.

Eça continua sua explanação informando que, além dessa debilidade do corpo, “[...] o que nelas é mais característico – é a debilidade dos modos, dos hábitos” (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 417), no que também estabelece comparação com as inglesas, cujo andar transmite sua saúde e personalidade. Veja-se, nesse sentido, o roteiro de um dia de sua vida:

[...] O dia de uma menina de dezoito anos é assim dissipado: almoça, vai-se pentear, corre o *Diário de Notícias*, cantarola um pouco pela casa, ajeita-se numa cadeira, pega no *crochet* ou na costura, deixa-a, vai à janela, passa pelo espelho, duas pancadinhas no cabelo para o compor, dá mais dois pontos no trabalho, deixa-o cair no regaço, come um bocadinho de doce, conversa vagamente, volta ao espelho e assim vai puxando o tempo pelas orelhas, fatigada de ociosidade e bocejando as horas (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 417, grifo do autor).

Com isso, reafirma a conformação preguiçosa, débil, caseira da mulher burguesa criada para ser uma dona de casa perfeita, em contraposição à mulher de sala, representada pela senhora da alta sociedade, na denominação de Maria Amália Vaz de Carvalho (2003, p. 67-68, grifo do autor):

Ao contrário da **mulher de sala** – cuja primeira aspiração é brilhar, e que muitas vezes obrigada pela alta posição que ocupa, ou que o marido ambiciona, outras vezes induzida pelos próprios gostos, vive principalmente para o mundo e pelo mundo, dando jantares, bailes e recepções deslumbradoras, assistindo a frequentíssimas festas, impondo a **sua maneira** especial de vestir-se e de adornar-se, sendo rainha incontestada no reino da moda e da dissipação mundana, – ao contrário dessa brilhante personalidade que se distingue ou pela pompa ou pela distinção rara do seu gosto, às vezes por uma formosura excepcional, outras vezes por um tacto especialíssimo, a verdadeira dona de casa vive dentro do seu pequeno e restrito império, cumprindo exactamente os deveres que a polidez social impõe, mas não deixando tyrannizar pelos seus excessos ou pelas suas convenções.

A mulher de sala, portanto, faz-se mostrar, enquanto a dona de casa fica restrita a esse pequeno império do qual é senhora. Eça termina por assim concluir sua descrição:

Veja-se que companheira para a vida do homem – e do homem moderno que não é um trovador ou um contemplativo, nem um sultão para ter aninhadas, em fofas almofadas, preguiças perfumadas e brancas – mas que é um trabalhador, precisa ganhar o seu pão, viajar, arcar com as fortes durezas da vida; como há de ter sobre os braços criaturinhas que desfalecem e gemem, cheias de *puff*, de pó de arroz, de rabuge e de mimos de romance! (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 418, grifo do autor).

Nesse sentido, mostra a separação existente entre o que o “novo” homem burguês precisa e o produto da educação feminina. Como a justificar a formação desse tipo na burguesia portuguesa, passa a tecer palavras sobre essa educação, principiando pelas lições caseiras e pela “adultização” das meninas em relação à vestimenta, passando pelo catecismo católico e sua repetição, de modo que os ensinamentos não são experimentados e realmente compreendidos, finalizando com o casamento e constituição de seu novo universo: o lar e a família.

Tais aspectos encontram-se interligados, principiando pela educação materna no seio familiar, seguido pelo modo de vestir as crianças como pequenas senhoras, aos moldes da nobreza, com seus grandes vestidos a inflamar sua vaidade e a dar certa sensação de poder. Essas meninas seguem a educação católica, aprendendo a rezar, se ajoelhar, recitar as orações, sem, contudo, desenvolver a compreensão

dessa fé. Crescem, assim, na mentira, como reflexo dessa sociedade que tem na hipocrisia uma de suas principais características (HOBBSAWN, 2005), detalhe que também é lembrado no texto de Eça: “[...] De resto, aqui a mentira é um hábito público. Mente o homem, a política, a ciência, o orçamento, a imprensa, os versos, os sermões, o romance – a arte, e o país é uma grande consciência falsa. Vem da educação” (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 421). Desse modo,

em Portugal, uma mulher, excluída da política, da indústria, do comércio, da literatura, pelos hábitos ou pelas leis – fica apenas de posse de um pequeno mundo moral, seu elemento natural – a família. Infinito domínio, o mais profundo, o mais belo, o mais grave. As mulheres queixam-se (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 422).

Esse excerto, aliás, reitera o posicionamento do autor, assim como da sociedade, no sentido de que o *locus* natural da mulher é a família. Até porque, segundo ele, as mulheres não são afeitas aos estudos e às ciências, o que é resultado, principalmente, do tédio do ensino tradicional, com seus métodos monótonos e fatigantes. Ademais, faz críticas à grande imaginação incitada por esse modelo, o que possui em seu âmago uma crítica à educação romântica típica do momento histórico imediatamente anterior. Tal direcionamento é relatado por Vaquinhas (2011, p. 24-25, grifo do autor), que afirma:

O próprio romantismo ajudou a forjar este tipo feminino, ao construir uma imagem de mulher simultaneamente idealizada e insignificante: a mulher **frágil**, cujo charme reside precisamente na sua vulnerabilidade; a mulher espartilhada em termos físicos e morais, posta ao abrigo dos perigos exteriores, virginal e ignorante, cujos conhecimentos se deviam reduzir às artes de bem receber e às ‘prendas domésticas’: labores, um pouco de francês, de piano e de canto. Apenas o necessário para animar os salões ou os saraus familiares.

A autora complementa indicando que “[...] o conteúdo intelectual da educação da mulher era praticamente nulo, considerando-se mesmo que intelectualidade não rimava com feminilidade. A ignorância feminina era considerada quase como uma virtude [...]” (VAQUINHAS, 2011, p. 27). O objetivo, consoante Vaquinhas e Cascão (1998), era torná-la ociosa, o que, nessa sociedade, era considerado um sinal de prosperidade e êxito do senhor do lar.

Esse pensamento é também explorado por Cruz (2012) ao relatar que a instrução feminina era uma preparação para o papel reservado à mulher pela sociedade, ou seja, a casa, a educação dos filhos e o apoio ao marido.

Mesmo mulheres culturalmente mais evoluídas manifestaram, com alguma frequência, reservas em relação ao trabalho feminino pelo prejuízo que ele acarretaria para a família e para a própria mulher, que, com isso, perderia características fundamentais que a singularizavam (CRUZ, 2012, p. 33-34).

De acordo com Francisco Dantas (1999, p. 37), “essa educação danosa adquirida no colégio é completada pela família e pela sociedade, assim que a rapariga atinja 16 ou 17 anos”. Acostumada na infância a ver a ação do dinheiro dentro de sua casa, quando chega à idade das núpcias a mulher já tem em si a ideia das benesses financeiras fixada,

daí a preocupação, casar, casar com dinheiro, casar rica; seja o marido velho, imbecil ou rude, plebeu ou trivial: o dinheiro fásca, atrai, triunfa. Por outro lado a sociedade diz-lhe: goza. [...] De modo que temos, casar rica para gozar: é em que se resolve a ambição de todo o destino feminino. Dinheiro – e sensibilidade (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 427).

Daí a meta da menina/mulher, segundo Eça, ser casar-se e, de preferência, com dinheiro! No entanto, é importante lembrar que a ascensão social nessa sociedade era uma constante; estando as mulheres em segundo plano e não tendo voz ativa em sua própria vida, a forma que encontram de conquistar novas posições é pelo matrimônio.

Informando julgar não considerar necessário estender-se mais nesse assunto, Eça faz o seguinte resumo sobre o tema:

Uma só consideração resumirá estas notas: a mulher na presença do mundo tentador – está hoje desarmada. Desarmada, inteiramente. A família e a sua dignidade enfraqueceu, a religião tornou-se um hábito incompreendido, a moral está-se transformando e enquanto se transforma não influencia nem dirige, a fé já não existe, a prática da justiça ainda não chegou: em se apoiará a mulher? [...].

Há muita gente ingênua que supõe – que uma grande consideração para a mulher – é o terror da catástrofe. Pueril ingenuidade. Nada tem um encanto tão profundamente atraente como a catástrofe. Ela satisfaz o desejo mais violento da alma – palpitar fortemente. [...] (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 428).

Eis um indício de como o autor compreende o tema n'As *farpas* e que parece ecoar na produção vindoura, como em *O primo Basílio*, obra publicada no fim da mesma década em que as crônicas aqui analisadas vieram à lume.

### 3.2 UM ANJO DE CANDURA E SUJEIÇÃO

Em *O primo Basílio*, que tem por subtítulo *Episódio da vida doméstica*, Eça inicia traçando um retrato da burguesia lisboeta do período. Nos dois primeiros capítulos, apresenta tanto a locação principal de toda a trama – a casa de Luísa e Jorge – quanto as principais personagens, que abrangem os variados elementos dessa classe. A casa é descrita em uma típica manhã burguesa:

Tinham dado onze horas no cuco da sala de jantar. Jorge fechou o volume de Luís Figuiet que estivera folheando devagar, estirado na velha *voltaire* de marroquim escuro [...].

[...]

[Luísa] Ficara sentada à mesa a ler o *Diário de Notícias*, no seu roupão de fazenda preta, bordado a sustache, com largos botões de madreperla; [...]. A sala esteirada, alegrava, com o seu teto de madeira pintado a branco, o seu papel claro de ramagens verdes. Era em julho, um domingo, fazia um grande calor; [...].

[Jorge] Tinha estado até então no ministério, em comissão. Era a primeira vez que se separava de Luísa; e perdia-se já em saudades daquela salinha [...] (QUEIRÓS, 1994, p. 1, grifo do autor).

A seu tempo, outros cômodos da casa são detalhados, também demonstrando os reflexos franceses nos objetos de decoração, a maioria nomeada nessa língua, talvez para diferenciar das classes inferiores e com poucas posses, além de afirmar a França como referência em termos de refinamento nessa época. Nesse sentido, como oposto ao conforto dos ambientes visitados pelos senhores da casa, é interessante trazer à luz o relato sobre o quarto de Juliana, representando todos os demais aposentos da criadagem:

O quarto era baixo, muito estreito, com o tecto de madeira inclinado; o sol, aquecendo todo o dia as telhas por cima, fazia-o abafado como um forno; havia sempre à noite um cheiro requentado de tijolo escandecido. Dormia num leito de ferro, sobre um colchão de palha mole coberto de uma colcha de chita; da barra da cabeceira pendiam os seus bentinhas e a rede enxovalhada que punha na cabeça; ao pé tinha preciosamente a sua grande arca de pau, pintada de azul, com uma grossa fechadura. Sobre a mesa de pinho estava o espelho de gaveta, a escova de cabelo enegrecida e despelada, um pente de osso, as garrafas de remédio, uma velha pregadeira de cetim amarelo, e, embrulhada num jornal, a cuia de retrós dos domingos. E o único adorno das paredes sujas, riscadas da cabeça de fósforos, era uma

litografia de Nossa Senhora das Dores por cima da cama, e um daguerreótipo onde se percebia vagamente, no reflexo espelhado da lâmina, os bigodes e as divisas de um sargento (QUEIRÓS, 2016, p. 77-78).

Como se vê, a criada é desprovida de posses, dorme em um local com pouco conforto, na companhia de percevejos a fazer coçar seu corpo. A ideia de privacidade (mesmo que mínima) dada pela fechadura em seu baú é no decorrer da narrativa revelada como falsa, uma vez que Luísa, dona da casa, também possuía chave desse objeto.

Retornando à casa burguesa de Luísa e Jorge, ela é palco de encontros semanais, recheados de comida, conversas, canções ao piano, típicos dessa sociedade, conforme aponta Carvalho (2003), nos quais são apresentadas as demais personagens da obra, que retratam uma pequena Lisboa. O próprio autor, em carta a Teófilo Braga, datada de 12 de março de 1878, sobre a obra recém-escrita, assim os apresenta:

No *Primo Basílio* que apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa: – a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já não o tem; sanção moral da justiça, não sabe o que é), arrasada de romance, lírica, sobreexcitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc., etc. – enfim a burguesinha da Baixa; por outro lado o amante – um maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura, e o amor grátis; do outro lado a criada, em revolta secreta contra a sua condição, ávida de desforra; por outro lado a sociedade que cerca estes personagens – o formalismo oficial (Acácio), a beatice parva de temperamento irritado (D. Felicidade), a literaturinha acéfala (Ernestinho), o descontentamento azedo, e o tédio de profissão (Julião) e às vezes quando calha, um pobre bom rapaz (Sebastião) (QUEIRÓS, 1994, p. 290, grifo do autor).

Essa miríade de personagens reafirma a percepção apresentada por Gay (2002, p. 28), de que “a burguesia era ao mesmo tempo uma só coisa e muitas coisas”. Ainda nas palavras desse autor:

Os segmentos que se preocupavam ansiosamente em cuidar de seus status social eram especialmente a camada superior da burguesia, os grandes plutocratas, alguns dos quais ardendo por penetrar na aristocracia, além de sua correspondente mais baixa, a dos pequeno-burgueses empobrecidos e receosos de serem atirados à massa plebeia (GAY, 2002, p. 29).

O desejo de ascensão social citado nesse excerto pode ser corroborado pelo pensamento de Vaquinhas e Cascão (1998), ao esclarecer que, num primeiro

momento, os burgueses buscavam ascender à nobreza pela concessão de títulos, enquanto, no fim do século, com seu pensamento já modificado, eram desejosos de cargos prestigiados. Referente àqueles ansiosos de penetrar em esferas superiores da sociedade, eles podem ser exemplificados pelo conselheiro Acácio, sempre defensor da monarquia e que, em certo ponto da narrativa, é agraciado pela indicação ao Grau de Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago, “[...] atendendo aos seus grandes merecimentos literários, às obras publicadas de reconhecida utilidade e mais partes...” (QUEIRÓS, 2016, p. 372). No jantar íntimo de comemoração, recebe seus amigos vestindo o hábito de Sant'Iago, o que pode se considerar uma forma de se afirmar digno de tal investidura e um tanto superior no *status* social.

Eça, em outros momentos, também reforça que a aparência é que dita a real posição do indivíduo na sociedade; é preciso ser visto e da forma correta. Tome-se à análise o episódio em que Basílio e Julião são apresentados:

Basílio ergueu-se do sofá languidamente, e, num relance, percorreu Julião desde a cabeleira desleixada até às botas mal-engraxadas, com um olhar quase horrorizado.  
 – ‘Que pulha!’ – pensou.  
 Luísa, muito fina, percebeu, e corou, envergonhada de Julião.  
 Aquele homem de colarinho enxovalhado e com um velho casaco de pano malfeito – que idéia daria a Basílio das relações, dos amigos da casa! Sentia já o seu chique diminuído. E instintivamente, a sua fisionomia tornou-se muito reservada – como se semelhante visita a surpreendesse! Semelhante toaleta a indignasse! (QUEIRÓS, 1994, p. 61).

Pertencentes a estratos sociais distintos, Basílio vê na simplicidade da vestimenta de Julião algo a reprovar, como se não devessem frequentar os mesmos ambientes, tampouco ter as mesmas amizades. Já Luísa tem vergonha – diante de seu primo, ressalte-se – de ter alguém tão desleixado em seu convívio, pondo a diminuí-la. Por outro lado, no que diz respeito à sua melhor amiga, Leopoldina, não tem a mesma aversão, mas se submete de certa forma à opinião de Jorge:

Jorge não respondeu [...]:  
 – Ouve lá, é necessário que deixes por uma vez de receber essa criatura [Leopoldina]. É necessário acabar por uma vez!  
 Luísa fez-se escarlate.  
 – É por causa de ti! É por causa dos vizinhos! É por causa da decência! (QUEIRÓS, 2016, p. 30).

A preocupação de Jorge está relacionada unicamente à maledicência que pode resultar dessas visitas, pois, como homem da casa, deve prezar por manter o

nome da família, ao que a esposa deve colaborar. Portanto, a forma de agir, de se vestir, as pessoas de seu relacionamento, quem é recebido em casa, tudo é posto em foco e determina a avaliação de caráter do indivíduo e sua posição na sociedade. Diante disso, o que importa realmente é salvar as aparências.

Retornando aos pilares dessa sociedade, a sociedade portuguesa é criticada, principalmente, em sua base familiar, instituição que o autor revela como formada pela união de egoísmos distintos, vivendo permanentemente sujeita a desventuras, sendo tal crítica realizada, sobretudo, por meio do adultério feminino, presente em todos os relacionamentos que são relevantes na obra – Luísa e Jorge, Leopoldina e seu marido –, como também no relacionamento platônico entre Conselheiro Acácio e D. Felicidade e no relacionamento não oficial entre o mesmo Conselheiro e sua empregada. Tal temática, no entanto, será melhor explorada no capítulo seguinte, que se debruça sobre a sexualidade feminina.

Sobre a educação feminina da época, o autor expõe que a mulher era educada mediante bases românticas, sendo referendada pela literatura dessa escola, desejando viver os romances sublimes representados nas obras e querendo encontrar seu herói romântico. Tal educação romântica constrói uma sensibilidade inflamada, que se mostra bastante fraca quando confrontada com personagens galantes, como se pode verificar no trecho que segue:

[Luísa] Lia muitos romances; tinha uma assinatura, na Baixa ao mês. Em solteira, aos dezoito anos entusiasmara-se por Walter Scott e pela Escócia; desejara então viver num daqueles castelos escoceses [...]; e amara Ervandalo, Morton e Ivanhoé, ternos e graves, [...]. Mas agora era o **moderno** que a cativava: Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades. Ria-se dos trovadores, exaltara-se por Mr. de Camors; e os homens ideais apareciam-lhe de gravata branca, nas ombreiras das salas de baile, com um magnetismo no olhar, devorados de paixão, tendo palavras sublimes (QUEIRÓS, 1994, p. 5-6, grifo do autor).

Ainda no tocante à caracterização de Luísa e, em maior medida, da mulher burguesa lisboeta, tem-se o seguinte excerto:

[Luísa] Ficara sentada à mesa, a ler o *Diário de Notícias*. Roupão de manhã de fazenda preta, bordada a *soutache*, com largos botões de madrepérola; o cabelo louro um pouco desmanchado, com um tom seco do calor do travesseiro, enrolava-se, torcido no alto da cabeça pequenina, de perfil, bonito; a sua pele tinha a brancura tenra e láctea das louras: com o cotovelo encostado à mesa acariciava a orelha, e, no movimento lento e suave dos seus dedos, dois anéis de rubis miudinhos davam cintilações escarlates (QUEIRÓS, 2016, p. 7, grifo do autor).

Nessa leitura, pode-se encontrar certa similaridade com aquela descrição feita por Eça em sua farpa referente a um dia típico da menina solteira. Da mesma forma, vislumbra-se a conformação física fraca da portuguesa criticada por ele, revelada aqui pela brancura da pele de Luísa.

A esposa burguesa, cujo ambiente natural era o lar (GAY, 2002), é analisada em semelhante perspectiva: “Mas Luísa, a Luisinha, saiu muito boa de casa; tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era asseada, alegre como um passarinho, como um passarinho amigo do ninho e das carícias do macho [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 10), ou seja, ela vivia exclusivamente para o lar e seu marido, “[...] porque não compreendia que ela falasse, sentisse, vivesse, que não fosse no interesse da casa e para maior felicidade de Jorge” (QUEIRÓS, 1994, p. 70).

Também se mostra a subordinação da mulher ao seu marido e senhor, como se depreende de conversa de Jorge com Sebastião, antes da viagem do primeiro ao Alentejo, sobre as visitas de Leopoldina: “[...] Porque ela é assim: esquece-se, não reflexiona. É necessário que alguém a advirta [...] sentindo-se apoiada, tem decisão. Senão, acanha-se, deixa-a vir. [...] Não tem coragem para nada: começam as mãos a tremer-lhe, a secar-se-lhe a boca... É mulher, é muito mulher! [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 53). Além de sujeitada aos mandos do marido e, em maior análise, às determinações masculinas na sociedade, a mulher é tida como alguém que, levada pela emoção e sentimento, não é capaz de tomar decisões acertadas para manter o bom nome de sua família.

Em relação ao tema, Bernardes (2012, p. 193, grifo do autor) afirma ser Luísa um retrato da “mulher normal”, porém com certa aura que lhe confere fragilidade, sendo, por conseguinte,

[...] passível de estar subordinada ao elemento masculino. Luísa é apresentada como uma mulher facilmente influenciável, na qual permanecem marcas de infantilidade e que a maternidade não reabilita. Resultado de uma educação **recolhida** que, motivo de uma existência entediada, se alia a causas de índole fisiológica, Luísa é o protótipo da burguesa do século XIX [...].

Vítima de uma educação romântica, a personagem passa o dia lendo e sonhando com seus romances, sendo a persuasão dessas obras uma das responsáveis pelo acontecimento do adultério, levando-a a desejar que esse

relacionamento fosse semelhante ao lido em uma obra romântica. Além disso, o autor relaciona essa educação com a fraca constituição moral das mulheres ou, ainda, com a falta de moral, sendo o destino da personagem a desilusão de seus sonhos e a morte.

Por meio da mesma personagem, Eça critica a condição de vida burguesa no tocante à mulher e expõe a dualidade vivida por ela, que deseja algo além de sua condição, mas está presa ao jogo de aparências:

[...] O que havia de infeliz em abandonar a sua vida estreita entre quatro paredes, passada a examinar róis de cozinha e a fazer crochê, [...]. Quase fora uma felicidade aquele 'desastre'! Sem ele nunca teria tido coragem de se desembaraçar da sua vida burguesa; mesmo quando um alto desejo a impelisse, haveria sempre uma timidez maior para a reter! (QUEIRÓS, 1994, p. 155).

O desastre avertido nessas linhas faz lembrar a conclusão feita n'*As farpas* sobre a constituição da mulher, no sentido de que a catástrofe é uma atração para ela. Destaca-se que tal dualidade somente é despertada em Luísa após a vivência do seu amor proibido; não fosse ele, continuaria sua rotina e apenas imaginaria situações nesse sentido por meio das leituras, como também das histórias contadas por sua amiga, Leopoldina.

Ao analisar a caracterização feminina, Dantas (1999) reflete que, pela ausência do homem, a mulher experimenta uma espécie de liberdade provisória, em que pode conhecer mais sobre si mesma e suas sensações. Nessa linha de pensamento, afirma sobre Luísa:

Eça sublinha, assim, que a sua permanente hesitação, a sua falta de convicção e a eterna tendência ao acaso decorrem, em princípio, da ascendência da imagem feminina que Jorge incute nela, graças ao limbo pessoal em que Luísa se encontra, devido à formação burguesa destinada à mulher. Posteriormente, esses atributos recrudescem e se agudizam em virtude do embate dos dois modelos diversos que ela encarna: o de Jorge e o de Basílio (DANTAS, 1999, p. 95).

Portanto, resultado de sua educação, Luísa permanece eternamente vinculada à imagem imposta a ela por um homem de seu relacionamento (Jorge ou Basílio), o que também se dá em seu convívio com Sebastião, amigo da família que a vê como pura e ingênua: na ânsia de perpetuar essa visão, é inicialmente incapaz de pedir a ele o dinheiro solicitado por Juliana em troca das cartas de amor dela e de Basílio.

Apenas quando não mais tem forças para aguentar as sujeições decorrentes da chantagem, vendo seu lugar de dona da casa usurpado pela criada, o procura para tentar resolver sua tragédia pessoal.

Neste ponto, importa informar que, apesar de outras duas personagens femininas serem relevantes para a análise aqui empreendida, a saber, Leopoldina e Juliana, que funcionam como contraponto e complemento a Luísa, devido à sua importância, seu estudo não será realizado neste momento, destinando-se um capítulo específico à caracterização dessas mulheres que orbitam o cotidiano da típica mulher burguesa.

Ainda sobre a educação feminina no século XIX, outro aspecto referido na crônica “farpista” analisada anteriormente e presente em *O primo Basílio* trata-se da educação religiosa de cunho católico, em diálogo com os princípios da Geração de 70, sendo, inclusive, uma das causas da decadência peninsular citada por Quental (2016) em sua conferência. Adiante na narrativa, depois de descoberta sua traição, chantageada pela empregada e abandonada à própria sorte pelo amante, Luísa acaba por adentrar a Igreja da Misericórdia, um desejo que lhe vem sem saber o porquê:

[...] E depois sentia-se tão infeliz que se lembrou de Deus! Necessitava alguma coisa de superior, de forte a que se amparar. Foi-se ajoelhar ao pé de um altar, persignou-se, rezou o padre-nosso, depois a salve-rainha. Mas aquelas orações que ela recitava em pequena, não a consolavam; sentia que eram sons inertes que não iam mais alto no caminho do Céu que a sua mesma respiração; não as compreendia bem, nem se aplicavam ao seu caso: Deus por elas, nunca poderia saber o que ela pedia, ali, prostrada na aflição. Queria falar a Deus, abrir-se toda a Ele: mas com que linguagem? [...] (QUEIRÓS, 2016, p. 369).

Por meio dessa passagem, Eça corrobora sua compreensão inicial de que o catecismo católico, base da educação infantil portuguesa do período, nada mais é do que uma repetição de orações, cujas palavras não são internalizadas, de modo que, necessitada de amparo pelo viés da fé, a mulher não é capaz de encontrá-lo.

De modo diverso, com a análise de outra obra em destaque, ver-se-á que o perfil feminino construído por Eça dá sinais de transformação.

### 3.3 VISLUMBRES DE INDEPENDÊNCIA

Finalmente, esta análise detém-se sobre *Os Maias*, obra que tomou quase uma década de atenção para sua escritura, tendo sido publicada em 1888, e que tem

como subtítulo *Episódios da vida romântica*. De acordo com Mónica (2001), o atraso para seu lançamento deve-se, principalmente, a uma crise intelectual de Eça, fruto do conhecimento de novos autores (ingleses), cujos pensamentos em muito diferiam daqueles com que foi educado (de origem francesa, em grande medida). Além disso, a ideia inicial de fazer um romance de costumes foi alterada quando decidiu incluir uma tragédia no enredo.

O livro, como antecipa seu título, conta a história dos Maias, antiga família da Beira, pouco numerosa e sem parentelas, que tem como patriarca Afonso da Maia. Focado, essencialmente, nas personagens masculinas desse núcleo familiar e seus convivas, as mulheres – apesar de fortes em seus variados aspectos principais – aparecem de forma secundária, a justificar e determinar certas ações, sendo seus pensamentos, essencialmente, conhecidos pelo viés do homem, que imagina diálogos, sentimentos. No entanto, é importante ressaltar, fazendo coro com Dantas (1999, p. 233), que as personagens escolhidas para esta análise possuem “[...] acentuada responsabilidade sobre os destinos [...]” da família protagonista. O autor continua, afirmando que, “[...] no interior desse romance considerado eminentemente masculino, esta história de mulher se desenrola – embora veladamente, pois a consciência narrativa jamais se ocupa diretamente dela – de maneira incisiva e até decisória” (DANTAS, 1999, p. 233-234). Assim, pode-se dizer que, enquanto, em *O primo Basílio*, as personagens femininas têm voz – sem esquecer que esta parte de um autor/narrador masculino, sendo, portanto, reflexo de seu modo de ver e pensar – e são as protagonistas, em *Os Maias*, têm o foco narrativo retirado delas; mesmo secundárias, assumindo também na estrutura narrativa o papel que a sociedade lhes indica, de subalternidade, são decisivas para os acontecimentos, o que pode despertar o pensamento de que essa subalternidade, em última análise, é superficial.

Consoante Mónica (2001), nessa obra há a descrição de um país que, no fim, não se regenera. A autora também refere que o livro é sobre destino, ou melhor, um destino malogrado em dois sentidos: o amor de Carlos e Maria Eduarda é marcado por uma tragédia e interrompido, assim como são frustradas as ambições de Carlos e seu amigo Ega em direção à reforma do país.

Sobre as personas retratadas, Medina (2000a) informa que não se está diante da classe média portuguesa (burguesia), mas de indivíduos numa escala social mais alta, abastados, ociosos; os burgueses, para ele, são representados por personagens

marginais. No entanto, é preciso lembrar que o foco desta análise são as mulheres e aquelas aqui analisadas pertencem em algum momento a essa classe.

A ação tem como espaço uma Lisboa sem muitas alterações daquela entrevista em *O primo Basílio*, o que pode revelar a compreensão do autor de que as ideias de transformação do país permaneceram nesse plano (das ideias). Agora, o *locus* principal de desenvolvimento dos acontecimentos é a casa da família Maia, conhecida como Casa do Ramalhete, assim descrita nas primeiras linhas do romance:

A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa no outono de 1875 era conhecida na vizinhança da rua de São Francisco de Paula, e em todo o bairro das Janelas Verdes, pela Casa do Ramalhete, ou simplesmente o Ramalhete. Apesar deste fresco nome de vivenda campestre, o Ramalhete, sombrio casarão de paredes severas, com um renque de estreitas varandas de ferro no primeiro andar, e por cima uma tímida fila de janelinhas abrigadas à beira do telhado, tinha o aspecto tristonho de residência eclesiástica que competia a uma edificação do reinado da sra. d. Maria I [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 13).

Apesar de Afonso preferir o sossego de Santa Olávia, por amor a seu neto, “[...] rapaz de gosto e de luxo que passava as férias em Paris e Londres” (QUEIRÓS, 2017, p. 15), fez reformar o casarão para habitar na cidade e ali receber os amigos íntimos. Por indicação de Carlos, o projeto foi executado por um arquiteto-decorador trazido de Londres, tendo-se mantido apenas a mesma fachada triste do Ramalhete. Eis aqui um primeiro indício de mudança de referência – de França para Inglaterra.

Esse aspecto pode ser exemplificado pela descrição de um dos quartos de Santa Olávia:

[Vilaça] Foi logo apalpar os cretones, esfregou o mármore da cômoda, provou a solidez das cadeiras. Eram mobílias compradas no Porto, hein? Pois, elegantes. E, realmente, não tinham sido caras. Nem ele fazia ideia! Ficou ainda em bicos de pés a examinar duas aquarelas inglesas representando vacas de luxo, deitadas na relva, à sombra de ruínas românticas [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 66-67).

O luxo (mesmo que aparente) extravagante francês dá lugar a um luxo mais comedido, sério. Mudança no mesmo sentido é sentida, ainda, na primeira educação de Carlos pelo seu avô. Antes, porém, é preciso justificar o posicionamento deste.

Afonso era casado com Maria Eduarda Runa, beata, um pouco adoentada – personagem que terá mais destaque em capítulo posterior –, que colocou o único filho, Pedro, sob sua proteção, fazendo refletir nele sua fraqueza, o que lembra o

pensamento inicial de Eça em sua farpa de que os filhos e sua índole nada mais são do que determinados pela educação recebida e repassada pela mãe. Quando Pedro morre e deixa seu filho aos cuidados de Afonso, este tem a oportunidade de adotar a criação que desejava, aos moldes ingleses. Dessa forma, o neto, ensinado por um preceptor inglês, aprende com rigor de horários e alimentação, liberdade de ação, dando-se preferência para as coisas práticas, em vez do catecismo, por exemplo. O empregado de Afonso faz o seguinte testemunho a Vilaça, administrador da família:

– Então o nosso Carlinhos não gosta de esperar, hein? Já se sabe, é ele quem governa... Mimos e mais mimos, naturalmente... Mas o Teixeira, muito grave, muito sério, desiluiu o sr. administrador. Mimos e mais mimos, dizia Sua Senhoria? Coitadinho dele, que tinha sido educado com uma vara de ferro! [...] era o sistema inglês. Deixava-o correr, cair, trepar às árvores, molhar-se, apanhar soalheiras, como um filho de caseiro. Depois o rigor com as comidas! Só a certas horas e de certas coisas... [...] pode ser muito bom para inglês, não é para ensinar um fidalgo português [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 67-68).

Além de corroborar o exposto, vê-se, em sua fala, uma continuação da resistência do português tradicional ao que vem de fora. Como tentativa de minimizar a opinião contrária, Afonso acolhe em sua casa uma prima de sua falecida esposa, viscondessa, apenas para ter uma figura feminina na casa, uma vez que ela não tem voz no cotidiano do lar.

A educação à portuguesa é assim relatada por Afonso, ao se referir a Eusebiozinho, filho de uma das Teixeiras que frequentam sua casa e que tem idade próxima de seu neto: “[...] daquela idade ainda dormia no choco com as criadas, nunca o lavavam para o não constiparem, andava couraçado de rolos de flanelas! Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, páginas inteiras do *Catecismo de perseverança* [...]” (QUEIRÓS, 2017, p. 88, grifo do autor). Verifica-se, nesse excerto, a proteção exacerbada, além da ênfase no catecismo católico, com vistas a formar bacharéis e não homens de ação.

A respeito, disserta Marcio Jean Fialho de Sousa (2008, p. 9-10, grifo do autor):

No romance *Os Maias*, por exemplo, uma das obras ecianias mais conhecidas, a caracterização das personagens passa obrigatoriamente pelo processo educacional. A partir desse processo, o romancista vai retratando os valores sociais vinculados à educação nos meios burgueses oitocentista. Marcadamente, em momentos distintos, as personagens Carlos da Maia e Eusebiozinho, por exemplo, vão assumindo os papéis sociais que denunciam

as posturas que os caracterizarão no decorrer do enredo. Com essa estratégia, o romancista discorre acerca de dois sistemas educacionais distintos, porém responsáveis pela formação do caráter e pelas posturas das personagens em questão.

De fato, os dois sistemas educacionais apresentados nesse romance se opõem: por um lado é apresentada a educação oitocentista conservadora que privilegiava a sebeta, a cartilha e a devoção religiosa. Por outro, a educação baseada nos moldes ingleses que privilegiava o contato com a natureza, os exercícios físicos e a liberdade, baseada numa tentativa de desprender-se do modelo religioso.

O autor reitera, portanto, o exposto anteriormente sobre a dualidade de educações abordada na respectiva obra. É preciso refletir, contudo, que, apesar da educação diversa recebida, Carlos mostra-se, ao final, até mais fraco que seu pai, como bem indica Mónica (2001); este, ao menos, teve a coragem (ou seria covardia) de tirar a própria vida diante da tragédia vivida por ele, que será revisitada em momento oportuno. Essa linha de pensamento, aliás, é alicerçada por Alberto Machado da Rosa (1979, p. 374), para quem Carlos “é vítima de uma educação mais funesta que a de Pedro, porque destruiu nele os valores tradicionais de um mundo estreito, mas coerente, e roubou-lhe até o que de mais primário existe no homem civilizado: o sentido da dignidade”.

Neste ponto, pode-se dizer que uma das críticas à família é perpetrada por meio da constante atração pela tragédia dessas personagens, indicando, em maior medida, a fraca compleição da sociedade burguesa em instaurar as mudanças necessárias para retomar seu lugar ao lado das grandes nações. Esta dissertação, no entanto, tem como foco as mulheres e sua posição na sociedade portuguesa consoante a visão queirosiana. Assim, importa retomar o assunto e trazer à luz a personagem feminina principal, pela qual o narrador adensa sua análise social.

Maria Eduarda, brasileira e de sobrenome Castro Gomes, é apresentada inicialmente pela visão de Carlos, que cruza com ela em duas oportunidades. Sempre vestida em toalete simples e séria, demonstra, aos olhos dele, certa graça ondeante e nervosa ao andar. Seu estrangeirismo desperta a curiosidade da personagem, que vê nesse aspecto um requinte de civilizações superiores na tristeza de uma cidade antiquada. A esse respeito, é relevante fazer duas observações: (i) é crível que a identificação como brasileira não se deva à sua nacionalidade, mas ao seu “casamento” com Castro Gomes, este brasileiro<sup>10</sup>; (ii) a visão do estrangeiro como

---

<sup>10</sup> Convém informar que era comum denominar brasileiro o português que foi ao Brasil e ali enriqueceu, tendo retornado à pátria-mãe. De acordo com Igor José de Renó Machado (2005, p. 47-48), a

superior, em todos os aspectos, permanece, sendo uma continuação do que fora descrito por Eça em suas crônicas e no outro romance analisado.

O deslumbre de Carlos continua em sua primeira visita à residência, quando é chamado para atender Rosa, filha de Maria Eduarda, que se encontrava adoentada. Tendo sido deixado no gabinete de toalete por uma empregada, assim vê o ambiente:

Carlos ficou só, na intimidade daquele gabinete de toalete, que nessa manhã ainda não fora arrumado. Duas malas, pertencentes decerto a madame, enormes, magníficas, com fecharias e cantos de aço polido, estavam abertas: de uma transbordava uma cauda rica, de seda forte cor de vinho: e na outra era um delicado alvejar de roupa branca, todo um luxo secreto e raro de rendas e batistas, de um brilho de neve, macio pelo uso e cheirando bem. Sobre uma cadeira alastrava-se um monte de meias de seda, de todos os tons, unidas, bordadas, abertas em renda, e tão leves que uma aragem as faria voar; e no chão corria uma fila de sapatinhos de verniz, todos do mesmo estilo, longos, com o tacão baixo, e grandes fitas de laçar. A um canto estava um cesto acolchoado de seda cor-de-rosa, onde decerto viajara a cadelinha (QUEIRÓS, 2017, p. 275-276).

Esse ambiente faz aumentar seu desejo por conhecer Maria Eduarda, o que se dá em outra oportunidade, quando, desta vez, Miss Sarah, a governanta, adocece. Por se tratar de uma doença com tratamento mais longo e cuidados maiores (bronquite), é chamado a visitar sua paciente diariamente para acompanhamento, de modo que passa momentos com Maria Eduarda, por quem se enamora.

Nessas ocasiões, é possível vislumbrar que, apesar da elevação feminina sugerida por Carlos, o cotidiano de Maria tem um quê da típica mulher burguesa. Veja-se:

[...] ela dava aqui e além um arranjo melhor a um livro, ou ia mover uma cadeira que não estava no seu alinhó; tinha o hábito inquieto de recompor constantemente a simetria das coisas; – e, maquinalmente, ao passar, sacudia a superfície de móveis já perfeitamente espanejados com as magníficas rendas do seu lenço.

[...]

Logo nos primeiros dias, ao voltar à sala, Maria Eduarda tinha-se sentado na sua cadeira escarlata, e, conversando com Carlos, retomara muito naturalmente o seu bordado, como na presença familiar de um velho amigo. [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 385-386).

---

expressão “brasileiro de torna-viagens” era usada para se referir ao “[...] imigrante português que retornou a Portugal durante o século XIX e começo do século XX. [...] Muitos desses imigrantes retornaram a Portugal levando consigo às vezes riquezas, às vezes sotaques, às vezes sofrimentos. [...] Os brasileiros de torna-viagens, conhecidos em Portugal simplesmente como ‘brasileiros’, são parte fundamental da história da emigração portuguesa. Foram eles os emigrantes que retornaram à pátria após algum tempo no Brasil e que, a partir do século XIX, passaram a fazer parte do universo simbólico português”.

A personagem, portanto, tem em si traços do perfil de dona de casa, cuidando dos detalhes de seu lar, o que pode ser justificado pelo tipo de educação que recebeu. Ao contar sua história de vida a Carlos, informa que teve a educação iniciada pela mãe, com quem aprendeu a cantar valsa ao piano, e continuada em um convento, onde aprendeu a soletrar e permaneceu até à idade de 16 anos; em resumo, ela recebeu a educação feminina tradicional, que objetivava preparar a menina para seu lugar de direito na sociedade: ser senhora do seu lar e dele cuidar em todos os seus aspectos.

No entanto, Eça confere a essa personagem um patamar superior àquele de Luísa. Enquanto esta era subordinada ao marido e não mandava realmente em si mesma, Maria Eduarda mostra-se dona de opiniões próprias em âmbitos além do seu lar. Tem-se como exemplo o seguinte trecho:

[...] Apesar de educada num convento severo de Orleães, lera Michelet e lera Renan. De resto não era católica praticante; as igrejas apenas a atraíam pelos lados graciosos e artísticos do culto, a música, as luzes, ou os lindos meses de Maria, em França, na doçura das flores de maio. Tinha um pensar muito reto e muito são – com um fundo de ternura que a inclinava para tudo o que sofre e é fraco. Assim, gostava da República, por lhe parecer o regime em que há mais solicitude pelos humildes. Carlos provava-lhe rindo que ela era socialista.

– Socialista, legitimista, orleanista – dizia ela – qualquer coisa, contanto que não haja gente que tenha fome!

Mas era isso possível? Já Jesus, mesmo, que tinha tão doces ilusões, declarara que pobres sempre os haveria...

– Jesus viveu há muito tempo, Jesus não sabia tudo... Hoje sabe-se mais, os senhores sabem muito mais... É necessário arranjar-se outra sociedade, e depressa, em que não haja miséria. Em Londres, às vezes, por aquelas grandes neves, há criancinhas pelos portais a tiritar, a gemer de fome... É um horror! E em Paris então! É que se não vê senão o bulevar, mas quanta pobreza, quanta necessidade... (QUEIRÓS, 2017, p. 386-387).

Revela-se aqui ao leitor uma transformação no posicionamento de Eça: apesar de as mulheres permanecerem secundárias na narrativa, é justamente a protagonista que expõe as críticas sociais e políticas mais diretas, a despeito de sua educação tradicional. Nesse sentido, vislumbra-se a liberdade feminina tomando forma por meio de Maria Eduarda.

Igualmente nesse excerto, tem-se indício de que o autor, neste ponto de sua vida, possui consciência de que as mazelas não existem somente em seu país, mas tomam parte naqueles que achava modelo (Inglaterra e França), havendo aqui, portanto, outra transformação em seu pensamento.

Tratando-se da educação feminina, determinado trecho da narrativa mostra a dualidade de visões a esse respeito por meio de Ega e do conde Gouvarinho:

[...] E o conde, que a admirava [secretária da Legação da Rússia] também, gabava-lhe sobretudo o espírito, a instrução. Isso, segundo Ega, prejudicava: porque o dever da mulher era primeiro ser bela, e depois ser estúpida... O conde afirmou logo com exuberância que não gostava também de literatas; sim, decerto o lugar da mulher era junto do berço, não na biblioteca...

– No entanto é agradável que uma senhora possa conversar sobre coisas amenas, sobre o artigo de uma revista, sobre... Por exemplo, quando se publica um livro... [...] Enfim, uma senhora deve ser prendada. Não lhe parece, Neto?

Neto, grave, murmurou:

– Uma senhora, sobretudo quando ainda é nova, deve ter algumas prendas... Ega protestou, com calor. Uma mulher com prendas, sobretudo com prendas literárias, sabendo dizer coisas sobre o sr. Thiers, ou sobre o sr. Zola, é um monstro, um fenômeno que cumpria recolher a uma companhia de cavalinhos, como se soubesse trabalhar nas argolas. A mulher só devia ter duas prendas: cozinhar bem e amar bem (QUEIRÓS, 2017, p. 417).

A ficção parece traduzir que, apesar da tentativa de mudança de visão da sociedade no que se refere ao papel da mulher, ainda é forte a resistência masculina ao seu novo lugar, entendendo-se que ela deve permanecer com o destino de ser educada para ser dona do lar, sem ser ativa fora de seu universo íntimo. Eça, percebendo essa dinâmica em movimento, a representa em *Os Maias*.

A respeito da mesma cena, Dantas (1999, p. 236) disserta:

[...] a mulher é conservada na conta de um ser muito mais decorativo do que propriamente efetivo. [...] Assim sendo, tanto os dotes físicos femininos, quanto os intelectuais devem ser dirigidos no sentido de se acomodarem como adornos, enfeitando e arrematando com graça inconseqüente um quadro onde o homem sempre impera. Os assuntos de que devem se ocupar estão, portanto, restritos ao âmbito doméstico ou a amenidades sobre acontecimentos em pauta, onde a banalidade deve prevalecer [...].

Pode-se, assim, dizer que não se esperam da mulher opiniões, tampouco independência; sendo seu ambiente o lar, deve se ater aos assuntos que o envolvem, além de amenidades do cotidiano social.

Por fim, no tocante à crítica direcionada à família burguesa, esta é também empreendida por meio da sua dissolução, no sentido de que as principais relações conjugais deixam de existir, seja pela tragédia e morte, seja por nunca terem sido oficiais: Maria Monforte abandona o marido (Pedro) e o filho (Carlos) e foge com outro homem, levando Pedro ao suicídio; Maria Eduarda nunca foi casada com Castro Gomes, sendo dele amásia, bem como não foi casada com o irlandês Mac-Gren, que

morreu na guerra e com quem teve uma filha (Rosa); finalmente, Carlos e ela vivem apenas um casamento espiritual, tema a ser discutido no próximo capítulo.

## 4 CENAS DA VIDA ROMÂNTICA: O CASAMENTO E A SEXUALIDADE FEMININA

Neste capítulo, nos mesmos moldes de análise do anterior e buscando melhor compreender a construção da burguesia lisboeta representada por Eça, analisa-se o tema do casamento e sexualidade feminina, que sofre reflexos diretos da educação católica e romântica discutida anteriormente. Em todas as obras aqui analisadas, em grande medida, esse aspecto é discutido por meio do adultério e de suas consequências para a mulher: n' *As farpas*, ele é tido como consequência da educação feminina, o que é exemplificado em *O primo Basílio*, mediante Luísa e Leopoldina; já em *Os Maias*, além do adultério, tem-se a questão do incesto, o que apenas aumenta a problemática aventada pelo autor em suas farpas.

### 4.1 FARPAS SOBRE UM ADULTÉRIO

De acordo com Sennett (2016, p. 242, grifo do autor),

os dois fenômenos que as pessoas burguesas personalizavam nas aparências públicas eram a classe e o sexo. [...] O *status* sexual torna-se personalizado em público quando estranhos tentavam determinar se alguém, apesar de todo seu decoro aparente, fornecia pequenas pistas em sua aparência que a marcassem como uma mulher 'licenciosa'. Ambos, o 'cavalheiro' e a mulher 'licenciosa' que se esconde por detrás da respeitável dama, são visualmente significativos apenas enquanto fenômenos públicos [...].

De fato, num primeiro momento neste estudo, já foi tratada a questão da classe e da aparência como determinante de um bom nome na sociedade burguesa. Nada mais natural, pois, dar ênfase ao outro fenômeno descrito: o sexo. Sobre o tema nas obras de Eça, Lourenço (1994, p. 245, grifo do autor) afirma que

[...] o erotismo queirosiano não é a mera *mimesis* da realidade ou dos ecos da sensualidade, como dos seus jogos e representação artisticamente recriados. Já seria uma novidade numa literatura que até ele evitava cuidadosamente assumir essa realidade, salvo sob forma poética, ou alusiva. Mas o seu erotismo é estrutura, visão do mundo, que conscientemente orienta, determina e embebe toda a sua escrita. Não por ausência ou sublimação como no nosso romantismo – mesmo em Garret – mas por sobreexposição, por excesso, quase ofuscação.

Essa colocação, aliás, vai ao encontro do afirmado na introdução deste capítulo; veja-se.

Em sua primeira farpa, datada de maio de 1871, Eça faz uma primeira crítica à instituição familiar. Apesar de o tema já ter sido analisado no capítulo anterior, importa aqui trazê-lo pela vertente do casamento, forma como esse pilar se constitui; assim, tem-se:

As mulheres vivem as consequências desta decadência. Pobres, precisam de casar. A **caça ao marido** é uma instituição. Levam-se as meninas aos teatros, aos bailes, aos passeios, para as mostrar, para as lançar **à busca**. Faz-se com a maior simplicidade esse ato, que é simplesmente monstruoso. Para se imporem à atenção, as meninas têm as *toilettes* ruidosas, os penteados fantásticos, e as árias amorosas ao piano. A sua mira é o casamento rico: gostam do luxo, da boa mesa, das salas estofadas: um marido rico realizaria tudo [...] (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 31, grifo do autor).

Esse trecho resume a finalidade de toda a educação dada a elas e destacada anteriormente: o casamento. Tal posicionamento – de casar-se rica para gozar da vida – é reforçado na crônica de março de 1872, em que indica o caminho percorrido em sua educação para adquirir tal tendência:

Na família vê a constante ação do dinheiro; começa a misturar-se no governo da casa, a entrar nas conversas financeiras dos pais, a examinar contas, a comprar – e vê hoje o rol dos fornecedores, amanhã o da modista, depois o do estofador, e um chapéu, e um camarote de teatro, e as luvas, – e a necessidade da vida aplicada, como uma bomba aspirante, à bolsa da casa. A ideia do dinheiro torna-se nela fixa [...] (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 426-427).

Sendo educada para ser uma boa dona de casa – o esperado de toda mulher burguesa –, é natural que participe inicialmente da administração da casa paterna, para estar mais bem preparada para gerir a sua própria após o casamento.

Por outro lado, no contexto masculino, Eça, em farpa de maio de 1871, expõe que a família é um desastre consequente da necessidade de dote, não havendo, portanto, laço moral que a mantenha; com isso, o homem fica suscetível ao amor livre e a mulher, à desocupação e enfastiamento, sendo os filhos, por sua vez, educados pelas criadas, colégios e pela própria vida adulta em sociedade.

Já na farpa de setembro a outubro de 1872, Eça se debruça sobre outro aspecto referente ao casamento e sexualidade: o adultério, que, aliás, será pano de

fundo usual em suas futuras obras literárias. Para ele, tal ato é tratado ou como trivialidade, ou como provocação:

E depois esta questão de adultério é equívoca. Porque ou é tratada num folheto pelo sr. fulano, bom rapaz e empregado público – e então torna-se tão monótona, tão banal, tão recalcada, que nem Robinson Crusóe na sua ilha deserta, com todo o seu tédio, e sendo esse folheto o único folheto e sendo essa distração a única distração – a quereria: ou então é tratada por espíritos subtis, analíticos, originais como Dumas e sucede que, com os detalhes, as anedotas, os quadros, as revelações, o estudo torna-se uma divulgação de alcova e uma pimenta amorosa! De modo que quando não é uma trivialidade estéril, é uma provocação irritante! (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 544).

As mulheres, que passam o dia a ler tanto romances quanto os folhetins, sendo propensas ao idílico e estando entediadas, acabam por se atrair pela aventura que o adultério representa, a catástrofe que atrai, como informado no capítulo anterior.

Em continuação, Eça considera poder o adultério ser algo natural, da natureza humana ou consequência da diminuição da moral moderna. Neste caso, deve-se à corrupção da instituição do casamento, de modo que deveria ser empreendida uma revolução nos costumes, que fizesse nascer uma nova moral. Esse é, aliás, o intento dele ao escrever e divulgar essas crônicas, como já informado.

Como forma de resumir sua posição, interessa trazer à análise o seguinte excerto da mesma crônica:

Ora o que se faz a esta mulher inteiramente, exclusivamente, educada para o amor? Esta mulher, assim formada, casa. O marido vai, decerto, dar a esta natureza, que vem curiosa, impressionável e agitada, uma ocupação que a absorva e que a preencha? – Não. É nas classes ricas: o marido trata de lhe tirar todo o trabalho, todo o movimento, toda a dificuldade, alarga-lhe a vida em redor e deixa-a no meio, isolada, fraca e tenra, abandonada à fantasia, ao sonho e à chama interior [...] O que resta a esta infeliz criatura, encolhida no tédio da sua *causeuse*? Resta-lhe a sua genuína ocupação, a que lhe ensinaram e em que é perfeita – o amor. Se o marido se conserva um amante – bem. Mas se o marido naturalmente, como deve ser, se ocupa dos seus negócios, do seu escritório, da sua política, dos seus fundos, do seu clube, dos seus amigos – mal. Ela naturalmente faz como um amanuense que tendo por profissão escrever, quando tem escrita e cheia a primeira folha de papel, toma outra – para continuar a escrever. Tal é a verdade (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 550, grifo do autor).

Portanto, o adultério trata-se de um destino quase inescapável da mulher burguesa, devido à sua educação. Por meio dele, acha que vai alcançar a felicidade que talvez não tenha em seu lar:

A maior parte da gente imagina que para uma mulher esta ideia e mesmo esta palavra – **ter um amante**, significa muito simplesmente – **ter um homem que amam**.

De modo nenhum [...] Para a generalidade das mulheres, – **ter um amante** significa – ter uma quantidade de ocupações, de factos, de circunstâncias a que pelo seu organismo e pela sua educação, acham um encanto inefável. **Ter um amante** – não é para elas abrir de noite a porta do seu jardim. **Ter um amante** é ter a feliz, a doce ocasião destes pequeninos afazeres – escrever cartas às escondidas, tremer e ter susto; fechar-se sós, para pensar, estendida no sofá; ter o orgulho de possuir um segredo: ter aquela ideia dele e do seu amor, acompanhando como uma melodia em surdina todos os seus movimentos, a *toilette*, o banho, o bordado, o penteado: é estar numa sala cheia de gente, e vê-lo a ele, sério e indiferente, e só eles dois estarem no encanto do mistério; é procurar uma certa flor que se combinou pôr no cabelo; é estar triste por ideais amorosos, nos dias de chuva ao canto de um fogão; é a felicidade de andar melancólica no fundo de um cupê; é fazer *toilette com intenção*, o maior dos encantos femininos! etc. (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 546, grifo do autor).

Ainda sobre a temática, importa trazer a diferenciação de olhar para o responsável pelo adultério feminino: o sedutor, o amante. Primeiramente, veja-se a compreensão queirosiana sobre a mulher amante, no artigo de janeiro de 1872:

A mulher de todas as condições não esconde o seu amor, mas esconde o seu filho. Era preciso provar ainda que a mulher amante, por elevados que sejam os seus títulos, é perante a família, perante a religião e perante a sociedade, uma mulher extremamente inferior em direitos àquela que é mãe. Esta, tendo o valor para erguer o seu filho nos braços com a alta dignidade de uma responsabilidade cumprida, não pode deixar de encontrar na sociedade a passagem respeitosa que as pessoas justas abrem sempre à infelicidade corajosa (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 338).

Com isso, o autor afirma claramente ser a mulher adúltera inferior ao ideal de mulher burguesa. Por outro lado, o amante é visto da seguinte forma:

O homem que seduz uma mulher, que a engana, que a atraiçoa e que a abandona, é tido por um herói romântico que a sociedade recebe sem ignomínia e sem repulsão.

Era preciso demonstrar por todos os meios da publicidade e da popularização que todo o homem que desonrou uma mulher, e imediatamente não põe a sua vida, a sua fortuna, a sua posição e o seu nome ao serviço do desagravo que possa dar ao seu erro, é um infame, ao qual nenhuma digna mulher pode baixar a vista, ao qual nenhum homem de bem pode estender a mão (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 338).

Portanto, essa terceira vertente da tríade adúltera – sendo a mulher e o marido as outras duas –, é considerada pela opinião pública otimamente, conforme consta no texto em que o tema é mais bem desenvolvido (março de 1872). Eça deixa clara, pela leitura do excerto destacado anteriormente, sua opinião em relação ao homem

sedutor, que pode deixar a mulher direita a perder-se: trata-se de um infame, cujos atos devem ser condenados publicamente.

A respeito do tema e diferenciação no julgamento dos perpetradores desse deslize moral, Nicole Arnaud-Duc (1991, p. 121) disserta:

As diferenças de tratamento segundo o sexo dizem respeito ao meio de prova, à desigualdade das penas incorridas pelo autor e pelo seu cúmplice, à existência de direitos reconhecidos unicamente ao marido. Assim, em França, até 1884, o adultério da mulher é um acto instantâneo, que se pode provar por qualquer meio (nomeadamente por cartas roubadas). O delito do marido, em contrapartida, deve ser continuado, uma vez que só é punível se a concubina for mantida sob o tecto conjugal [...].

Mais uma vez, tem-se a emblemática característica da sociedade burguesa: a hipocrisia.

Retornando à farpa de janeiro, o autor continua sua crítica:

Estes moles e desbotados personagens romanescos, filhos de crápula, do histerismo e da ode, postos em moda por uma literatura que nos últimos anos tem pintado a parte mais respeitável e digna da sociedade com as cores coligidas em paletas de bordel e de taverna, estes homens, e todos aqueles que os apreçoam, que os idealizam, que os descantam, que os romantizam e que os versejam, é preciso, a todos eles, prostrá-los pela crítica severa e honrada [...] (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 338).

Tal denúncia é realizada por ele mesmo em crônica posterior, de março de 1872; entretanto, o tratamento da temática é interrompido sem grandes explicações depois de abordar a visão da sociedade em direção ao sedutor, não havendo o desenvolvimento do assunto no que se refere à mulher e ao marido. Em nota de rodapé, os autores informam que, de comum acordo, após leitura da primeira versão do artigo, resolveram excluir a continuação do debate, entendendo que isso seria inútil, devido à sociedade não ser capaz de aceitar sua crítica realista. Portanto, apesar de visar a instaurar uma nova moral ou, ao menos, fazer pensar uma sociedade estagnada, para os autores o intuito é frustrado em razão de essa mesma sociedade não estar disposta a tal. Diga-se de passagem, esse pequeno percalço não fez Eça desistir de sua denúncia, visto que suas obras literárias posteriores continuaram a tomar o assunto como pano de fundo para fazer um desenho da classe burguesa lisboeta.

Sobre a diferenciação de tratamento aqui relatada, interessante é trazer o pensamento de Sennett (2016, p. 43), para quem

o público como um domínio imoral significava coisas diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se corria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se [...] para os homens, a imoralidade da vida pública estava aliada a uma tendência oculta, para que se percebesse a imoralidade como uma região da liberdade, ao invés de uma região de simples desgraça, como era para as mulheres.

Eis a dualidade mostrada por Eça e aqui confirmada pelo teórico, a qual é bem retratada em suas farpas, com reflexos em duas de suas principais ficções, aqui analisadas.

#### 4.2 A CATÁSTROFE QUE ATRAI

A denúncia queirosiana direcionada ao adultério iniciada n’*As farpas*, como destacado, encontra grande campo de desenvolvimento em *O primo Basílio*, obra em que o tema é tomado como mote para análise crítica da burguesia lisboeta oitocentista.

Luísa teve em Basílio seu primeiro amor; foi com ele que experimentou os “episódios clássicos dos amores lisboetas” (QUEIRÓS, 2016, p. 17), como os passeios, os descansos, as risadas, porém foi por ele abandonada – tendo perdido sua fortuna, Basílio partiu para o Brasil. Sofreu por esse amor, mas o tempo e suas consolações foram suficientes para abrandar seu sentimento e voltar à vida em sociedade. Assim, conheceu Jorge, por quem a princípio não nutriu interesse, até porque não gostava de homens barbados. Com o convívio, no entanto, passou a perceber nele a segurança socialmente desejada: “[...] E sem o amar, sentia ao pé dele como uma fraqueza, uma dependência e uma quebreira, uma vontade de adormecer encostada ao seu ombro, e de ficar assim muitos anos, confortável, sem receio de nada [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 19). Casaram-se, pois.

Certo dia, seu primo retorna a Lisboa e a procura. Tal episódio dá-se justamente em um momento em que seu marido havia partido para uma viagem a trabalho. Sozinha, entediada com sua vidinha de dona de casa, tem todo seu interesse juvenil novamente despertado pelos galanteios de Basílio; sentia-se desejada. Destaca-se que essa predisposição assinalada na personagem é justamente aquela relatado por Eça em suas farpas, decorrente da típica educação feminina do período, que acontecia sob bases românticas.

Mesmo atraída por essa aventura, sozinha tem esse momento de argumentação:

Depois do jantar, à janela da sala, ficou a reler a carta de Jorge. Pôs-se a recordar de propósito tudo o que a encantava nele, do seu corpo e das suas qualidades. E juntava ao acaso argumentos, uns de honra, outros de sentimento, para o amar, para o respeitar. Tudo era por ele estar fora, na província! Se ele ali estivesse ao pé dela! Mas tão longe, e demorar-se tanto! E ao mesmo tempo, contra a sua vontade, a certeza daquela ausência dava-lhe a sensação de liberdade; a ideia de se poder mover à vontade nos desejos, nas curiosidades, enchia-lhe o peito de um contentamento largo, como uma lufada de independência (QUEIRÓS, 2016, p. 136).

Tinha dentro de si uma dualidade: continuar reta ou ceder à tentação. A própria Luísa dá voz ao discurso anteriormente trazido n' *As farpas* de que o adultério é incitado pela liberdade dada pelo marido à sua esposa, no sentido de deixá-la sozinha, sem muitos afazeres, exceto o cuidado da casa.

Também como forma de justificar socialmente esse vício, são traçadas comparações entre as mulheres parisienses e lisboetas. Basílio, instrumento para perpetuação dessa crítica, descreve as primeiras da seguinte forma:

[...] contou-lhe a moderna crônica amorosa, anedotas, paixões chiques. Tudo se passava com duquesas, princesas, de modo dramático e sensibilizador, às vezes jovial, sempre cheio de delícias. E, de todas as mulheres de que falava, dizia recostando-se: era uma mulher distintíssima; tinha naturalmente o seu amante...  
O adultério aparecia assim um dever aristocrático. De resto a virtude parecia ser, pelo que ele contava, o defeito de um espírito pequeno, ou a ocupação reles de um temperamento burguês... (QUEIRÓS, 1994, p. 80).

Numa sociedade cujo declínio teve início, de modo que o desejo pela ascensão a uma camada superior já se faz presente, o argumento de o adultério ser como um dever aristocrático é fortalecido pela educação romântica, que incute nas mulheres a admiração pelo modo de vida da aristocracia, com suas riquezas e aventuras. Frise-se que, n' *As farpas*, os valores burgueses franceses e ingleses são exaltados de modo a diferenciar e criticar o modo de vida dessa classe em Portugal – característica comum aos escritores da Geração de 70 –, podendo, assim, ser vistos como superiores moralmente. O adultério, naquela obra, é considerado um vício decorrente da educação feminina tradicional do período; por outro lado, em *O primo Basílio*, passa a ser também pertencente às classes mais abastadas de outras nações, sendo exaltado e desejado pela burguesia lisboeta. O que poderia ser

entendido como certa aceitação do autor e mudança em seu pensamento original, na verdade, trata-se de uma crítica mais consciente e problematizada da burguesia como classe social na Europa, ou seja, Eça parece começar a abandonar o filtro pelo qual visualizava as nações que tiveram êxito com a ascensão da burguesia (Inglaterra e França) e, pela sua vivência, compreender que as outras nações também tinham problemas de várias ordens.

Retornando à estratégia de Basílio para convencimento de sua prima, Dantas (1999, p. 96) disserta:

A tática que Basílio usa para devassar a casa burguesa que, aliás, não se revela nenhum reduto difícil, está montada sobre os mesmos valores de classe. Conhecendo a influência do sonho burguês de ascensão social, o primo passa a oferecer a Luísa um modelo feminino mistificado, pretensamente aristocrático.

Sendo, portanto, sugestionável, Luísa cede aos carinhos do primo e, num primeiro momento, pensa estar vivendo o romance romântico dos livros lidos:

E Luísa tinha suspirado, tinha beijado o papel devotamente! Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas sentimentalidades, e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas, como um corpo ressequido que se estira num banho tépido: sentia um acréscimo de estima por si mesma, e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, onde cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo conduzia a um êxtase, e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações! (QUEIRÓS, 2016, p. 203).

Com esse trecho, pode-se tanto visualizar a satisfação da personagem pela vida somente sonhada nas páginas dos livros quanto perceber que esse sentimento idílico nunca antes tinha sido experimentado, nem mesmo com seu marido. Em outras palavras, apesar de haver amor no casamento, este era ditado pelas normas sociais, segundo as quais homem e mulher performavam seus papéis como provedor e cuidadora, respectivamente. Jorge, portanto, não era amante de sua mulher; conseqüentemente, como Eça já havia sinalizado em suas farpas, deixava espaço para esse lugar ser tomado por um sedutor – o que realmente aconteceu. Como afirma Lourenço (1994, p. 247) ao analisar o conjunto de textos queirosianos,

[...] todos os seus romances ou contos são a ilustração desta visão do Amor que não é de ordem especulativa mas uma vivência se pode chamar assim a consciência ferida não pela incapacidade ou impossibilidade de amar, mas pela inanidade intrínseca da experiência amorosa [...].

Outro excerto igualmente mostra a (falsa) felicidade de Luísa: “[...] Ia, enfim, ter ela própria aquela aventura que lera tantas vezes nos romances amorosos! [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 220). Trata-se como falsa porque, ao chegar ao que deveria ser seu ninho de amor, o Paraíso, não reconhece nele a beleza que condiz com seu estado de espírito. Sobre essas diferenças, aliás, é interessante lançar luz mais detidamente, percebendo o sentimento e as sensações intensificando-se desde o reencontro e esmorecendo ao final.

Depois da primeira visita de seu primo e de um beijo doce e demorado em sua mão na despedida, Luísa mostra-se embevecida pela atenção direcionada a ela e com certa inveja da interessante vida relatada por ele, com suas viagens e vivências, o que imaginava que nunca teria ao lado de Jorge, por serem pouco abastados e seu marido ser tão caseiro, tão lisboeta. Em momento posterior, já envolvida pelo jogo de conquista, sozinha em casa e sofrendo a ausência tanto de Jorge quanto de seu primo, lembra as conversas de Leopoldina sobre seus amantes com certo desejo de viver esses sentimentos; Basílio então chega e usa do subterfúgio de partir novamente de Portugal, com o qual consegue finalmente fazê-la se render:

[Basílio] Apertou-a contra si, beijou-a; ela deixava, toda abandonada; os seus lábios prendiam-se aos dele. Basílio deitou um olhar rápido, em redor, pela sala, e foi-a levando abraçada, murmurando: – Meu amor! Minha filha! – Mesmo tropeçou na pele de tigre, estendida ao pé do divã.  
 – Adoro-te!  
 – Que susto que tive! – suspirou Luísa.  
 – Tiveste?  
 Ela não respondeu; ia perdendo a percepção nítida das coisas; sentia-se adormecer. Balbuciu: – Jesus! Não! Não! – Os seus olhos cerraram-se (QUEIRÓS, 2016, p. 196).

Finalmente estava a viver o romance tão desejado, presente nos livros. Assim, em outro episódio da narrativa, a caminho do Paraíso, pensava: “[...] Era uma forma nova do amor que ia experimentar, sensações excepcionais! Havia tudo – a casinha misteriosa, o segredo ilegítimo, todas as palpitações do perigo!” (QUEIRÓS, 2016, p. 220). No entanto, como já destacado, o lugar nada tinha de idílico, sendo um quarto no sótão de uma casa amarelada, num lugar retirado, desprovido de todos os luxos imaginados; já no primeiro encontro em seu ninho de amor, assim são retratados seus sentimentos:

E Luísa, sentindo um arrepio de frio, nos seus ombros nus, abandonava-se com uma vaga resignação, entre os joelhos de Basílio – vendo constantemente voltada para si a face alvar do piloto. Assim um iate que aparelhou nobremente para uma viagem romanesca vai encalhar, ao partir, nos lodaçais do rio baixo: e o mestre aventureiro que sonhava com os incensos e os almíscares das florestas aromáticas, imóvel sobre o seu tombadilho, tapa o nariz aos cheiros dos esgotos (QUEIRÓS, 2016, p. 224).

Como esse viajante, também ela encaharia e não seria capaz de viver seu sonho romântico. Com o tempo, percebe uma mudança de tratamento em Basílio: antes carinhoso, torna-se quase insensível sentimentalmente, chegando a tratá-la como uma mulher a quem pagasse pelo tempo de sua companhia. É ela própria que chega a essa conclusão sobre sua (in)felicidade:

Mas então!... E como uma pessoa que destapa um frasco muito bem guardado, e se admira vendo o perfume evaporado, ficou toda pasmada de encontrar o seu coração vazio. O que a levava então para ele?... Nem ela sabia; não ter nada que fazer, a curiosidade romanesca e mórbida de ter um amante, mil vaidadezinhas inflamadas, um certo desejo físico... E sentira-a, porventura, essa felicidade que dão os amores ilegítimos, de que tanto se fala nos romances e nas óperas, que faz esquecer tudo na vida, afrontar a morte, quase fazê-la amar? Nunca! Todo o prazer que sentira ao princípio, que lhe parecera ser o amor – vinha da novidade, do saborzinho delicioso de comer a maçã proibida, das condições de mistério do ‘Paraíso’, de outras circunstâncias talvez, que nem queria confessar a si mesma, que a faziam corar por dentro! (QUEIRÓS, 2016, p. 254).

Ora, em seu discurso interno, o autor resume todos os motivos que levam a esse vício: curiosidade, educação romântica, vaidades, desejo e até o catecismo católico, sintomas da malformação da mulher burguesa lisboeta.

A essa infelicidade, soma-se outra grande tragédia que recai sobre a personagem: Juliana, sua criada, rouba cartas de amor suas e de Basílio e, com elas, a chantageia para enfim conseguir um “pé de meia” e deixar a vida proletária – não se estenderá a análise neste momento, uma vez que se dedica um capítulo para discussão das outras mulheres.

O drama, antes apenas uma atração, torna-se realidade e muitas vezes quase põe a perder a vida digna da personagem, destino bem aventado por Eça nas páginas jornalísticas d’*As farpas*. Luísa, inicialmente, pensa em fugir com Basílio e iniciar nova vida, ao que ele recusa – não se via casado e levando uma vida medíocre, burguesa. Desiludida, receosa de ser descoberta e sofrer na “língua” do povo, acaba por conceder pequenas regalias a Juliana e a fazer o serviço doméstico por ela; com isso, mantêm-se as aparências, tão importantes naquela sociedade (HOBSBAWN, 2005).

No entanto, a situação chega ao extremo e a faz confessar a Sebastião, apenas para que seu marido não tenha conhecimento de sua infidelidade, afinal

que faria ele, se soubesse? Matá-la-ia? Lembravam-lhe as suas palavras muito sérias, naquela noite, quando Ernestinho contara o final do seu drama... Metê-la-ia numa carruagem, levá-la-ia a um convento? E via a grossa portaria fechar-se com um ruído funerário de ferrolhos, olhos lúgubres estudá-la curiosamente... (QUEIRÓS, 2016, p. 235).

Aproveitando essas linhas, faz-se relevante trazer em destaque o referido drama escrito por Ernestinho. Primo de Jorge e um dos convivas dos encontros noturnos da casa, trata-se de funcionário da alfândega que escrevia por paixão à arte; no período da narrativa, está a redigir um drama de cinco atos, *Honra e Paixão*, que conta a história de adultério, sendo o fim da mulher infiel o grande problema a ser resolvido. Em sua primeira versão, faz o marido matar a esposa a facadas, porém seu financiador quer que haja o perdão. Levando o dilema à conversação com os convivas frequentes da casa de Luísa, Jorge exprime sua opinião, de forma bastante categórica e passional: a infidelidade deve ser punida com a morte. Adiante na obra, descobre-se que acaba por perdoar a adúltera na peça.

Tal caso, além dos moldes românticos criticados pelo escritor realista, faz lembrar aquele que incita a escrita da farpa de outubro de 1872, analisada em seus principais aspectos neste capítulo. De toda forma, a reação de Jorge a essa situação hipotética é que faz Luísa ter medo de sua atitude ser descoberta sua própria infidelidade. Sabe-se, no entanto, que, apesar de colérico ao desvendar esse segredo, tem outra importante tragédia ocorrendo em sua vida: a doença e posterior morte de Luísa. Como resultado de seu amor e devoção à esposa, perdoa esse deslize – não publicamente –, assim como predito na peça escrita pelo seu primo, o que é corroborado pela seguinte consideração de Reis (2005, p. 15-16):

Já a intervenção de Ernestinho traduz uma crítica ao Romantismo e à sua influência deletéria. O dramaturgo traz, além disso, à acção d'*O Primo Basílio*, um drama de sua autoria, intitulado 'Honra e Paixão', que interfere de certa forma na acção do romance: discutindo-se a questão do adultério feminino, Jorge pronuncia-se pela morte da adúltera, contra a opinião, mais complacente, dos frequentadores do serão lisboeta (o Conselheiro Acácio, D. Felicidade, etc.), que advogam o perdão. Antecipa-se assim, através de uma inscrição da literatura dramática (o drama 'Honra e Paixão') na literatura narrativa (o próprio romance) o que mais tarde há-de passar-se. Só que então, sabendo já do adultério da própria mulher, Jorge acaba por rever a sua posição, trocando a vingança pelo perdão.

Retomando uma denúncia feita por Eça em suas crônicas, cabe destacar a visão da sociedade em direção à tríade do adultério retratada em *O primo Basílio*. Principiando pelo amante, este sai ileso e dá continuidade às suas conquistas, sendo a revelação pública e condenação realizadas no plano externo, ou seja, é o leitor da obra quem tem conhecimento de sua índole e a reprova ou não; internamente, no enredo, isso não se dá.

No caso do marido, ele mesmo é responsável por uma dose de conquistas, tanto em jovem quanto depois de casado. No primeiro caso, tem-se conhecimento de que Jorge teve um envolvimento rápido com uma senhora casada quando ainda jovem; no segundo, as conquistas permanecem no campo platônico, o que, no entanto, não o impede de se vangloriar em carta a seu amigo Sebastião. Isso confirma a permissividade dada pela sociedade à conquista masculina, revelada pela facilidade de comunicar essa liberdade.

Por fim, como já discorrido sobre as atitudes de Luísa depois de chantageada, a adúltera tem medo de sua indiscrição ser exposta à sociedade. Como bem disserta Sennett (2016, p. 21), “as bases do erotismo entre a burguesia do século XIX estavam quase que inteiramente escondidas no medo e, portanto, expressas através do filtro da repressão”. A relação fora do casamento era compreendida como uma violação da moral social, de modo que sua descoberta gerava medo na mulher, que desejava manter o bom nome de seu lar e família.

Claro que há exemplos que fogem à regra, como Leopoldina, personagem que será mais detidamente analisada no capítulo subsequente. Mas tem-se na obra outra personagem que mostra uma compreensão diversa da sociedade sobre suas ações; veja-se:

Na Rua Ocidental, [Luísa] viu vir a D. Camila – uma senhora casada com um velho, ilustre por seus amantes. Parecia grávida; e adiantava-se, devagar, com a face branca satisfeita, uma lassitude do corpo arredondado, passeando um marmanjozinho de jaqueta cor de pinhão, uma pequerrucha de saíngas tufadas, e adiante uma ama, vestida de lavradeira, empurrava um carrinho de mão onde um bebé se babava. E a Camila, feliz, vinha tranquilamente pela rua expondo as suas fecundidades adúlteras! Era muito festejada, ninguém dizia mal dela; era rica, dava *soirées*... ‘O que é o mundo!’, pensava Luísa (QUEIRÓS, 2016, p. 291, grifo do autor).

Esse encontro acontece logo após Luísa ter conhecimento de que Juliana a roubara; pensava-se perdida e via em D. Camila o oposto do que vivia. A esse respeito, cabe recordar que a sociedade burguesa oitocentista vivia de aparências, de

modo que a riqueza dessa personagem e as festas por ela dadas possibilitavam-lhe tal liberdade, o que nunca aconteceria com Luísa, pertencente a um estrato inferior.

De toda forma, as relações amorosas proibidas, introduzidas por Eça na obra, exemplificam seu pensamento, veiculado na crônica de setembro a outubro de 1872, sobre o fato de que é o mistério, o interesse, o romance, que atrai a mulher e a faz cometer esse lapso moral, concluindo que, a despeito do amante, o que ela ama é o amor. Antonio Augusto Nery (2019, p. 275) complementa tal entendimento, citando que “tudo não passaria de desejos: de aventura, de emoções e da vivacidade que a relação proibida daria à existência cotidiana e mórbida da adúltera”.

Segundo Reis (2005, p. 65),

de um modo geral, o tema do amor, constituindo um sentido de universal representação artística, aparece na obra queirosiana quase sempre representado nos termos de uma concepção negativa, pessimista ou, pelo menos, crítica. Dificilmente encontramos, nos textos de Eça, sentimentos e práticas amorosas como atitudes de que resultem estados de felicidade ou relações afectivas positivas [...].

Diante desse entendimento, é natural que o fim de Luísa não tenha sido outro senão a morte. A fim de discutir esse aspecto, traz-se a análise de Mónica (2001) sobre a obra. Para ela, a ausência de castigo à mulher adúltera (Luísa) explicita a originalidade do enredo e distingue o romance de outros contemporâneos, em que isso ocorre. No entanto, não seriam a morte e a destituição anterior de todas as suas belas características femininas (a exemplo do corte de seu cabelo) uma forma de castigo para a personagem? O ponto de vista de Mónica (2001) somente se aplica ao universo masculino da obra, no sentido de que, com a morte de Luísa, a moralidade foi resguardada; tivesse ela sobrevivido, tudo indica que Jorge a teria perdoado publicamente.

#### 4.3 A CATÁSTROFE QUE PERMANECE EM SEGREDO

Similarmente a *O primo Basílio*, em *Os Maias*, o adultério é representado como prática constante na sociedade, o que demonstra mais um indício da crise vivida no âmbito familiar, com casamentos por interesse, matrimônios feitos para manter as aparências perante a sociedade e ainda outros desfeitos pelo desejo feminino de viver um romance digno daqueles lidos nos grandes clássicos do Romantismo. O próprio

Carlos, até conhecer Maria Eduarda e dela se enamorar, tem relacionamentos diversos, sendo o envolvimento com a condessa Gouvarinho o que merece maior destaque.

Pode-se dizer que tal relação tem lugar por simples conveniência: além de Carlos ser motivado por Ega a viver essa relação adúltera, a condessa sente-se atraída por ele, de modo que se deixou envolver “insensivelmente, irresistivelmente” (QUEIRÓS, 2017, p. 313). Diante desse seu posicionamento, é sempre ela a encontrar maneiras de passarem tempo juntos, começando pela tipoia, passando para a casa de uma tia ausente e terminando com uma viagem, que acaba por não ocorrer, não se devendo esquecer da fuga para viver o grande amor.

Apesar do intenso desejo de Gouvarinho em estar com Carlos, os encontros na casa da tia foram descontinuados, uma vez que

[...] a condessa começou a ter medo de uma vizinha, uma Borges, que visitava a titi, e era viúva de um antigo procurador dos Gouvarinhos. Uma ocasião em que, no casto leito de miss Jones, eles fumavam languidamente cigarrilhas, três enormes argoladas à porta atroaram a casa. A pobre condessa quase desmaiou; Carlos, correndo à janela, viu um homem que se afastava, com uma estatueta de gesso na mão, outras dentro de um cesto. Mas a condessa jurava que fora a Borges quem mandara o italiano das imagens atirar-lhes para dentro aquelas aldravadas, como três avisos, três rebates da Moral... Não quisera voltar mais ao beatífico *côté* da titi! E nessa tarde, como não havia ainda outro esconderijo, tinham abrigado os seus amores dentro daquela tipoia de praça (QUEIRÓS, 2017, p. 317, grifo do autor).

O excerto revela que a opinião pública de seus pares continua uma realidade. Não se quer diminuir o *status* social devido a escândalos sexuais revelados aos cônjuges e à sociedade antes do momento certo, que seria a fuga com o amante. Um parêntese neste ponto: é interessante informar que a fuga se torna real no caso extraconjugal vivido pela mãe de Carlos, Maria Monforte, que abandona o marido e o filho para viver sua paixão com um estrangeiro.

Retornando à condessa, ainda por meio dela, o autor representa um extremo da educação baseada em concepções românticas: a mulher que faz sacrifícios pelo amante. Em outras palavras, a personagem expressa o já referido amor ao desejo, o amor ao próprio amor.

Outra personagem que merece atenção, pela lembrança que desperta da situação de D. Camila em *O primo Basílio*, é D. Maria da Cunha, assim descrita por Carlos: “[...] uma velha engraçada, toda bondade, cheia de simpatia por todos os

pecados – e ela mesmo muito pecadora quando era a linda Cunha” (QUEIRÓS, 2017, p. 308). Isso demonstra que, por suas boas conexões ou por seu lugar na sociedade, assim como a outra personagem, D. Maria é aceita por seus pares e mesmo respeitada.

Cabe, por fim, abordar o principal romance da obra: aquele vivido entre Carlos e Maria Eduarda. Como já destacado, a princípio, ele é concebido como um adultério, o que se revela inverídico, por ela não ser casada com Castro Gomes. Mesmo o adultério sendo entendido como uma tragédia, a verdadeira tragédia vivenciada pelo casal será analisada adiante.

Nos primeiros encontros fraternos, Maria Eduarda expõe o seguinte pensamento em relação a afeições:

Logo na primeira semana das visitas de Carlos tinham falado de afeições. Ela acreditava candidamente que pudesse haver entre uma mulher e um homem uma amizade pura, imaterial, feita da concordância amável de dois espíritos delicados. Carlos jurou que também tinha fé nessas belas uniões, todas de estima, todas de razão – contanto que se lhes misturasse, ao de leve que fosse, uma pontada de ternura... Isso perfumava-as de um grande encanto – e não lhes diminuía a sinceridade. E, sob estas palavras um pouco difusas, murmuradas por entre as malhas do bordado e com lentos sorrisos, ficara sutilmente estabelecido que entre eles só deveria haver um sentimento assim, casto, legítimo, cheio de suavidade e sem tormentos (QUEIRÓS, 2017, p. 389-390).

A expressão “candidamente” para descrever o entendimento da personagem contrasta com a falsidade de Carlos, uma vez que o leitor já tem conhecimento de seu desejo por ela, de modo que seu discurso consiste numa estratégia de continuar a amizade e intensificá-la com o tempo. É ele, aliás, quem confessa primeiramente seu amor, ao que Maria Eduarda se mostra resistente num primeiro momento. Isso porque tem um segredo que pode manchar o nome dele e que somente é revelado adiante no enredo: além de não ser casada com Castro Gomes, sua filha é de outro homem, com quem iria casar, mas não o fez devido à morte precoce deste. Em outras palavras, essa composição de eventos faz parecer que ela é uma mulher da vida, que salta de uma cama a outra pelo maior montante em dinheiro a sustentá-la. No entanto, isso não se verifica, visto que, além de ter consciência sobre sua posição, de certa forma, à margem, não espera de Carlos seu sustento, vendendo suas joias para pagar as despesas da casa.

Referindo-se a casa, igualmente como Luísa, Maria Eduarda tem um Paraíso arranjado pelo amante para os encontros. A diferença está no fato de que, no seu

caso, se trata mais de um paraíso, que também recebe um nome oposto ao que representa: a Toca. O local constante de encontro do casal é assim descrito:

Davam duas horas; e começavam logo, nos quartos de cima, as longas lições de Rosa. Carlos e Maria iam então refugiar-se, numa intimidade mais livre, no quiosque japonês, que uma fantasia de Craft, o seu amor do Japão, construíra ao pé da rua de acácias, aproveitando a sombra e o retiro bucólico de dois velhos castanheiros. Maria afeiçoara-se àquele recanto, chamava-lhe o seu pensadouro. Era todo de madeira, com uma só janelinha redonda, e um telhado agudo à japonesa, onde roçavam os ramos – tão leve que através dele, nos momentos de silêncio, se sentiam piar as aves. Craft forrara-o todo de esteiras finas da Índia; uma mesa de charão, algumas faianças do Japão, ornavam-no sobriamente; o teto não se via, oculto por uma colcha de seda amarela, suspensa pelos quatro cantos, em laços, como o rico dossel de uma tenda; – e todo o ligeiro quiosque parecia ter sido armado só com o fim de abrigar um divã baixo e fofo de uma languidez de serralho, profundo para todos os sonhos, amplo para todas as preguiças... (QUEIRÓS, 2017, p. 475).

Como se vê, trata-se de um ambiente idílico para as personagens viverem seu amor, o que é retratado na sequência desse excerto:

Eles entravam, Carlos com algum livro que escolhera na presença de miss Sarah, Maria Eduarda com um bordado ou uma costura. Mas bordado e livro caíam logo no chão – e os seus lábios, os seus braços uniam-se arrebatadamente. Ela escorregava sobre o divã: Carlos ajoelhava numa almofada, trêmulo, impaciente, depois da forçada reserva diante de Rosa e diante de Sarah – e ali ficava, abraçado à sua cintura, balbuciando mil coisas pueris e ardentes, por entre longos beijos que os deixavam frouxos, com os olhos cerrados, numa doçura de desmaio. Ela queria saber o que ele tinha feito durante a longa, longa noite de separação. E Carlos nada tinha a contar senão que pensara nela, que sonhara com ela... [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 475-476).

Apesar de a temática sexual estar presente na maioria dos romances de Eça e de ser grande componente em *Os Maias*, é neste livro que as relações carnis são tratadas de modo mais simples, inocente, de certa forma. É possível afirmar que as meias palavras com que são descritas essas cenas oportunizam ao leitor um olhar mais sublime aos temas carnis, conferindo-lhes um *status* mais elevado.

Importa também ressaltar que é Carlos que sugere a fuga de ambos, quando ainda a entendia casada, plano não modificado depois de revelada sua história, uma vez que passa a pensar em seu avô e seu desgosto sabendo do passado dela. Por outro lado, tal atitude indica, mais uma vez, a vida de aparências dos burgueses. Maria Eduarda, compreendendo essa necessidade, faz coro à ideia de morar durante algum tempo fora de Portugal, para então retornarem casados.

Num aparte, indo além deste romance, cabe destacar que a honestidade mostrada em Maria Eduarda também é característica de Elisa, personagem feminina principal do conto *José Matias*, datado de 1897. Casada (por duas vezes), a ela é direcionada a devoção da personagem que dá nome ao conto e, apesar de também ter sentimentos por Matias, eles vivem esse amor de forma distanciada, não cometendo adultério. O próprio narrador informa essa característica da personagem ao relatar seu terceiro relacionamento amoroso: “A divina Elisa tinha agora um amante... E unicamente por não poder, com a sua costumada honestidade, possuir um legítimo e terceiro marido [...]” (QUEIRÓS, 2013a, p. 56); isso porque o rapaz era casado com uma espanhola, que acabou indo embora e o deixando. Assim, Elisa opta por manter uma relação não oficial com ele, mesmo que isso possa despertar comentários na sociedade.

Retornando ao foco desta análise, é preciso trazer à luz a grande tragédia que envolve os protagonistas: um antigo conhecido de Maria Monforte revela a Ega, amigo íntimo de Carlos, que, na verdade, Maria Eduarda é sua irmã. Com isso, a catástrofe do adultério se amplia para um incesto. A Maria, a verdade é somente revelada praticamente no fim da narrativa; por outro lado, Carlos, mesmo sabendo de que se trata de sua irmã, continua a manter relações afetivas com ela:

Então Carlos deu um passo no tapete, sem rumor. Ainda sentia o ranger mole do leito. E já todo aquele aroma dela que tão bem conhecia, esparsos na sombra tépida, o envolvia, lhe entrava na alma como uma sedução inesperada de carícia nova, que o perturbava estranhamente.

[...]

Ele tenteava, procurando na brancura da roupa: encontrou um joelho, a que percebia a forma e o calor suave, através da seda leve: e ali esqueceu a mão, aberta e frouxa, como morta, num entorpecimento onde toda a vontade e toda a consciência se lhe fundiam, deixando-lhe apenas a sensação daquela pele quente e macia, onde a sua palma pousava. Um suspiro, um pequeno suspiro de criança, fugiu dos lábios de maria, morreu na sombra. Carlos sentiu a quentura de desejo que vinha dela, que o entontecia, terrível como o bafo ardente de um abismo, escancarado na terra a seus pés. Ainda balbuciou: ‘Não, não...’ Mas ela estendeu os braços, envolveu-lhe o pescoço, puxando-o para si, num murmúrio que era como a continuação de um suspiro, e em que o nome de ‘querido’ sussurrava e tremia. Sem resistência como um corpo morto que um sopro impele, ele caiu-lhe sobre o seio. Os seus lábios secos acharam-se colados, num beijo aberto que os umedecia. E de repente, Carlos enlaçou-a furiosamente esmagando-a e sugando-a, numa paixão e num desespero que fez tremer todo o leito (QUEIRÓS, 2017, p. 689-690).

A passagem deflagra a fraqueza de Carlos diante dos acontecimentos. Como bem analisa Rosa (1979, p. 354), ele “[...] não tem dignidade nem coragem para acabar as relações sexuais com ela [Maria Eduarda]”. De fato, ele também não foi

capaz, como seu pai, de ir ao encontro da morte para não viver o escândalo, atitude pensada por ele em certo momento. Na verdade, uma passagem da narrativa, em que conversa com Ega, indica que sua preferência era pela morte de Maria Eduarda, pois, no seu entendimento, com isso estava encerrado o motivo de seu amor, sem maiores consequências para ele, como o nome de sua família ser alvo de difamação na sociedade. Sua saída é fazer uma longa viagem, ou seja, uma fuga covarde.

A respeito do tema do incesto, Reis (2005, p. 68, grifo do autor) informa:

O que n'Os *Maias* se representa é o incesto involuntário e inesperado entre Carlos da Maia e sua irmã Maria Eduarda. Involuntário porque de facto ele é inconsciente até praticamente ao final da relação amorosa; inesperado porque nada fazia prever que um herói dotado de tantas qualidades, de tão calculada educação e de abundante fortuna culminasse nessa ligação trágica [...].

Veja-se que são citados apenas Carlos e sua condição, não havendo menção a Maria Eduarda. De qualquer forma, o entendimento é de o ato ter realmente sido involuntário. Também é possível compreender que a declaração aqui feita vai ao encontro do pensamento de Reis (2005), no sentido da fraqueza da personagem frente à realidade, indo contra aquilo que foi preparado por sua educação: o herói, na verdade, não passava de um pseudo-herói, fruto do seu meio.

Na narrativa, mais uma vez Maria Eduarda é retratada de maneira diferente das típicas mulheres burguesas. Sabendo da verdade, vai embora de Portugal com a filha, não aceitando parte na herança que a ela cabia. No fim do livro, tem-se conhecimento de que se casou com um homem mais velho, dando Carlos a entender de que se tratava de um casamento por comodidade, não por amor. De qualquer forma, do início ao fim da narrativa, Maria Eduarda mantém uma posição distinta e, até certo ponto, correta, em comparação ao padrão retratado por Eça por meio de outras personagens femininas neste e em outros escritos seus.

Ainda, afastando-se do exposto na análise de *As farpas* e *O primo Basílio*, em que a catástrofe é tida como atraente à mulher e resultante de sua educação essencialmente romântica – ou seja, a relação fora do casamento é desejada pela mulher, que busca nela a vivência do amor nos moldes do narrado em suas leituras – , tal atração não é verificada em *Os Maias*, uma vez que Maria Eduarda não tem conhecimento anterior da história que a liga fraternalmente a Carlos; mesmo que

tivesse, do que se depreende de sua caracterização, parece que não seria mais uma vítima da catástrofe.

Sobre o tema do incesto, são interessantes as palavras de Ana Luísa Vilela (1997, p. 61, grifo do autor):

N'Os *Maias*, quando momentaneamente se resolve a tensão na felicidade conjugal da 'Toca', a **deusa** (carne *ex-divina*) descobre-se como **irmã**. E relança-se o sentido trágico do erotismo. O incesto torna-se, assim, absolutamente necessário e, num outro sentido, **desejável**, a vários títulos preferível a outros interditos menos radicais, já experimentados n' *O Primo Bazílio* e n' *O Crime do Padre Amaro*. É preferível, é mais **rendoso**, até porque a figura do incesto permite a representação de várias **cenar incestuosas** diferentes: uma, necessária à economia de temática da narrativa, que corresponde à ligação incestuosa **longo prazo**, de vida ao **facto geral** e longamente preparado da existência verosímil do vínculo fraterno entre os dois amantes; outra, inesperada, redundante, intensificadora e tecnicamente desnecessária, que consiste no episódio do **pecado consciente** de Carlos. O incesto corresponde aqui a um momento em que a **recaída erótica** (muito queirosiana) tem um valor acrescentado de impensável e monstruoso. É aqui que a fórmula 'abismo delicioso' adquire maior produtividade simbólica, de conotação claramente demoníaca [...].

Pode-se compreender tal exposição como a oportunidade dada ao leitor de ter uma nova visão do relacionamento carnal entre os protagonistas. Sabedor da relação sanguínea que une as personagens, é possível retomar as cenas sexuais, analisando-as por outro prisma, o que só faz adensar a tragédia maior dessa obra. Além disso, a expressão "abismo delicioso" utilizada pode ter relação com o entendimento de Eça sobre a atração à catástrofe, já levantada aqui em outros momentos.

Finalmente, entende-se ser interessante comentar outro paralelo de *Os Maias* com *O primo Basílio*: as cartas também encontram espaço na narrativa, sendo usadas para fazer denúncias das relações adúlteras vividas pelas personagens – a exemplo da enviada anonimamente para Castro Gomes sobre a relação entre Carlos e Maria Eduarda –, além de ser o meio pelo qual se conhece a verdade sobre o parentesco dos protagonistas. Nesse contexto, vale trazer parte da carta publicada em jornal (logo impedido de circular por Eça) com o intuito de expor o escândalo vivido por Carlos e Maria Eduarda:

– Ora viva, **sô** Maia! Então já se não vai ao consultório, nem se veem os doentes do bairro, **sô** janota? – Esta piada era botada no Chiado, à porta da Havanesa, ao Maia, ao Maia dos cavalos ingleses, um tal Maia do Ramallete, que abarrota por aí de **catita**; e o pai Paulino **que tem olho** e que passava nessa ocasião ouviu a seguinte **cornetada**: – É que o **sô** Maia acha **que é**

**mais quente viver** nas fraldas de uma **brasileira casada**, que nem é brasileira nem é casada, e a quem o papalvo pôs casa, aí para o lado dos Olivais, para **estar ao fresco!** [...] E no fim (não, esta é para a gente deixar estourar o bandulho a rir!), no fim descobre-se que a **tipa** era uma cocote safada, que trouxe para aí um brasileiro, **já farto dela**, para a passar cá aos belos lusitanos... [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 555, grifo do autor).

Esse trecho traz à tona a veia irônica de Eça, tão presente em suas farpas e outros textos jornalísticos, como bem recorda Miné (1986). Agora, no construto literário, ele tem a oportunidade de ampliar a utilização dessa estratégia estilística para fazer sua crítica, acrescentando a ela algo de satírico.

Ainda sobre o tema, faz-se relevante ressaltar que a retirada dos jornais com a carta-denúncia da rua é mais uma forma de manter as aparências e evitar o escândalo e opinião alheia. Em resumo, passa-se o tempo, mas a hipocrisia continua sendo regra na sociedade burguesa.

## 5 CENAS DAS MULHERES FORA DO LUGAR

Neste capítulo, em complemento ao desenho da burguesa lisboeta de fins do século XIX, importa analisar as diversas mulheres que estão no seu cotidiano e que, mesmo pertencentes a outros estratos sociais, mantêm uma relação de dependência com a classe. Assim como nos capítulos anteriores, procede-se à apresentação feita por Eça dessas personagens femininas n’*As farpas*, cujo estudo e caracterização são adensados nos romances tratados nesta dissertação, com ênfase em Leopoldina e Juliana, de *O primo Basílio*, e em Maria Eduarda Runa e Maria Monforte, de *Os Maias*.

### 5.1 FARPAS SOBRE MULHERES À MARGEM

As crônicas queirosianas sobre a sociedade burguesa em geral pouco se detêm sobre os indivíduos não pertencentes a essa classe ou a estratos superiores (aristocracia), de forma que suas características são usualmente apreendidas mediante o estudo destes. N’*As farpas*, portanto, faz poucas referências às mulheres de outras classes sociais. Claro está que a compilação traz à tona tais tipos, porém recorda-se que, para esta análise, se utilizaram apenas os trechos cuja autoria é confirmada.

Na crônica de março de 1872, tem-se um pequeno comentário sobre um vício a princípio entendido como característico da criadagem. Isso se dá quando, ao descrever a criança burguesa, informa que, além da mentira, possui curiosidade:

Além disso é curiosa. De uma curiosidade insaciável. A curiosidade tem sido mal compreendida: **este grande instinto natural tem sido reduzido às proporções de um vício de criado**. No entanto a curiosidade é o trabalho fatal da inteligência e a livre expansibilidade da ação. A curiosidade é a civilização, a ciência, a indústria, a navegação, as descobertas, a crítica, a arte, o comércio – e a viagem perpétua que o homem faz através dos factos e das ideias. No entanto este grande instrumento de ação é necessário saber como a educação o dirige. Porque descobrir a América ou escutar a uma porta – são dois factos de curiosidade (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 421-422, grifo nosso).

Nessa passagem, dois aspectos são demonstrados: (i) a curiosidade como vício da criadagem trata-se de um entendimento errôneo; (ii) a curiosidade é um sinal de inteligência. Com isso, tem-se a percepção de que, apesar de a capacidade de ser curioso poder configurar-se como algo inerente às classes mais baixas, estas não

possuem a inteligência necessária para fazer desse traço um instrumento de ação e transformação. Tal entendimento, no entanto, é revisitado em momento posterior, como se verá.

Por sua vez, no texto de setembro a outubro de 1872, em que o adultério figura como tema, ao explicitar o porquê de a mulher criada para casar e ser senhora da casa estar propensa à infidelidade, dá outros vislumbres sobre os demais tipos femininos: “[...] a cabeleireira penteia-a, as criadas vestem-na, a governanta trata-lhe da casa, a ama cuida-lhe dos filhos, as moças arrumam-lhe os quartos, o marido ganha-lhe o dinheiro, a modista faz-lhe os vestidos [...]” (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 550), todos pertencentes ao proletariado.

Ainda, em oposição à mulher burguesa posicionada em patamares superiores na sociedade, aquela que está rodeada dos tipos relacionados na última citação, o autor dá ênfase um pouco maior à mulher da pequena burguesia:

[...] É que as mulheres mais ocupadas, são as mais virtuosas. É isto evidente na pequena burguesia, no mundo proletário, nas classes agrícolas. Os adultérios aí, a não ser as exceções de temperamentos, são quase todos originados na necessidade e na pobreza. [...] A verdade é esta, e a razão é que Lisboa é uma terra pobre; a maior parte das famílias são de empregados públicos, e portanto as mulheres sem criadas, sem aias, e sem carruagens têm, de manhã à noite, o rude trabalho de uma casa a dirigir: têm de se vestir, de lavar os filhos, de alinhar vestidos, de tomar róis, de fazer as suas compras, e fica-lhes um dia **cheio e trabalhado** (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2013, p. 550, grifo do autor).

Mais ocupada e, por conseguinte, mais virtuosa, é pouco propensa ao adultério pelo simples fato de precisar ocupar-se da casa, tendo com o marido uma espécie de associação no trabalho.

## 5.2 A AMANTE E A CRIADA

Ao analisar *O primo Basílio*, Sousa (2019, p. 208, grifo do autor) afirma:

Não há dúvidas, porém, de que a mulher burguesa na obra queirosiana recebe certo destaque que a distingue das outras mulheres da sociedade. Por outro lado, na medida em que as suas dificuldades cotidianas vão sendo apresentadas, percebe-se que não é só a mulher burguesa que se torna vitimada, mas todas as mulheres retratadas em seus romances assumem um papel subalterno dentro da sociedade portuguesa oitocentista, independente do *status* social a qual pertença. Subalternidade essa que, de certa forma, as unifica socialmente.

A unificação social pela subalternidade referida por Sousa (2019) é exatamente o que auxilia na compreensão da mulher burguesa. Tome-se como exemplo o referido romance, em que personagens femininas secundárias são importantes para a caracterização de Luísa como a típica burguesa lisboeta. Neste estudo, como informado na introdução, destaca-se a análise de Leopoldina e Juliana, contrapontos que ilustram a condição de mulheres pertencentes a estratos sociais que não aquele a que pertence a protagonista. A escolha por Leopoldina, em detrimento de outras personagens femininas do círculo de vivência de Luísa, a exemplo de D. Felicidade, deve-se ao fato de a protagonista e a jovem amiga terem crescido e estudado juntas e, apesar dos mesmos aprendizados recebidos para serem boas donas de casa, revelarem atitudes e pensamentos distintos: enquanto Luísa é mais recatada e se envergonha – no início, ao menos – com as aventuras sexuais da amiga, Leopoldina as tem como algo trivial.

Leopoldina, melhor amiga de Luísa desde os tempos do colégio, tem sua primeira descrição feita como segue:

Era a sua íntima amiga. Tinham sido vizinhas, em solteiras, na Rua da Madalena, e estudado no mesmo colégio, à Patriarcal, na Rita Pessoa, a coxa. Leopoldina era a filha única do visconde de Quebrais, o devasso, o caquético, que fora pajem de D. Miguel. Tinha feito um casamento infeliz com um João Noronha, empregado da Alfândega. Chamavam-lhe ‘a Quebrais’; chamavam-lhe também ‘a Pão e Queijo’.  
Sabia-se que tinha amantes, dizia-se que tinha vícios. [...]  
Leopoldina tinha então vinte e sete anos. Não era alta, mas passava por ser a mulher mais bem feita de Lisboa. Usava sempre vestidos muito colados, com uma justeza que acusava, modelava o corpo como uma pelica, sem largueza de roda, apanhados atrás. Dizia-se dela, com os olhos em alvo: ‘É uma estátua, é uma Vénus!’ Tinha os ombros de modelo, de uma redondeza descaída e cheia; sentia-se nos seus seios, mesmo através do corpete, o desenho rijo e harmonioso de duas belas metades de limão; a linha dos quadris rica e firme, certos quebrados brilhantes de cintura faziam voltar os olhares acesos dos homens. [...] (QUEIRÓS, 2016, p. 21-22)

Como se vê, diferentemente de Luísa, cuja descrição ressalta sua candura e delicadeza, entre outras características, Leopoldina é retratada por sua bela formação corporal, que desperta o desejo. Com isso, fica logo revelado que se trata de duas faces opostas, o que é reforçado pela citação seguinte:

[Leopoldina] Era muito indiscreta, falava muito de si, das suas sensações, da sua alcova, das suas contas. Nunca tivera segredos para Luísa; e na sua necessidade de fazer confidências, de gozar a admiração dela, descrevia-lhe os seus amantes, as opiniões deles, as maneiras de amar, os tiques, a roupa, com grandes exagerações! [...].

[Luísa] Às vezes na sua consciência achava Leopoldina 'indecente'; mas tinha um fraco por ela: sempre admirara muito a beleza do seu corpo, que quase lhe inspirava uma atração física. Depois desculpava-a: era tão infeliz com o marido! Ia atrás da paixão, coitada! [...] (QUEIRÓS, 1994, p. 11).

Enquanto Luísa sonha em silêncio e, a princípio, apenas deseja as aventuras lidas em seus romances, Leopoldina vive tal realidade de maneira aberta à sociedade. Em certo ponto na narrativa, justifica seu modo de ser pela infelicidade vivida ao lado de seu marido, de quem não sofre reprimendas e que se mostra alienado na relação, ou seja, a família está constituída legalmente, mas não na realidade, não havendo, assim, o que destruir.

Essa distinção pode se dever à diferença de caráter entre as camadas alta/média e baixa da burguesia, ressaltada por Freud em carta à sua noiva, conforme segue: “A ‘ralé’, acrescentou ele, dá asas a seus sentimentos com uma espontaneidade e agudeza que os burgueses instruídos aprenderam a controlar” (GAY, 2002, p. 48). Sobre o assunto, interessa discutir o seguinte aspecto: apesar de Leopoldina ter sua origem numa classe mais abastada, visto seu pai ter sido visconde, tem essa posição rebaixada, acabando por se casar com um simples funcionário da alfândega.

Além disso, mesmo pertencendo à burguesia, encontra-se num patamar sutilmente inferior ao de Luísa, o que pode ser subentendido em passagem na qual, ao visitá-la, pede para que seja feito bacalhau, prato de que muito gosta, mas que não pode de ser feito em sua casa por ordens do marido, o que leva a crer que não é ela que comanda as atividades corriqueiras de seu lar. Apesar de justificar que ele não gosta da iguaria e por isso a proíbe, é possível que a verdadeira razão desse impedimento seja o valor do peixe, suscitada pela resposta de Luísa ao pedido de sua amiga, achando-o uma extravagância.

Na mesma passagem, admirando a sala de sua amiga, põe-se a pensar que desejaria ter uma igual: “[...] Desejava ter uma sala assim – pensava, olhando ao redor. Queria-a de repes azul, com dois grandes espelhos, um lustre de gás, e o seu retrato a óleo de corpo inteiro, decotada, ao pé de um rico vaso de flores... [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 182).

Ainda em relação às posses de Leopoldina, mesmo que se tenha o entendimento de que são poucas ou, ao menos, num nível inferior ao da protagonista, veste-se de forma elegante, o que sustenta o exposto de que a aparência é algo

importante para essa sociedade, não importando tanto a realidade no âmbito do lar, desde que os pares vejam e reconheçam certo *status* por meio das vestimentas. Claro está que, neste caso, o complemento a essa percepção (boas maneiras e relações) não encontra morada na personagem, conforme visto na sequência.

Leopoldina também revela posicionamento diverso frente ao seu lugar como mulher, o que se deve, possivelmente, ao seu modo de ser mais espontâneo, indiscreto. Tome-se como exemplo a questão de ter ou não filhos: enquanto Luísa deseja um herdeiro, sua melhor amiga vê a maternidade como um fardo.

Luísa não respondeu; tinha encostado a cabeça à mão: e com o olhar vago, como continuando alguma idéia.

– São tolices, no fim, andar, viajar! A única coisa neste mundo é a gente estar na sua casa, com o seu homem, um filho ou dois...

Leopoldina deu um salto na *voltaire*. Filhos! Credo, que nem falasse em semelhante coisa! Todos os dias dava graças a Deus em os não ter!

– Que horror! – exclamou com convicção. – O incômodo todo o tempo que se está!... As despesas! Os trabalhos, as doenças! Deus me livre! É uma prisão! E depois quando crescem, dão fé de tudo, palram, vão dizer... Uma mulher com filhos está inútil para tudo, está atada de pés e mãos! Não há prazer na vida. É estar ali e aturá-los... Credo! Eu? Que Deus não me castigue, mas se tivesse essa desgraça parece-me que ia ter com a velha da Travessa da Palha! (QUEIRÓS, 1994, p. 106, grifo do autor).

Em resumo, o lar e a família, para ela, eram uma espécie de prisão, podendo-se entender suas traições como um grito de rebeldia contra uma sociedade que a tolhia, socialmente, de suas vontades e liberdades. Nesse sentido, outro trecho do romance revela sua inveja da liberdade masculina: “– Ah! – exclamou. – Os homens são bem mais felizes que nós! Eu nasci para homem! O que eu faria! [...] – Um homem pode fazer tudo! Nada lhe fica mal! Pode viajar, correr aventuras... [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 189). Portanto, sua inclinação para a infidelidade deve-se, em grande medida, ao seu temperamento, uma exceção a essa condição em mulheres de seu *status* social, como destacado por Eça na crônica de setembro a outubro de 1872.

Por meio dela também, Eça demonstra outra consequência da educação feminina de seu tempo, discutida em suas crônicas, no que se refere aos primeiros amores e experiências carnavais:

– Lembras-te quando estivemos de mal?

Luísa não se lembrava.

– Por tu teres dado um beijo na Teresa, que era o meu ‘sentimento’ – disse Leopoldina.

Puseram-se a falar dos 'sentimentos'. Leopoldina tinha quatro; a mais bonita era a Joaninha, a Freitas. Que olhos! E que bem feita! Tinha-lhe feito a corte um mês!...

– Tolices! – disse Luísa corando um pouco.

– Tolices! Porquê?

Ai! era sempre com saudade que falava dos 'sentimentos'. Tinham sido as primeiras sensações, as mais intensas. Que agonia de ciúmes! Que delírio de reconciliações! E os beijos furtados! E os olhares! E os bilhetinhos, e todas as palpitações do coração, as primeiras da vida! (QUEIRÓS, 2016, p. 185-186).

Novamente, vê-se a oposição entre as personagens: Luísa sempre a corar com tais pensamentos, enquanto Leopoldina os relata de forma natural, com saudosismo. Importa destacar que essa atitude de Luísa sofre certo esvanecimento com seu envolvimento com Basílio: antes curiosa das histórias da amiga, mas com vergonha delas, passa a desejar ser aquela que as vive, o que não se concretiza com toda a felicidade imaginada, como discutido no capítulo anterior.

O excerto trazido também revela que as primeiras sensações eram comumente compartilhadas entre as jovens no colégio, numa insinuação de descoberta da sexualidade por meio de relações homossexuais, o que para algumas poderia figurar como “tolices” (Luísa) e para outras como um primeiro e verdadeiro amor (Leopoldina). A respeito, tem-se a explanação de Yvonne Knibiehler (1991, p. 386):

Muitas adolescentes descobriam no internato a alegria das companhias, a fraternidade no feminino. Não era raro que dois corações juvenis se ligassem por uma amizade apaixonada, tornando-se inseparáveis, trocando juras, retratos, cabelos entretecidos e entrançados, anéis, pulseiras, símbolos de afeição eterna. Nos conventos católicos, uma vigilância atenta impedia as 'práticas culposas', mas não travava as efusões sentimentais. Nos países anglo-saxónicos a liberdade parece ter sido sem limites: as cartas trocadas revelam que as jovens internas inglesas ou americanas podem viver numa intimidade total, trocando as roupas, dormindo na mesma cama, cozinhando uma para a outra, refugiando-se num 'snug little room' (quartinho aconchegado) para tocar música.

Mesmo que pareça neutralizar ou ao menos diminuir a importância das relações entre as jovens por meio da expressão “fraternidade no feminino”, Knibiehler (1991) traz dados históricos interessantes para compreensão dos pequenos vislumbres feitos por Eça em relação aos primeiros amores vividos entre o mesmo sexo, corroborando-os.

Sobre o mesmo trecho da narrativa, Bernardes (2012, p. 202) afirma:

[...] No jantar que [Luísa] oferece a Leopoldina, o diálogo entre as duas amigas reflecte as limitações de horizontes de ambas – mas também a diferença no desejo. Na segunda, a revelação da vontade e a sua dimensão são desabridas, na primeira mesmo o que se sonha é velado. Luísa cora ao ouvir Leopoldina falar das recordações do colégio, sem que saibamos se é por pudor, se por incapacidade de exprimir uma opinião [...].

Mais uma vez, portanto, frisam-se as diferenças de comportamento das duas personagens.

Em outro extremo social, Juliana representa a mulher do proletariado:

Nascera em Lisboa. O seu nome era Juliana Couceiro Távira. Sua mãe fora engomadeira; [...].  
Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de amos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifos, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalhar-se quando voltava a saúde!... [...] (QUEIRÓS, 1994, p. 44).

Tal descrição aponta a recorrente sujeição da criadagem, que desde cedo, para sobreviver, passa a servir a burguesia. Dissertando sobre a criada doméstica, Hobsbawn (2005, p. 332) corrobora o retrato feito por Eça:

Tudo na sua vida era estritamente prescrito e, já que vivia num quarto magramente mobiliado, controlável. Desde o avental e o uniforme que usava até a carta-testemunho de boa conduta ou 'caráter', sem a qual era impossível conseguiu novo emprego, tudo nela simbolizava uma relação de poder e sujeição.

De fato, em *O primo Basílio*, dá-se a conhecer o pouco mobiliário no quarto de Juliana, informado em capítulo precedente.

Retornando ao seu retrato, no tocante à parte física, o autor a descreve como segue:

[...] Devia ter quarenta anos, era muitíssimo magra. As feições miúdas, espremidas, tinham a amarelidão de tons baços das doenças do coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tique nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias – mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duraque com ponteiros de verniz (QUEIRÓS, 2016, p. 12).

Parece que Juliana concentra todas as piores características físicas que uma mulher poderia desejar, o que lhe rende apelidos maldosos da vizinhança. Talvez tenha sido essa a forma de diferenciá-la da mulher burguesa lânguida e desejada, afastando-a dessa compleição. Por outro lado, é designada como curiosa, característica trazida por Eça em crônica discutida anteriormente; a diferença é que a personagem bem sabe usar esse instinto natural, como se verá adiante.

Eça também demonstra que, mesmo nas camadas mais baixas, há dependência entre as pessoas: “Juliana lisonjeava sempre a cozinheira: dependia dela; Joana dava-lhe caldinhos às horas de debilidade, ou, quando ela estava mais adoentada, fazia-lhe um bife às escondidas da senhora [...]” (QUEIRÓS, 2016, p. 64). Nesse excerto, por exemplo, vê-se o bom tratamento dado por Juliana – que por todos nutre certo desprezo – à cozinheira da casa, pelo mero interesse de ser bem servida de quando em vez, mesmo que hierarquicamente tivesse uma posição superior. Com esse intento, faz “vistas grossas” às visitas recebidas por Joana de seu amante quando sozinha em casa; também a esse amor e suas delícias é dirigida sua inveja, outra posse que ela nunca teria.

Ainda no tocante à relação de dependência entre aqueles das classes mais baixas, é relevante o papel exercido por Victoria Soares, uma velha inculcadeira, amiga íntima de Juliana. Por sua residência, passam tanto a criadagem reles quanto a criadagem fina, sendo ela uma espécie de “banco”, que empresta dinheiro ou guarda economias; de “correspondente”, que faz escrever cartas românticas ou domésticas para aqueles que sem instrução; de “brechó”, a emprestar ou vender roupas de segunda mão, entre outras habilidades, além de ter contatos importantes. É ela, aliás, quem auxilia e aconselha a personagem em seu plano contra Luísa.

Retornando a Juliana, importa frisar que, apesar de viver essa realidade subalterna, permanece o desejo de mudar de vida, alcançando novos patamares sociais, mesmo que de formas não tão honestas, como anteriormente referido ao contar o enredo da narrativa no capítulo anterior:

– A senhora diz bem, sou uma ladra, é verdade; apanhei a carta no cisco; tirei as outras do gavetão. É verdade! E foi para isto, para mas pagarem! – E traçando, destracando o xale, numa excitação frenética: – Não que a minha vez havia de chegar! Tenho sofrido muito, estou farta! Vá buscar o dinheiro onde quiser. [...]. A senhora suja, suja, quer ir ver quem lhe parece, aparecer-lhe com tafularias por baixo e cá está a negra, com a pontada no coração, a matar-se com o ferro na mão! E a senhora, são passeios, tipóias, boas sedas,

tudo o que lhe apetece – e a negra? A negra a esfalfar-se! (QUEIRÓS, 1994, p. 172).

Eis o uso de sua curiosidade: sempre atenta aos acontecimentos da casa, percebe o interesse mútuo de Basílio e Luísa; com o roubo das cartas de amor destes, imagina ter em mãos o instrumento para finalmente receber a pequena fortuna a que acha ter direito e, assim, ela própria tornar-se uma dona da casa, podendo até mesmo casar-se. Esse plano é revelado ao leitor em conversa de Juliana com a empregada de Leopoldina:

[...] eu agora é que começo a considerar: é onde se está bem, é em casas em que há podres! Encontrei ontem a Agostinha, a que está em casa do comendador, ao Rato... Pois senhor, não se imagina. É tudo o que se pode! Tudo! Anel, vestido de seda, sombrinha, chapéu! E de roupa branca diz que é um enxoval [...] (QUEIRÓS, 2016, p. 173).

É justamente o que se dá no seu caso. Não sendo amparada por Basílio e não tendo recursos financeiros para pagar imediatamente a chantagem, Luísa começa a conceder pequenos regalos a Juliana: um vestido novo com a saia rasgada em um de seus encontros com o primo, roupa branca, a transferência para o quarto dos baús, que é esteirado e recebe novos móveis para comportar as novas vestimentas...

O embate entre a senhora e a criada é abordada por Medina (2000a, p. 81) em sua análise:

Mas no novo romance, Eça complica o conflito amoroso e dá mais força ao desfecho trágico, pondo no seu cerne o choque entre duas mulheres, fazendo-nos assistir à luta de morte entre duas consciências femininas radicalmente antagónicas, essas mulheres duas mulheres em tudo diferentes: a saudável e bela patroa cheia de tédio burguês engendrado pela ociosidade de uma cidade onde o Amor se fica pelas páginas dos livros, e a esfomeada de vida, de amor físico e de desforra social, a chantagista que a decide ‘cardar’.

No entanto, pouco a pouco, vê-se uma inversão de papéis e a criada vai tomando o lugar que tanto deseja. Sentindo-se cada vez mais igual à sua senhora, também se acha no direito de acordar mais tarde, passear durante o dia, em vez de cuidar dos afazeres domésticos: “Os desleixos de Juliana iam-se tornando graves. Para sair mais cedo fazia apenas o essencial. Era Luísa que acabava de encher os jarros, que levantava muitas vezes a mesa do almoço, que levava para o sótão roupa

suja que ficava pelos cantos...” (QUEIRÓS, 2016, p. 360). Luísa, portanto, vai perdendo seu poder de dona do lar.

Neste ponto, é interessante trazer à discussão um pensamento de Dantas (1999, p. 70):

O limite do universo do ‘povo’ termina onde começa o dos patrões. Por temor e precaução, os figurantes do estrato social inferior sempre evitam qualquer choque ou confronto aberto com a sua contraparte burguesa. Uma vez excluído o exercício da franqueza, as suas relações com o mundo adjacente são efetivamente atravessadas pelo rancor e pela hipocrisia [...].

Em Juliana, encontram-se o rancor e hipocrisia citados, porém, como se viu até aqui, nela não há lugar para o medo, de forma que não há mais limites que a separam do universo dos patrões.

Com o retorno de Jorge, sua nova posição, no entanto, acha-se ameaçada; tem medo de ser demitida por ele e perder o que havia conquistado, saindo, além disso, sem nenhum tostão. Assim, volta a fazer certos serviços, mas o ódio só faz aumentar. Sua raiva encontra vazão uma última vez em diálogo com Sebastião, que, a pedido de Luísa – já cansada de viver em chantagem –, vai ao seu encontro para tomar posse das cartas e expulsá-la de casa, sem pagar o que pedira, visto tal pedido ser fruto de roubo:

Ela rangia os dentes. Estava apanhada! **Eles** tinham tudo por si, a polícia, a Boa Hora, a cadeia, a África!... E ela – nada!  
 Todo o seu ódio contra a ‘piorrinha’ fez explosão. Chamou-lhe os nomes mais obscenos. Inventou infâmias.  
 [...] Juliana então alucinada de raiva, com os olhos saídos das órbitas, veio para ele [Sebastião] e cuspi-lhe na cara!  
 Mas de repente a boca abriu-se-lhe desmedidamente, arqueou-se para trás, levou com ânsia as mãos ambas ao coração, e caiu para o lado, com um som mole, como um fardo de roupa (QUEIRÓS, 2016, p. 455, grifo do autor).

Conforme bem indica Dantas (1999, p. 90, grifo do autor), em sua ânsia de conquistar seu lugar na burguesia, Juliana acaba por cometer um grande erro:

No arremate de sua conquista, Juliana comete um erro imperdoável: na sua ambição de se apossar de todos os valores burgueses relativos à mulher e, sobretudo, daquele que coroa a todos – **a identidade feminina burguesa** – ela não suspeita que é pela preservação desse mesmo trunfo que Luísa se deixa aviltar, sujeitando-se à sua sórdida chantagem. Conseqüentemente, na ânsia de se apossar do ‘reino’, Juliana fez de sua pretensa ‘rica vida’ apenas uma miragem.

Assim, resta a ela a morte. Esse é o fim da personagem, igualdade última com Luísa, como visto em momento anterior neste texto. A diferença ficou por conta do local de descanso final: Juliana é sepultada em uma vala comum, enquanto Luísa é levada para o jazigo familiar.

A esse respeito, veja-se o que diz Bernardes (2012, p. 231, grifo do autor):

O destino das duas personagens [Luísa e Juliana] tem a continuidade virtual que a morte aponta. Aliás, a última referência feita a Juliana é indicador disso mesmo [...] a menção ao nome completo de Juliana desempenha a função de síntese biográfica, necrológio a cargo do narrador e que é totalmente insignificante na economia narrativa e, portanto, aos olhos do mundo d'*O Primo Basílio*. Da mesma forma, o epitáfio que o Conselheiro Acácio dedica a Luísa banaliza a sua memória, ficando assim depreciada (e tornada **conselheiral**) a eternidade. Porque também o nome completo de Luísa é mencionado a propósito do necrológio; no momento, portanto, em que a personagem, abreviada a sua existência no nome que deveria identificá-la enquanto referente, deixa de o ser.

Seguindo esse ponto de vista, ambas findam por ter seu nome como necrológio e síntese biográfica, tendo sua existência abreviada. Mais uma vez, portanto, a morte parece um castigo, uma vez que é uma das responsáveis por Juliana não continuar seu projeto de ascensão social, mesmo que, se viva, fosse demitida. Ademais, trata-se de um modo de manter a moral na obra, ou seja, é uma alternativa para a prisão resultante do crime de roubo, indicando que tal ação é de alguma forma punida.

### 5.3 A MÃE E A NEGREIRA

Em *Os Maias*, como já dito, a ênfase está na construção de personagens masculinas, como personas de uma sociedade burguesa já em crise, sendo as femininas secundárias. Nesse sentido, escolheram-se para análise duas que se apresentam como contrapontos de Maria Eduarda e, curiosamente, possuem relação de sangue com ela, a saber: Maria Eduarda Runa (sua avó) e Maria Monforte (sua mãe).

Pouco é exposto sobre Maria Eduarda Runa. Sabe-se que foi casada com Afonso da Maia, o patriarca da família, e com ele teve Pedro, único filho do casal. A despeito das escassas informações sobre ela, as existentes revelam uma típica mulher portuguesa, em sua compleição, educação e cotidiano. Tome-se como exemplo sua descrição inicial: “[...] d. Maria Eduarda Runa, filha do conde de Runa,

uma linda morena, mimosa e um pouco adoentada [...]” (QUEIRÓS, 2017, p. 23). Já nessas palavras iniciais, há indicativos da mulher frágil criticada por Eça em suas farpas, o que é confirmada adiante pelo narrador:

Pobre senhora! A nostalgia do país, da parentela, das igrejas, ia-a minando. Verdadeira lisboeta, pequenina e trigueira; sem se queixar e sorrindo palidamente, tinha vivido desde que chegara num ódio surdo àquela terra de hereges e ao seu idioma bárbaro [...]. A sua devoção (a devoção dos Runas!) sempre grande, exaltara-se, exacerbava-se àquela hostilidade ambiente que ela sentia em redor contra os ‘papistas’. E só se satisfazia à noite, indo refugiar-se no sótão com as criadas portuguesas, para rezar o terço agachada na esteira – gozando ali, nesse murmúrio de ave-marias em país protestante, o encanto de uma conjuração católica! (QUEIRÓS, 2017, p. 25).

Essa caracterização faz recordar o pensamento vigente em Portugal, segundo Eça n’*As farpas*, de resistência em relação às ideias liberais trazidas pelos franceses e ingleses. Mesmo adiante no tempo, é isso que seu “ódio” faz representar.

O catolicismo da personagem, aliás, determina a educação dada a seu filho. Como citado em capítulo anterior, a preferência de Afonso era o sistema inglês, mas a saúde frágil de sua esposa o fez aceitar o método português, baseado no ensino tradicional dos clássicos, cujas consequências são mostradas no trecho seguinte:

Às vezes Afonso, indignado, vinha ao quarto, interrompia a doutrina, agarrava a mão do Pedrinho – para o levar, correr com ele sob as árvores do Tâmis, dissipar-lhe na grande luz do rio o pesadume crasso da cartilha. Mas a mamã acudia de dentro, em terror, a abafá-lo numa grande manta: depois, lá fora, o menino, acostumado ao colo das criadas e aos recantos estofados, tinha medo do vento e das árvores: e pouco a pouco, num passo desconsolado, os dois iam pisando em silêncio as folhas secas – o filho todo acovardado das sombras do bosque vivo, o pai vergando os ombros, pensativo, triste daquela fraqueza do filho...

Mas o menor esforço dele para arrancar o rapaz àqueles braços de mãe que o amoleciam, àquela cartilha mortal do padre Vasques – trazia logo à delicada senhora acessos de febre. E Afonso não se atrevia já a contrariar a pobre doente, tão virtuosa, e que o amava tanto! [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 26).

Ficam evidentes, nesse excerto, dois aspectos: (i) a continuidade do pensamento que Eça veiculou em sua farpa de que os filhos crescem aos moldes da educação recebida no seio materno, no caso, pequenino, nervoso, fraco, sem curiosidades – algo típico da criança portuguesa, como bem pontua o autor também em uma crônica aqui exposta –; (ii) a função feminina na sociedade relacionada à educação dos filhos.

Dantas (1999) refere que a carolice da personagem encontra correspondência com a debilidade física que aos poucos se instaura. De fato, Maria Eduarda Runa tem por fim a morte em agonia de devota, momento em que exerce um último poder sobre seu filho: desejando sua cura, ele faz promessa pela sua recuperação. O narrador utiliza o adjetivo “histérico” para qualificar tal atitude de Pedro, o que faz vislumbrar uma possível crítica de Eça sobre o exagero da devoção católica.

Sobre a devoção católica, é interessante trazer ao conhecimento outra opinião abordada por Eça, no conto *No moinho*, de 1880. Trata-se de uma narrativa sobre a vida de Maria da Piedade, um modelo de mulher e dona do seu lar, que deixa sua vida em segundo plano para cuidar de seu marido e filhos adoentados. Vista como santa pelos seus pares, era esperado que vivesse a rezar; no entanto,

[...] a sua devoção limitava-se a essa missa todas as semanas. A sua casa ocupava-a muito para se deixar invadir pelas preocupações do céu: naquele dever de boa mãe, cumprindo com amor, encontrava uma satisfação suficiente à sua sensibilidade; não necessitava adorar santos ou enternecer-se com Jesus. [...] nunca tivera essas sentimentalidades de alma triste que levam à devoção. O seu longo hábito de dirigir uma casa de doentes, de ser ela o centro, a força, o amparo daqueles inválidos, tornara-a terna, mas prática; [...] (QUEIRÓS, 2013b, p. 165).

Mesmo não vivendo uma vida devota, a exemplo de Maria Eduarda Runa, tem-se em Maria da Piedade um aprofundamento da fé, uma vez que coloca em prática os mandamentos de Cristo de servir ao próximo.

Ademais, é preciso assinalar que Maria Eduarda Runa é representante da aristocracia (filha de um conde); a despeito disso, a constituição física e moral da mulher portuguesa exposta por Eça n’*As farpas* permanece, assim como o que se espera dela na sociedade – seu papel de mãe e dona de casa, no sentido de cuidar do bom andamento do lar e da educação dos filhos –, levando a depreender que se trata de características gerais da mulher, não se restringindo a camadas sociais.

Ainda em *Os Maias*, é Pedro que também tem envolvimento com a outra personagem em análise neste capítulo: Maria Monforte. Em sua caracterização, vê-se um primeiro movimento de mudança, com a fragilidade beata sendo substituída pela fragilidade bela, como se vê:

Sob as rosinhas que ornavam o seu chapéu preto, os cabelos louros, de um ouro fulvo, ondeavam de leve sobre a testa curta e clássica: os olhos maravilhosos iluminavam-na toda; a friagem fazia-lhe mais pálida a carnção de mármore: e com o seu perfil grave de estátua, o modelado nobre dos

ombros e dos braços que o xale cingia – pareceu a Pedro nesse instante alguma coisa de imortal e superior à terra.  
 [...] Quando ela atravessava o salão, os ombros vergavam-se no deslumbramento de auréola que vinha daquela magnífica criatura, arrastando com um passo de deusa a sua cauda de corte, sempre decotada como em noites de gala, e, apesar de solteira, resplandecente de joias [...] (QUEIRÓS, 2017, p. 30-32).

O excerto traz à mente certa similaridade com Luísa e Leopoldina, de *O primo Basílio*, no sentido de a mulher ser vista como um anjo e, por outro lado, vestir-se de modo mais sensual. Assim, pode-se analisá-la num lugar mediano entre as outras duas, apresentando características que se complementam.

Outra aproximação de Luísa ocorre quando se afirma que Maria passava o dia a ler novelas, ou seja, uma atitude típica da mulher burguesa; já em relação a Leopoldina, dá-se pela exposição de ter se tornado “[...] uma devassa metódica, hábil, paciente...” (QUEIRÓS, 2017, p. 32). No entanto, Maria Monforte vai além das personagens de *O primo Basílio*, uma vez que exerce medo sobre seu pai, aqui já havendo uma transformação no perfil feminino retratado por Eça.

De origem açoriana, seu pai, cujo passado era em parte um segredo, cometeu assassinato e fugiu; anos depois, reapareceu comandando um navio negreiro; por fim, fez fortuna e tornou-se “homem de bem”, ou seja, aceitável para a sociedade de que fazia parte. Com essa bagagem familiar – mesmo não podendo ser confirmada, uma vez que só havia histórias a respeito, mas nenhuma comprovação delas –, o interesse inicial por Maria Monforte na sociedade começou a diminuir, resultante dos comentários das outras mulheres: “[...] As senhoras, deliciando-se em vilipendiar uma mulher tão loura, tão linda e com tantas joias, chamaram-lhe logo ‘a negreira!’ [...]” (QUEIRÓS, 2017, p. 33). Mais uma vez, revela-se a importância de manter as aparências, como bem discutido em diversos outros momentos desta análise.

Enamorado dela, Pedro pede permissão ao pai para desposá-la; entretanto, a opinião de Afonso sobre ela e sua família é a mesma da sociedade, de modo que não dá a sua bênção. Esta é a primeira vez que o filho toma uma atitude, se impondo contra a decisão de seu pai e casando-se com aquela que idolatrava. Saindo de Portugal, vivem um casamento feliz. No entanto, o retorno à pátria ocorre e a ambição por *status* de Maria Monforte faz com que peça ao esposo que se reconcilie com o sogro; seu desejo era dar festas, receber a sociedade, e a negativa dele denunciava contra sua origem, afirmando-a. Tem-se conhecimento de que a reconciliação

realmente acontece, mas quando ela foge com outro homem, ou seja, dá-se entre pai e filho; com isso, a má opinião da sociedade sobre a personagem aumenta.

Maria Monforte e Pedro têm dois filhos: uma menina linda, a quem Maria não quis criar, mas que adorava e fez aumentar o ódio por Afonso; e um filho, que recebeu o nome de Carlos Eduardo, em homenagem a certa leitura feita por ela de um romance. A maternidade, aliás, tinha-lhe conferido mais esplendor, que se estendeu a seu lar nos Arroios. É nesse contexto que as demais mulheres burguesas, antes contrárias ao seu convívio, passam a tratá-la por querida, admirando sua toalete e as joias indicativas de grande fortuna. Em continuidade, pois, às duas obras aqui analisadas, tem-se a hipocrisia marcada como característica desse estrato social, em que tudo se trata de jogos de interesse.

Mas, como a tragédia e a catástrofe são pontos comuns às narrativas queirosianas, não tardam a acontecer: Maria Monforte envolve-se com um italiano que, devido a um acidente de caça provocado por Pedro, fica hospedado em sua casa para se recuperar; com ele foge, levando a filha mais velha. Pedro, carregando seu filho, retorna à proteção do pai; no entanto, a fraqueza da personagem uma segunda vez cede à coragem e ele decide tirar a própria vida depois do abandono sofrido. É a morte mais uma vez a pôr fim ao indivíduo envolvido em caso de adultério.

Nesse episódio, revela-se igualmente em Maria Monforte a tendência a ser atraída pela catástrofe, reafirmando o posicionamento de Eça em suas farpas de que as mulheres sofrem dessa atração. Contudo, é preciso dizer que tal dinâmica torna-se uma constante na vida dessa personagem, visto se ter conhecimento, no decorrer da narrativa, que ela se transforma num tipo de “mulher da vida”, tendo relações com quem mais lhe desse benefícios. Ao contrário de outras personagens femininas aqui analisadas, sua propensão não se deve tanto ao desejo pelo amor, mas muito mais ao desejo por ter, isto é, sua ambição, o que, porém, não faz sua vida ser mais feliz ou mais fácil. De fato, parece ser ela uma das que mais sofre em vida.

A ambição, aliás, é característica de outra personagem feminina de Eça, desta vez de um de seus contos: *Singularidades de uma rapariga loura*, de 1874. Pela narrativa, pode-se depreender que Luísa, a rapariga do título, conquista Macário com a finalidade de com ele se casar e, assim, ter uma posição social superior àquela em que vive. Outra consequência de sua ambição são os pequenos furtos por ela empreendidos – um pacote de lenços da Índia, uma peça de ouro, um anel com dois brilhantes. É esse último roubo que põe fim à possibilidade de ascensão social por

meio do matrimônio: descoberta como ladra, Macário paga ao comerciante pela peça, porém termina seu noivado e vai embora (QUEIRÓS, 2013c). Tem-se, assim, outra similaridade com Maria Monforte, no sentido de que a ambição de ambas não as faz mais felizes; pelo contrário, parece ser algo a contribuir para sua constante infelicidade.

Retornando a Maria Monforte, sua ambição perpetua-se além da morte, como dá a conhecer a carta-testamento deixada à filha, Maria Eduarda:

Como a Maria teve a pequena e anda muito fraca, e eu também me não sinto nada boa com umas pontadas, parece-me prudente, para o que possa vir a suceder, fazer aqui uma declaração que te pertence a ti, minha querida filha, e que só sabe o padre Talloux (M. l'abbé Talloux, coadjuteur à Saint-Roch) porque lho disse há dois anos, quando tive a pneumonia. E é o seguinte: Declaro que minha filha Maria Eduarda, que costuma assinar Maria Calzaski, por supor ser esse o nome de seu pai, é portuguesa e filha de meu marido Pedro da Maia, de que me separei voluntariamente, trazendo-a comigo para Viena, depois para Paris, e que agora vive em companhia de Patrick Mac-Gren, em Fontainebleau, com quem vai casar. E o pai de meu marido era meu sogro Afonso da Maia, viúvo, que vivia em Benfica e também em Santa Olávia, ao pé do rio Douro. O que tudo se pode verificar em Lisboa, pois devem lá estar os papéis; e os meus erros, de que vejo agora as consequências, não devem impedir que tu, minha querida filha, tenhas a posição e fortuna que te pertencem. E por isso aqui declaro tudo isto que assino, no caso que o não possa fazer diante de um tabelião, o que tenciono logo que esteja melhor. E de tudo, se eu vier a morrer, o que Deus não permita, peço perdão a minha filha. E assino com o meu nome de casada MARIA MONFORTE DA MAIA (QUEIRÓS, 2017, p. 666-667).

Mesmo que a intenção seja a filha ter o que é seu de direito, verifica-se que Maria Monforte anseia por ainda poder gozar dessas benesses. Além disso, o trecho mostra uma característica citada quando da análise de Luísa, em *O primo Basílio*: a busca na religião de certa redenção aos erros – no caso, a confissão a um padre desse segredo –, o que demonstra certo utilitarismo da religião feito pela sociedade burguesa, em detrimento de uma real conversão e aprofundamento na fé.

Em análise dessa personagem, Dantas (1999, p. 248) disserta:

Na verdade, o que a ideologia romanesca censura nela é a sua insensatez, o seu exagero, a sua falta de conveniência social, o seu retardatário pendor romântico numa época que não permite mais este tipo de procedimento, porque a realidade – realista! – se mostra a Eça muito diferente da ficção romântica.

Sobre tal insensatez, é possível entender que se trata de uma estratégia queirosiana para empreender sua crítica a esse tipo de perfil inflamado, resultante da

educação com bases românticas, indicando que, mesmo com o passar dos anos, ainda há traços dele na sociedade burguesa portuguesa, *pari passu* com a transformação feminina vislumbrada em Maria Eduarda, referida em capítulo anterior. A respeito, convém lembrar que, nessa trilogia de mulheres de *Os Maias*, Maria Monforte ocupa um lugar central, justificando sua caracterização e ações ainda ligadas aos moldes tradicionais.

A morte, tanto para Maria Eduarda Runa quanto para Maria Monforte, diferentemente do que ocorre com as demais personagens que encontram esse fim, não se trata de castigo, punição ou redenção, mas um processo natural da vida.

Por fim, é importante expor que, além de se verificar a transformação do pensamento de Eça sobre a mulher no decorrer das obras aqui estudadas, ela ocorre dentro de um mesmo romance (*Os Maias*), o que é possível por se tratar de uma escrita extensa, que perpassa várias gerações de uma mesma família e de uma Lisboa oitocentista.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda a análise comparada empreendida nas páginas anteriores, importa lembrar o objetivo geral desta dissertação, a saber: analisar as reverberações da compreensão inicial de Eça referente ao papel e à educação da mulher na sociedade burguesa portuguesa, presente n'*As farpas*, em obras literárias posteriores nas quais a personagem feminina possui lugar importante, a saber, *O primo Basílio* e *Os Maias*. Com vistas ao alcance desse objetivo, igualmente fazia-se relevante descrever o contexto histórico da burguesia do século XIX, de modo a caracterizar a ascendência dessa classe na sociedade portuguesa; identificar a ideia inicial de Eça sobre o papel da mulher na sociedade e no casamento, assim como sua educação e sexualidade, no contexto da sociedade burguesa portuguesa, por meio de textos jornalísticos específicos de *As farpas*; apresentar a transformação ou permanência da visão de Eça sobre a mulher e os aspectos de seu universo selecionados, mediante a interpretação de personagens femininas de duas obras literárias (*O primo Basílio* e *Os Maias*); além de construir a caracterização de outros tipos de mulher que circundam a dona de casa burguesa, com base nas obras referidas.

Antes de debater se tais objetivos foram alcançados, é relevante fazer algumas observações sobre a construção deste texto.

O plano, desde o princípio, foi fazer o levantamento e apresentar as principais ideias de Eça no que se refere ao papel da mulher na sociedade burguesa em três momentos e obras distintos. Tomando isso como base, não havia o intento de desconstruir o autor, o que não significa total concordância com o seu posicionamento, uma vez que tal empreendimento demandaria uma análise social mais aprofundada sobre esses aspectos, não havendo espaço para isso nesta dissertação. Deu-se foco, portanto, a discutir as permanências e/ou transformações de seu pensamento por meio de uma análise comparada de três obras escolhidas, sendo a primeira delas usada muitas vezes como referência interna.

Fato é que os excertos aqui trazidos para discussão e exemplificação não esgotam o tema dentro das narrativas selecionadas, mas foram entendidos como os mais relevantes para a tessitura do texto, indicando aproximações ou afastamentos sobre as características abordadas.

Por fim, tem-se compreensão, como exposto no decorrer da análise, de que a caracterização das personagens femininas é fruto do ponto de vista de Eça, ou seja,

de um autor masculino falando sobre o íntimo feminino, podendo não ser totalmente verídico, por ser tendencioso. A respeito, mais uma vez se destaca que o objetivo era justamente expor a perspectiva queirosiana do tema em destaque. Ainda nesse sentido, reitera-se que, mesmo sendo uma perspectiva masculina, a narrativa queirosiana não deixa de apresentar uma denúncia e crítica à subalternidade vivida pela mulher burguesa e pelas mulheres que a circundam.

No decorrer dos capítulos, procurou-se fazer um diálogo entre as obras, indicando a cada passagem a permanência ou transformação do pensamento do autor. Dessa forma, neste momento, empreendem-se breves considerações sobre as análises.

As opiniões emitidas por Eça, a iniciar por *As farpas*, revelam-no como homem de seu tempo, buscando dar continuidade ao plano traçado pela Geração de 70 de denunciar a decadência nacional e proceder à sua moralização por meio da literatura. Como tal, em suas crônicas – *corpus* de análise primeiro –, descreve a mulher burguesa como um ser subalterno, frágil, criado para bem governar o lar e cuidar de seu esposo e filhos, o que encontra continuidade em *O primo Basílio*, por meio de Luísa, e transformação em *Os Maias*, na caracterização de Maria Eduarda, única personagem analisada que é dona de opiniões sobre âmbitos externos àquele que lhe compete (o lar) e de consciência sobre seu papel na dinâmica social.

Sobre a educação feminina, nas três obras, é criticada aquela com bases românticas, que acaba por formar uma mulher propensa à atração pela catástrofe, representada pelo adultério e pelo incesto. É o que ocorre com Luísa, Leopoldina, Maria Monforte e Maria Eduarda; no entanto, esta mais uma vez tem comportamento diverso, visto que, não sendo casada, não comete adultério e, não tendo conhecimento de seu parentesco com Carlos, não teria como impedir a perpetuação do incesto – o que se entende que aconteceria caso soubesse.

De modo complementar, é válido informar que, em *Os Maias*, há crítica ao método de ensino tradicional dos clássicos aos meninos, que os formaria para bacharéis, em contraposição ao sistema inglês, que prioriza inicialmente as coisas práticas, a fim de formar homens de ação.

Principalmente no que se refere à educação, fica evidente a mudança de referência de Eça de França para Inglaterra. Tendo vivido em ambos os países, teve contato direto com cada sociedade; ainda, sendo um crítico de sua própria nação, não se deve esperar que seu ideal tenha sido uma constante em seu trajeto de escrita.

Apesar dessas transformações, pode-se dizer que algo permanente em todas as sociedades são seus vícios (principalmente sexuais) e hipocrisia.

Último aspecto do universo feminino estudado e importante de ser retomado, o casamento permanece n' *O primo Basílio* como objetivo de vida da mulher, que é educada para isso – afinal, se assim não fosse, qual seria seu papel na sociedade daquele período? Por outro lado, em *Os Maias*, mais se trata de um encontro de interesses, fazendo as vezes de ferramenta da mulher burguesa para galgar níveis na sociedade; se isso não fosse verdade, a narrativa traria exemplos de casamentos “felizes”, porém, com exceção da relação entre Afonso da Maia e Maria Eduarda Runa, as demais são permeadas por relacionamentos extraconjugais.

Utilizando as duas protagonistas – Luísa e Maria Eduarda – como foco para a análise e compreensão da mulher burguesa nas obras literárias queirosianas escolhidas, verificou-se em Luísa a caracterização mais aproximada da burguesa lisboeta prenunciada n' *As farpas*, ou seja, dona de casa, cuidadosa das coisas do lar, educada para encontrar um bom homem e se casar, tendo em Jorge o companheiro ideal para sua vida social; no entanto, aos moldes do concebido por Eça em relação às mulheres burguesas, ela tem atração pela catástrofe, que toma lugar quando se deixa envolver por seu primo, Basílio, com quem imaginava viver o amor lido tantas vezes por ela.

Por sua vez, Maria Eduarda, apesar de educada de maneira tradicional, mostra-se diversa de Luísa e das demais personagens femininas de *O primo Basílio* e *Os Maias*, no sentido de que, além de ser dona de opiniões próprias e uma das vozes críticas da burguesia, transita muito bem entre as posições sociais que as circunstâncias lhe impõem, ora sendo casada, ora amante, ora solteira, mãe, filha etc. É por meio dela que se tem vislumbre da liberdade feminina tomando forma na sociedade burguesa portuguesa.

Além delas, Juliana, Leopoldina, Maria Eduarda Runa e Maria Monforte, outras personagens femininas a que se deu destaque neste texto, foram relevantes para demonstrar facetas outras das mulheres: a criada que deseja ser senhora, a amante que não se conforma com o local imposto a ela socialmente, a mãe cheia de devoção a proteger seu filho e a negreira ambiciosa que tenta conquistar seu espaço pelo casamento. Igualmente, ajudaram na caracterização das protagonistas, por representarem outros universos em estreita ligação com o da mulher burguesa lisboeta.

Diante do exposto, é válido dizer que a análise aqui empreendida mostrou a importância de retornar aos escritos embrionários desse expoente autor, em que deu início às suas críticas e construção da caracterização da sociedade burguesa portuguesa, as quais tomaram maiores proporções quando desenvolvidas em seus romances, visto esse gênero dar mais liberdade para o autor do que a crônica, em que se objetiva um retrato mais fiel da realidade em foco. Com isso, verificou-se a transformação de seu pensamento ao longo de sua vida e obras, em especial, no tocante à mulher e seu lugar na sociedade burguesa, como informado no decorrer dos capítulos e nestas considerações finais.

## REFERÊNCIAS

- ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do direito. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5. p. 97-137.
- ÁVILA, António José de. Portaria do Ministério do Reino de 26 de junho de 1871 proibindo futuras conferências. *In*: QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.
- BELLINE, Ana Helena Cizotto. Leituras de Luísa. *In*: 150 ANOS com Eça de Queirós. São Paulo: USP, 1997. p. 521-526.
- BERNARDES, Joana Duarte. **Eça de Queirós: riso, memória, morte**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **Arte de viver na sociedade**. Sintra: Colares, 2003.
- COMPAGNON, Antoine. **Os antimodernos: de Joseph de Maistre a Roland Barthes**. Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- CRUZ, Maria Antonieta. **Olhares sobre o Portugal do século XIX**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- DANTAS, Francisco J. C. **A mulher no romance de Eça de Queiroz**. São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teiceira, 1999.
- DIAS, Marina Tavares. **A Lisboa de Eça de Queiroz**. Coimbra: Quimera, 2003.
- EL FAHL, Alana de Oliveira Freitas. **Singularidades narrativas: uma leitura dos contos de Eça de Queirós**. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- FIALHO, Irene. Geração de 70: *República* antes da República. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 120-132, 2012.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GAY, Peter. **O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média: 1815-1914**. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSAWN, Eric J. A ideologia secular. *In*: HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOBBSAWN, Eric J. Quem é quem ou as incertezas da burguesia. *In*: HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWN, Eric J. O mundo burguês. *In*: HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5. p. 351-401.

LOURENÇO, Eduardo. Eros e Eça. *In*: LOURENÇO, Eduardo. **O canto do signo: existência e literatura**. Lisboa: Presença, 1994. p. 243-251.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

MACHADO, Igor José de Renó. O “brasileiro torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 47-67, jan./jun. 2005.

MARTINS, Ana Maria Almeida. Prefácio. *In*: QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

MEDINA, João. **Rer Eça de Queiroz: das Farpas aos Maías**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000a.

MEDINA, João. **Eça de Queirós antibrasileiro?** Bauru: EDUSC, 2000b.

MINÉ, Elza. **Eça de Queirós jornalista**. 2. ed. Lisboa: Horizonte, 1986.

MÓNICA, Maria Filomena. **Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MÓNICA, Maria Filomena. Introdução. *In*: QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. **As farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes**. 4. ed. Parede: Príncipia, 2013.

MORETTI, Franco. **O burguês: entre a história e a literatura**. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

NERY, Antonio Augusto. *As Farpas em O primo Basílio*. *In*: SANTOS, Giuliano Lellis Ito; PAVANELO, Luciene Marie; GARMES, Hélder (Org.). **Novas leituras queirosianas: O primo Basílio e outras produções**. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 273-288.

ORTIGÃO, Ramalho; QUEIROZ, Eça de. **As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes**. Lisboa: Typ. Universal, 1883. Disponível em: <http://purl.pt/256>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA, Daiane Cristina. **A mulher e o discurso masculino nos romances de Eça de Queirós**. 2019. 218 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Scipione, 1994.

QUEIRÓS, Eça de. José Matias. *In*: QUEIRÓS, Eça de. **Contos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013a. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor; 184). p. 39-60.

QUEIRÓS, Eça de. No moinho. *In*: QUEIRÓS, Eça de. **Contos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013b. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor; 184). p. 163-174.

QUEIRÓS, Eça de. Singularidades de uma rapariga loura. *In*: QUEIRÓS, Eça de. **Contos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013c. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor; 184). p. 61-86.

QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. Lisboa: Bertrand, 2016.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. (Clássicos Zahar).

QUEIROZ, Eça de. **O primo bazilio**: episodio domestico. Porto: Livraria Chardron, 1878. Disponível em: <http://purl.pt/23926>. Acesso em: 15 jan. 2020.

QUEIROZ, Eça de. **Os Maias**: episodios da vida romantica. Porto: Livraria Chardron, 1888. 2. v. Disponível em: <http://purl.pt/23>. Acesso em: 15 jan. 2020.

QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. **As farpas**: crónica mensal da política, das letras e dos costumes. 4. ed. Parede: Príncipeia, 2013.

QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

REIS, Carlos. Nota prefacial. *In*: REIS, Carlos; PEIXINHO, Ana Teresa (Ed.). **Textos de imprensa I (da Gazeta de Portugal)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

REIS, Carlos. **O essencial sobre Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu significado. *In*: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal**: o Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 101-107.

ROSA, Alberto Machado da. Nova interpretação de *Os Maias*. *In*: ROSA, Alberto Machado da. **Eça, discípulo de Machado?** Lisboa: Presença, 1979. p. 339-401.

SÁ, Victor de. A subida ao poder da burguesia em Portugal. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. V, p. 245-252, 1988.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 17. ed. Porto: Porto, 2000.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 24. ed. Mem Martins: Europa-América, 2007. (Coleção Saber).

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SOUSA, Marcio Jean Fialho de. **A postura de Eça de Queirós à luz dos debates educacionais em Portugal**. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, Marcio Jean Fialho de. Perspectivas da subalternidade feminina em *O primo Basílio*, de Eça de Queirós. *In*: SANTOS, Giuliano Lellis Ito; PAVANELO, Luciene Marie; GARMES, Hélder (Org.). **Novas leituras queirosianas: O primo Basílio** e outras produções. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 207-217.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. Introdução. *In*: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal**: o Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 15-18.

VAQUINHAS, Irene Maria. **“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX**. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011.

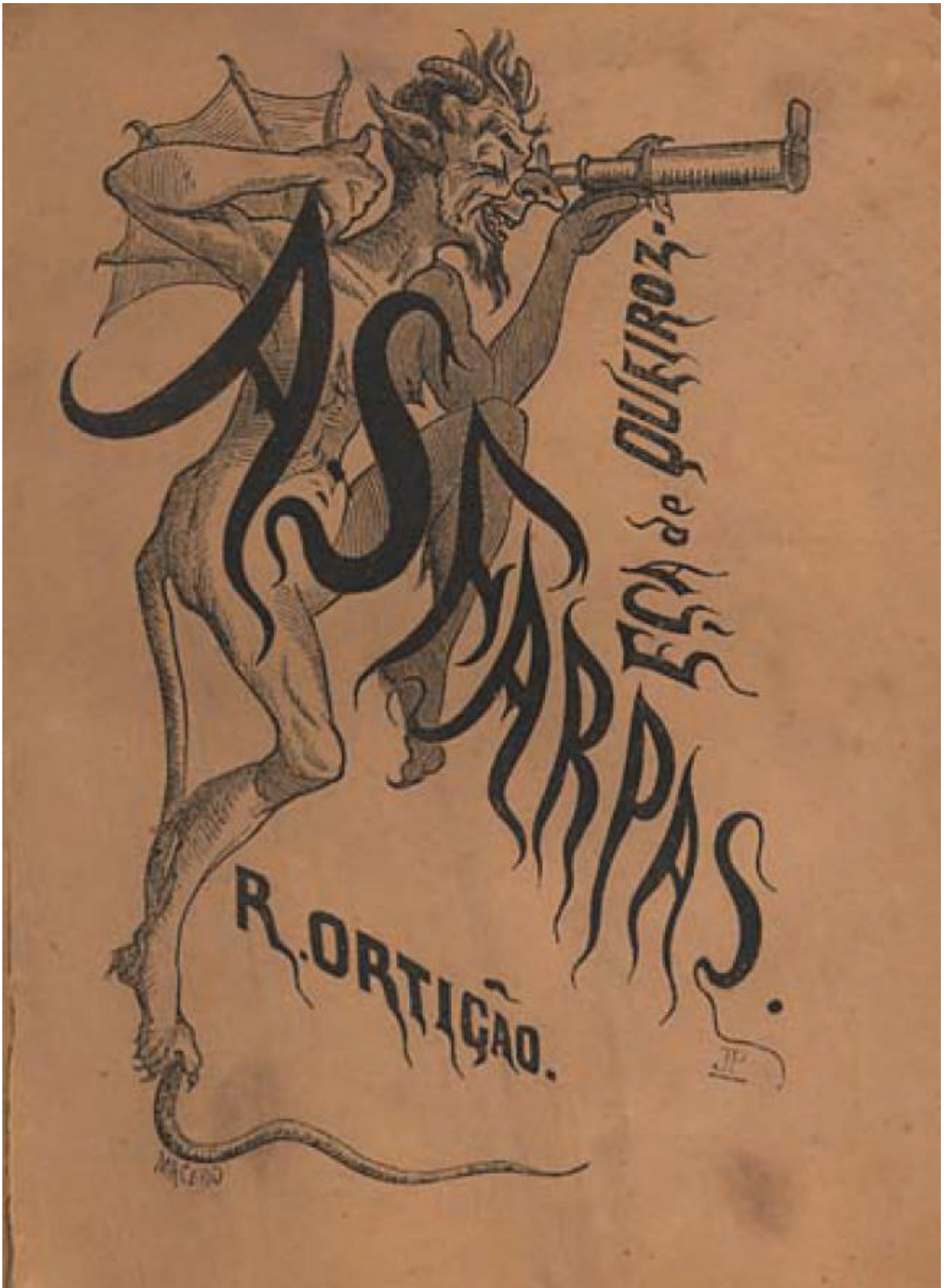
VAQUINHAS, Irene Maria; CASÇÃO, Rui. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. *In*: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal**: o Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 379-392.

VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. *In*: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal**: o Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 41-56.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Ideologias e práticas políticas. *In*: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (Coord.). **História de Portugal**: o Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5. p. 183-216.

VILELA, Ana Luísa. Primatas e carnívoros n’*Os Maias*: elementos do discurso erótico queirosiano, a propósito de um ananás comido na “Toca”. *In*: 150 ANOS com Eça de Queirós. São Paulo: USP, 1997. p. 57-64.

ANEXO A – PRIMEIRO NÚMERO DE AS FARPAS



Fonte: Ortigão e Queiroz (1883).

## SUMMARIO

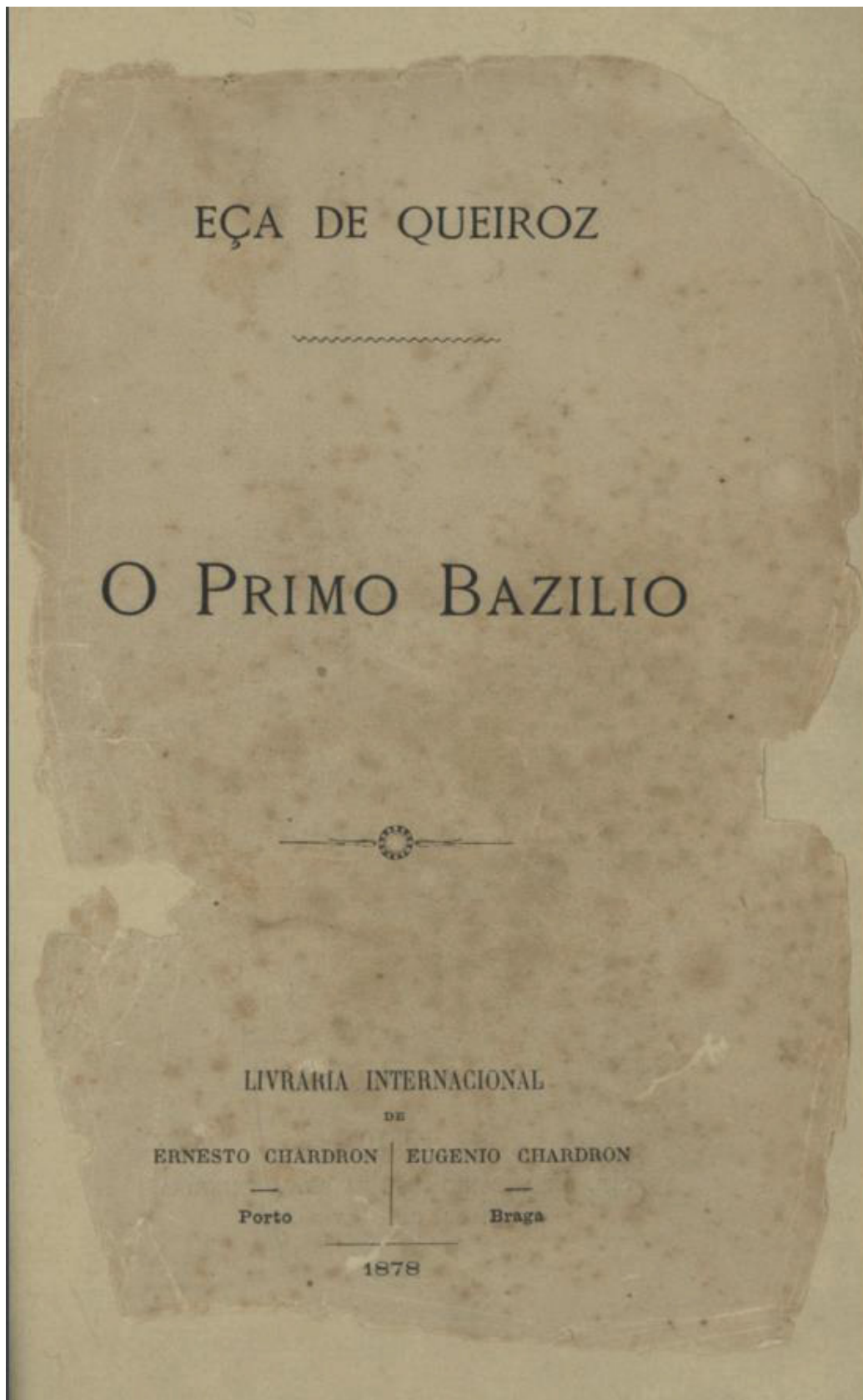
De como se fundou esta publicação e não uma casa de banhos quentes. O estado do paiz. Proudhon, Vacherot, Veillot e Manuel Mendes Enxundia. A nossa politica. Nem somos pela *Nação* nem pelo *Almanach das Cacholotas*. A carta, o throno e o altar. A tribuna e o seu copo de agua. A ordem e o desdem. Qual governo convem que tenhamos. A scena politica. Quem representa e o quê. Quem paga. Quem está por trás do panno do fundo? Os periodicos, o romance, a poesia, o theatro. Um *abat-jour* para os esplendores do genio. A policia correccional para os lyricos contemporaneos. Medicacões ferruginosas para a mocidade. Costumes. O marido que trabalha e o seductor que é vadio. Encanto poetico e vergonha burguezia. A nobreza, a classe media e o povo. A familia e os dotes. O amor domestico e o amor livre. Pobreza geral. As demasias do luxo na rua e a falta de banheiras nas casas. De como nenhum periodico publicaria a doutrina das *Farpas*. Meias opiniões. O escandalo da verdade.— Os historicos, os regeneradores, os reformistas e os constituintes. Incompatibilidades, divergencias, conflagracões. As publicas liberdades e as liberdades publicas —Viagem de recreio a Madrid. A padeira de Aljubarrota e o sr. Fernandez de los Rios. A questão iberica e o perú da confraternidade no palacio da embaixada hispanhola. O povo da nenia

e o povo do fandango. O Champagne e a brôa. O sr. Emilio Castellar e o sr. Alves Matheus. — As conferencias democraticas. Que falle o proletario! Fazer conferencias ou fazer fogo. Os restos da rhetorica e os da hortaliça. — Economias! economias! economias! — O que diz a pastoral e o que se disse da pastoral. Nem ella, nem elles. O catholicismo e o *placet*. — A crise ministerial. A camara dos srs. deputados. Eloquencia parlamentar. Agua com assucar. Muitos apoiados. Abraços no orador. Gargalhadas na galeria. — O sangue em Paris. A rapina, a civilisação, a historia e o futuro. Os antepassados e os chimpanzés. — Divisão no partido das reformas. Os reformocas, os reforminhos e outras variedades.

Leitor de bom senso — que abres curiosamente a primeira pagina d'êste livrinho, sabe, leitor — celibatario ou casado, proprietario ou productador, conservador ou revolucionario, velho patuleia ou legitimista hostile — que foi para ti, que elle foi escripto — se tens bom senso! E a idéa de te dar assim todos os mezes, enquanto quizeres, com paginas ironicas, alegres, mordentes, justas, nasceu no dia em que podemos descobrir atravez da penumbra confusa dos factos, alguns contornos do perfil do nosso tempo.

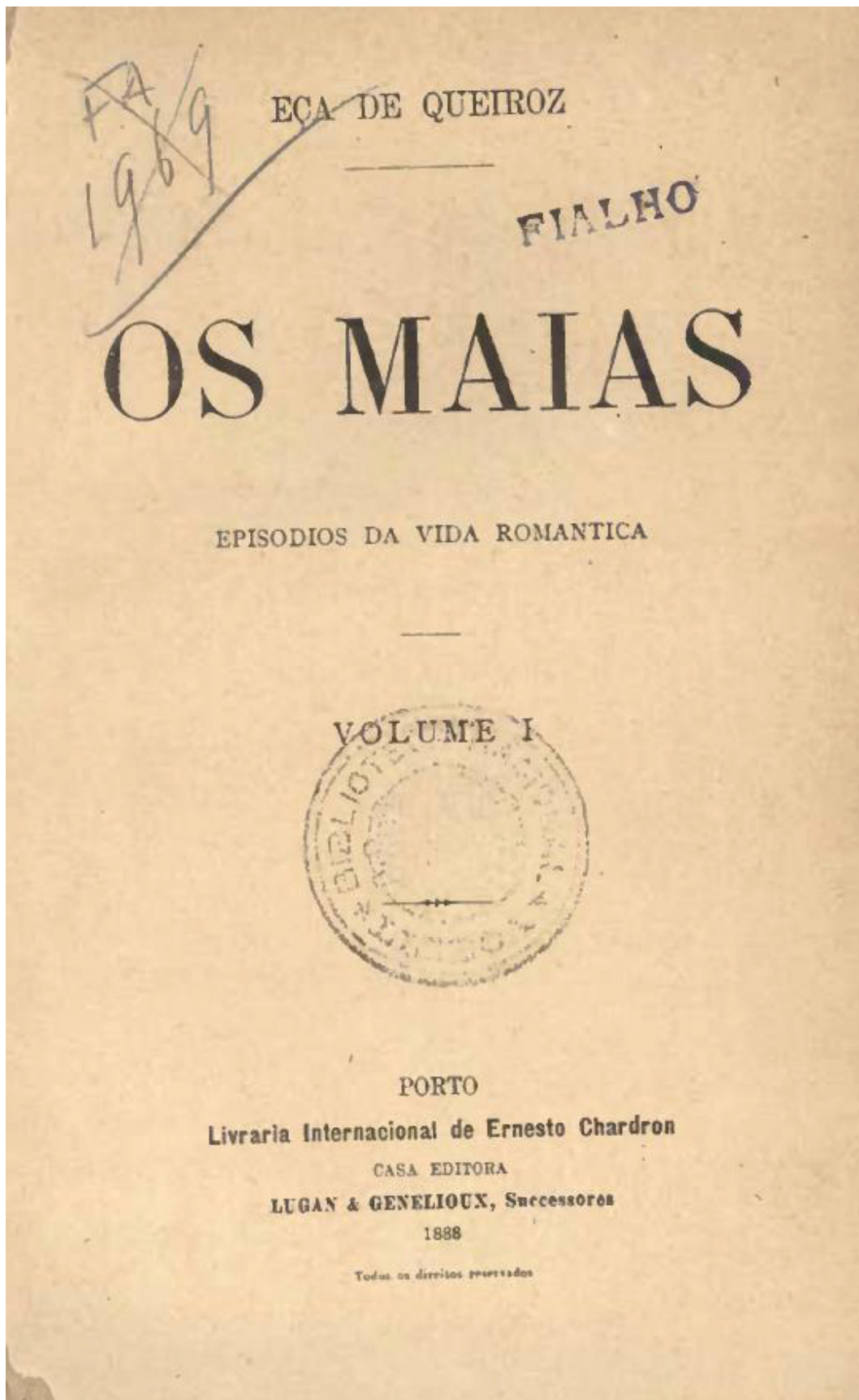
Aproxima-te um pouco de nós, e vê.

O paiz perdeu a intelligencia e a consciencia moral. Os costumes estão dissolvidos, as cons-

ANEXO B – PRIMEIRA EDIÇÃO DE *O PRIMO BASÍLIO*

Fonte: Queiroz (1878).

## ANEXO C – PRIMEIRA EDIÇÃO DE OS MAIAS



Fonte: Queiroz (1888).